

# PROT-OVT

Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

## DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

VERSÃO PARA DISCUSSÃO PÚBLICA

JUNHO 2008

## ÍNDICE

0. NOTA INTRODUTÓRIA.....	5
1. ENQUADRAMENTO GEOMORFOLÓGICO .....	5
2. POTENCIAL HUMANO.....	15
2.1. Evolução da população.....	15
2.2. Estrutura etária da população .....	17
2.3. Dinâmicas do Emprego.....	20
2.4. Competências da população activa.....	23
3. ECONOMIA .....	27
3.1. Competitividade regional.....	27
3.2. Indústria e Serviços às Empresas .....	33
3.3. Indústria Extractiva.....	41
3.4 Turismo, Lazer e Cultura.....	43
3.5 Agricultura e Florestas .....	52
3.6. Pescas e Aquicultura .....	60
4. ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL.....	64
4.1 Padrões de Ocupação do Solo.....	64
4.2 Sistema Urbano e Povoamento.....	70
4.3 Dinâmicas Urbanas.....	73
5. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	91
5.1. Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental.....	91
5.2. Conservação da Natureza e da Biodiversidade.....	92
5.3 Recursos Hídricos.....	101
5.4. Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Resíduos Sólidos .....	107
5.5. Energia .....	110
5.6. Riscos .....	120
6. MOBILIDADE, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.....	130
6.1. Mobilidade .....	130
6.2. Transportes.....	132
6.3. Interfaces e Plataformas Logísticas .....	152
6.4. Tecnologias de Informação e Comunicação.....	157
7. GOVERNANÇA TERRITORIAL.....	161
8. ANÁLISE SWOT.....	165

## Índice de Figuras

Figura 1 – Rede Hidrográfica do OVT.....	6
Figura 2- Unidades Geomorfológicas do OVT.....	7
Figura 3 - Variação da população por concelho, 1991-2001 .....	17
Figura 4 - Índice de Envelhecimento por concelho em 2001 .....	19
Figura 5 – Qualificações da População Activa .....	24
Figura 6 - PIB per capita noOVT e nas respectivas NUTS II (Portugal=100).....	27
Figura 7 - Convergência do Oeste e Vale do Tejo no contexto nacional .....	28
Figura 8 - Convergência do Oeste e Vale do Tejo no contexto europeu .....	28
Figura 9 - Decomposição da Competitividade Territorial.....	29
Figura 10 - Produtividade no Oeste e Vale do Tejo e nas respectivas NUTS II.....	29
Figura 11 - Remunerações Medianas .....	30
Figura 12 - Nível de Utilização dos Recursos Humanos no OVT e nas respectivas NUTS II (Portugal =100).....	31
Figura 13 - Trajectória Regional de Competitividade no Oeste e Vale do Tejo.....	32
Figura 14 - Rendimento Colectável.....	32
Figura 15 - Estrutura Empresarial da Região do Oeste e Vale do Tejo em 2004 .....	33
Figura 16 - Taxa de Iniciativa Empresarial no Oeste e Vale do Tejo .....	34
Figura 17 - Taxa de criação e destruição de emprego implícita nos movimentos iniciativa e encerramento de estabelecimentos .....	34
Figura 18 - Capital Estrangeiro .....	36
Figura 19 - Estrutura do VAB por Sectores de Actividade em 2004 .....	36
Figura 20 - Quociente de Localização em 2004 .....	37
Figura 21 - Especialização produtiva e nível de produtividade no OVT e sectores de especialização .....	38
Figura 22 - Relação entre sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis e Agricultura, Construção e Comércio.....	39
Figura 23 -Especialização da indústria por factor chave de competitividade.....	39
Figura 24 - Especialização da indústria por graus de intensidade tecnológica.....	40
Figura 25 – Turismo, lazer e cultura: unidades territoriais, espaços de polarização turística e sistemas de turismo e de lazer .....	43
Figura 26 - Localização dos equipamentos patrimoniais e culturais.....	50

Figura 27 - Delimitação de 7 áreas homogêneas no Oeste e Vale do Tejo.....	57
Figura 28 - Padrões de Ocupação do Solo no Oeste e Vale do Tejo .....	65
Figura 29 - Padrões de Ocupação do Solo: Alcobaça - Nazaré .....	67
Figura 30 – Distribuição da população por Lugar, em 2001 .....	71
Figura 31 – Emprego na Indústria Transformadora em 2005, por freguesia .....	72
Figura 32 – Emprego no Comércio e Serviços em 2005 por freguesia .....	72
Figura 33 - Densidade e Dinâmicas de ocupação do território (pop., alojam. e emprego) .....	74
Figura 34 – Síntese Funcional .....	74
Figura 35 - Sistema Urbano Regional.....	76
Figura 36 - Alojamentos familiares clássicos vagos, 2001 .....	81
Figura 37 - Alojamentos familiares clássicos sobrelotados, 2001.....	81
Figura 38 - Alojamentos familiares clássicos sem banho ou duche, 2001.....	82
Figura 39 - Hierarquia do Património .....	88
Figura 40 - Esboço preliminar das séries de vegetação potencial no OVT.....	93
Figura 41 - Rede Nacional de Áreas Protegidas, de Protecção Especial, e Sítios de Importância Comunitária .....	96
Figura 42 - Áreas Relevantes para a Conservação da Natureza no OVT (a verde) fora de Áreas da Protegidas e da Rede Natura 2000 (a azul) .....	97
Figura 43 - Áreas percorridas por incêndios em 1990-2006 e relação espacial com as áreas protegidas e sítios da Rede Natura 2000 (a azul) e com outras áreas ecológicas relevantes (a verde).....	99
Figura 44 - Sistemas aquíferos de água subterrânea.....	101
Figura 45 - Cursos de água principais das bacias hidrográficas das Ribeiras do Oeste e do Rio Tejo.....	102
Figura 46 - Vulnerabilidade à contaminação dos sistemas aquíferos do OVT.....	105
Figura 47 - Indicadores de intensidade das sub-regiões do OVT face a Portugal.....	111
Figura 48 - Variações geográficas do crescimento anual do consumo de electricidade (por concelho) .....	114
Figura 49 - Zonas do OVT com regime de ventos potencialmente favoráveis à exploração da energia eólica (turbina de referência de 3 MW).....	116
Figura 50 - Perigosidade Sísmica no Oeste e Vale do Tejo .....	121
Figura 51 - Tipos de litoral e perigosidade associada no Oeste e Vale do Tejo .....	123
Figura 52 - Locais susceptíveis à ocorrência de cheias no Oeste e Vale do Tejo .....	125

Figura 53 - Fluxos casa-trabalho (2001) .....	130
Figura 54 - Fluxos dominantes (fluxo mais elevado para um destino mais atractivo, 2001).....	131
Figura 55 - Plano Rodoviário Nacional (PRN2000): situação da implementação .....	135
Figura 56 - PRN2000: IP/IC construídos e para construir/Estradas Nacionais e Regionais/Estradas desclassificadas (entregues/para entrega) .....	138
Figura 57 - Rede Ferroviária existente e linha de Alta Velocidade prevista.....	145
Figura 58 - Estações Centrais de Camionagem (ECC) .....	153
Figura 59 - Região de Polarização Metropolitana .....	163

## Índice de Quadros

Quadro 1- Síntese das Unidades Geomorfológicas do OVT .....	8
Quadro 2- Variação populacional no OVT, 1981-2001 .....	15
Quadro 3- Estrutura Etária no OVT (em %).....	18
Quadro 4 – Taxa de Actividade.....	20
Quadro 5 – Taxa de Desemprego.....	21
Quadro 6 - Elementos identitários regionais principais.....	51
Quadro 7 - Componente agro-florestal para o Oeste e Vale do Tejo.....	52
Quadro 8 - Rendimento agrícola das explorações agrícolas no OVT e respectivas componentes .....	56
Quadro 9 – Média Anual do peso e do valor do pescado desembarcado nos principais portos de pesca de Portugal Continental entre 1992 e 1998 .....	61
Quadro 10 – Quantidades de Pescado Transaccionado em lota nos principais portos de pesca de Portugal Continental entre 1999 e 2003.....	61
Quadro 11 - Padrões de Ocupação do Solo no OVT: Estatísticas por classes .....	64
Quadro 12 - Padrões de Ocupação do Solo – Estatísticas por Classes no Oeste.....	66
Quadro 13 - Padrões de Ocupação do Solo – Estatísticas por Classes no Médio Tejo .....	68
Quadro 14 - Padrões de Ocupação do Solo – Estatísticas por Classes na Lezíria do Tejo.....	69
Quadro 15 - Variação na ocupação dos alojamentos no OVT (1991-2001) .....	79
Quadro 16 - Sistemas aquíferos mais importantes do OVT .....	104

---

## 0. NOTA INTRODUTÓRIA

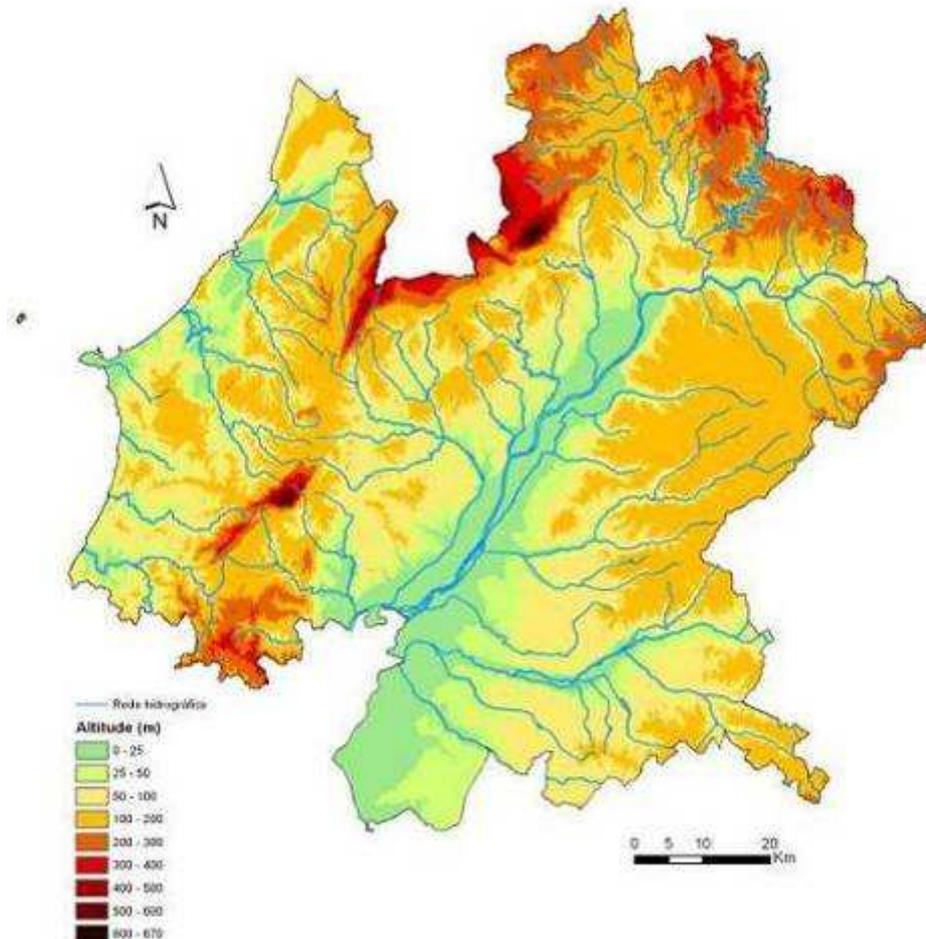
Este documento sintetiza os principais elementos do diagnóstico estratégico para a Região Oeste e Vale do Tejo (OVT), reflectindo os contributos recolhidos no âmbito da Comissão Mista de Coordenação (CMC) a partir de um diagnóstico preliminar elaborado pelos especialistas sectoriais da equipa do Plano, fundamentais para uma adequada leitura prospectiva deste território.

## 1. ENQUADRAMENTO GEOMORFOLÓGICO

### *Relevo*

O relevo da Região Oeste e Vale do Tejo é dominado pelas áreas aplanadas, com altitudes geralmente inferiores a 200m (89% da superfície total), e que são interrompidas por um alinhamento descontínuo de serras calcárias (Montejunto-Candeeiros-Aire) com altitudes superiores a 600m. Este alinhamento separa a sub-região do Oeste da sub-região da Lezíria do Tejo. No extremo nordeste do OVT (sub-região do Médio Tejo) encontra-se um outro conjunto de serras, xistentas, quartzíticas e graníticas, com altitudes superiores a 400m. As áreas planas mais deprimidas do OVT, com altitudes inferiores a 50m, representam 26% da superfície total, sendo as mais importantes a planície aluvial do Tejo (na sub-região da Lezíria), e a depressão diapírica das Caldas da Rainha, na sub-região do Oeste (Figura 1).

Figura 1 – Rede Hidrográfica do OVT

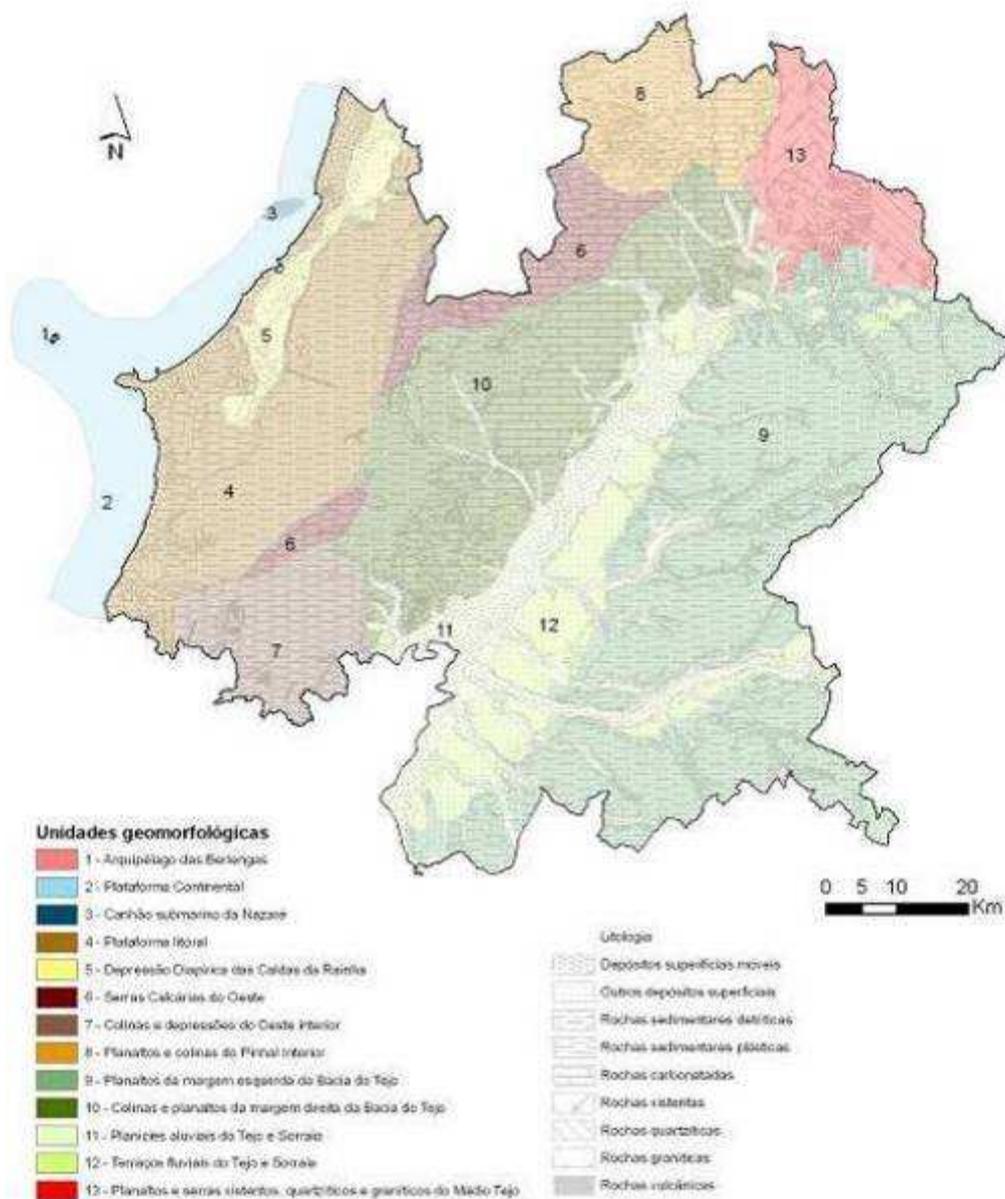


A Região Oeste e Vale do Tejo estende-se por três unidades morfoestruturais que constituem o território de Portugal continental: (i) Bacia Sedimentar do Tejo, que ocupa a maior parte da sua superfície (62% do total), na qual dominam as áreas planas, formadas por materiais arenosos e cascalhentos e por complexos areno-argilosos e algumas formações carbonatadas; (ii) Orla Sedimentar Ocidental (33%), à qual pertence a sub-região do Oeste, constituída por serras, colinas e planaltos, cujo substrato dominante é carbonatado (calcários e margas) e detrítico (complexos argilo-arenosos); (iii) Maciço Antigo (5%), no extremo NE, ao qual pertence uma grande parte da

sub-região do Médio Tejo, composto por planaltos e serras talhados em rochas metamórficas (xistos, gnaisses e quartzitos) e magmáticas (granitos).

Estas unidades subdividem-se em 13 unidades geomorfológicas: 10 na área continental do PROT OVT e 3 na área marítima (Figura 2; Quadro 1).

**Figura 2- Unidades Geomorfológicas do OVT**



**Quadro 1- Síntese das Unidades Geomorfológicas do OVT**

Área	Unidade Morfoestrutural	Unidade Geomorfológica
Continental	Maciço Antigo	Planaltos e Serras xistentos, quartzíticos e Graníticos do Médio Tejo
	Bacia Sedimentar do Tejo	Colinas e Planaltos da Margem Direita da Bacia do Tejo Planaltos da Margem Esquerda da Bacia do Tejo Terraços Fluviais do Tejo e Sorraia Planícies Aluviais do Tejo e Sorraia
	Orla Sedimentar Ocidental	Planaltos e Colinas do Pinhal Interior Colinas e Depressões do Oeste interior Serras Calcárias do Oeste Depressão Diapírica das Caldas da Rainha Plataforma Litoral
Marítima	Orla Sedimentar Ocidental Maciço Antigo	Plataforma Continental Canhão Submarino da Nazaré Arquipélago das Berlengas

## Área Continental

### *Planaltos e Serras xistentos, quartzíticos e graníticos do Médio Tejo*

O sector NE da Região encontra-se quase todo a uma altitude superior a 200m, e é ocupado, no essencial, por formações metamórficas do Maciço Antigo (xistos e quartzitos) e algumas magmáticas (granitos). Estas formações geológicas (as mais antigas do OVT) foram sujeitas quer a várias fases erosivas, que as arrasaram, quer a movimentos tectónicos, que as fracturaram. Esta unidade é dominada por planaltos, constituídos por várias superfícies de erosão densamente dissecadas pela rede hidrográfica. O limite ocidental dos planaltos, entre as bacias dos rios Zêzere e Nabão, é definido por grandes escarpas de falha de orientação N-S e NE-SW. A norte do Sardoal destacam-se relevos de resistência, as cristas quartzíticas, de orientação NW-SE.

---

### *Colinas e Planaltos da Margem Direita da Bacia do Tejo*

Representam a segunda unidade geomorfológica mais extensa do OVT (16% da área continental) e desenvolvem-se abaixo dos 200m de altitude, entre os concelhos de Tomar e Alenquer. São constituídos por formações carbonatadas e greso-argilosas miocénicas, da Bacia Sedimentar do Tejo, as quais apresentam uma ligeira inclinação para sul e sudeste. Estas formações foram posteriormente dissecadas por vários afluentes do Tejo (troço jusante do Nabão, rios Almonda, Alviela e Maior e troços intermédio e jusante das ribeiras de Alenquer e da Ota). Esta acção erosiva criou relevos em estrutura monoclinial, de tipo costeira, e extensos interflúvios aplanados.

### *Planaltos da Margem Esquerda da Bacia do Tejo*

Trata-se da unidade mais extensa do OVT (28% da área continental) e, tal como os da margem oposta, desenvolvem-se abaixo dos 200m de altitude. São formados por dois conjuntos: um mais elevado, que se estende essencialmente a norte da Ribeira de Muge, correspondente a uma superfície de enchimento (superfície culminante da Bacia Sedimentar do Tejo, constituído por areias e cascalheiras) e outro, correspondente a uma superfície erosiva, embutida na primeira (nível Mora-Lamarosa). Como a margem esquerda da Bacia Sedimentar do Tejo é mais extensa do que a direita, é drenada por cursos de água mais compridos, destacando-se o Rio Sorraia e as ribeiras de Muge e Alpiarça, os quais entalharam as referidas superfícies planas, deixando entre os seus vales extensos planaltos de fraca inclinação.

### *Terraços Fluviais do Tejo e Sorraia*

Localizam-se essencialmente na margem esquerda destes cursos de água, a uma altitude, no geral, inferior a 100m, embora possam ultrapassar esse valor

---

no extremo NE do OVT, ao longo do vale do Tejo. São essencialmente arenosos e cascalhentos e representam os antigos fundos de vale destes dois rios, que se desenvolveram durante o Quaternário (Pleistocénico). Dispõem-se como que em escadaria, a vários níveis altitudinais.

### *Planícies Aluviais do Tejo e Sorraia*

As planícies aluviais do Tejo e do seu grande afluente da margem esquerda, o Rio Sorraia, são a unidade geomorfológica mais recente do OVT, uma vez que se formaram no decurso do Holocénico depois da última glaciação. São constituídas por extensas áreas planas (11% da área continental do OVT), de fraca inclinação, com altitudes inferiores a 50m, que resultam da acumulação das aluviões transportadas durante as cheias. A planície aluvial do Tejo é a mais extensa do território português, pois alcança 80km de comprimento, entre V.N. Barquinha (no sector montante) e Alhandra (no sector jusante). A sua largura aumenta de montante para jusante, atingindo 2km junto à Golegã e 13km junto a Vila Franca de Xira. A planície do Sorraia é de menores dimensões (50km de comprimento e largura máxima 2km, junto a Coruche).

Os solos destas planícies apresentam uma elevada capacidade de uso agrícola, constituindo um recurso natural de elevado valor económico e patrimonial, não só do OVT, mas também do conjunto do país.

### *Planaltos e Colinas do Pinhal Interior*

Desenvolvem-se essencialmente entre 100 e 400m de altitude, e são drenados pela bacia hidrográfica do Rio Nabão. Este rio (com um sentido de escoamento norte-sul) e respectivos afluentes entalham terrenos de idade mesozóica. Esta unidade pode dividir-se em dois sectores distintos: (i) oriental, dominado pelas formações triássicas e jurássicas carbonatadas, afectadas por um conjunto de

falhas de orientação norte-sul, algumas das quais pertencem ao grande acidente activo Porto–Tomar e possuem expressão morfológica, através de alinhamentos de escarpas de falha; (ii) ocidental, dominado pelas formações jurássicas e cretácicas de *fácies* essencialmente detrítico. A acção erosiva fluvial é responsável pela formação de relevos de tipo “mesa” (em estruturas sub-horizontais) e de tipo “costeira” (em estruturas inclinadas).

### *Colinas e Depressões do Oeste Interior*

Desenvolve-se abaixo dos 400m de altitude e é drenada pela parte montante da bacia hidrográfica da Ribeira de Alenquer e pela bacia hidrográfica do Rio Grande da Pipa, cujos cursos de água entalham formações detríticas e margosas predominantemente do Jurássico superior. No seu sector sul é atravessada por importantes acidentes tectónicos, de orientação NW-SE, ao longo dos quais se encontram as depressões de Runa e Arruda dos Vinhos.

### *Serras Calcárias do Oeste*

Formam um alinhamento descontínuo de relevos, ao longo de mais de 80km, com orientação NNE-SSW a NE-SW, de onde se destacam as Serras de Aire, Candeeiros e Montejunto. As duas primeiras, que culminam respectivamente a 678m e 615m de altitude, fazem parte do Maciço Calcário Estremenho, só em parte englobado no OVT; a terceira, que culmina a 666m, situa-se 16km a sul dos Candeeiros. Estas serras são relevos de origem tectónica (dobras falhadas), formados por calcários fracturados e muito carsificados do Jurássico, o que lhes confere uma elevada permeabilidade. Como esta unidade geomorfológica corresponde a uma das duas mais chuvosas do OVT (precipitação anual > 1000mm/ano), possui sistemas aquíferos cársicos que alimentam importantes exurgências, de entre as quais se destaca a nascente do Alviela que atinge um caudal médio de 3800 l/s.

### *Depressão diapírica das Caldas da Rainha*

Alonga-se na direcção NNE-SSW, da Nazaré à Serra d'El Rei e Bolhos, numa faixa com mais de 30km de comprimento e uma largura variável entre 2 e 8 km. Constitui um dos elementos mais originais da geologia e geomorfologia da Estremadura portuguesa. O fundo da depressão é relativamente plano, com uma altitude média variável entre 30 e 40 metros. É limitada lateralmente por escarpas de falha abruptas, que dominam o fundo da área deprimida com desníveis que ultrapassam frequentemente 100 metros. A relativa monotonia da depressão é interrompida localmente pela presença de colinas isoladas (por exemplo, na região de Óbidos e Caldas da Rainha), que constituem relevos de dureza talhados em calcários margosos e calcários dolomíticos, que resistem mais à erosão do que as “Margas de Dagorda” que ocupam a maior extensão da depressão diapírica.

### *Plataforma Litoral*

A plataforma litoral (15% da área continental do OVT) constitui um planalto bastante recortado pelo entalhe da rede hidrográfica, que individualiza um conjunto de interflúvios alongados, com topo aplanado. Apresenta uma largura que varia entre 10 e 20 kms, estendendo-se desde o topo das arribas que marginam a linha de costa do Oeste a uma região interior que inclui as vertentes ocidentais das Serras de Montejunto e de Candeeiros. A Plataforma Litoral é um aplanamento costeiro disposto em forma de rampa ou rasa, inclinada suavemente (geralmente menos que 2º) no sentido do mar e do entalhe da rede hidrográfica. Deste modo, as altitudes mais elevadas desta unidade geomorfológica observam-se próximo do sopé da vertente ocidental da Serra de Candeeiros (sensivelmente, 200m), enquanto que junto ao mar a altitude chega a ser inferior a 100 metros.

A Plataforma Litoral é uma forma de relevo poligénica, que terá estado sujeita a regimes alternadamente marinhos e continentais, decorrentes de variações no nível do mar, verificadas no decurso do Pliocénico final e do Quaternário.

### Área Marítima

A área marítima que se inclui no PROT corresponde à Orla Costeira que, segundo as *Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional* (MAOTDR, GIZC, 2007), é a «porção do território onde o mar exerce directamente a sua acção, coadjuvado pela acção eólica, e que tipicamente se estende para o lado de terra por centenas de metros e se estende, do lado do mar, até à batimétrica dos 30m». Contudo, para uma melhor definição das unidades geomorfológicas pertencentes à área marítima do OVT, e a fim de incluir o arquipélago das Berlengas, considerou-se toda a extensão da plataforma continental (limite da zona costeira) que, no mesmo documento, é limitada pela batimétrica dos 200m.

São três as unidades geomorfológicas pertencentes à Área Marítima do OVT: Plataforma Continental, o Canhão Submarino da Nazaré e o Arquipélago das Berlengas.

#### *Plataforma Continental*

A plataforma continental é a unidade submersa mais próxima da linha de costa, e tem, a oeste do OVT, uma largura média de 47km. Possui um perfil plano, ligeiramente inclinado para oeste (declive 0,5%). No geral é uma forma de arrasamento, coberta por uma película superficial de depósitos, de espessura variável, provenientes da erosão da área emersa. Esta plataforma é interrompida, entre a Nazaré e o tómbolo de Peniche, por dois importantes

---

acidentes geomorfológicos: o alinhamento de relevos tectónicos das Berlengas e o canhão submarino da Nazaré.

### *Canhão Submarino da Nazaré*

Este canhão é uma profunda incisão na Plataforma e Talude continentais, atingindo 227km de comprimento. Tem uma orientação geral E-W e a sua génese está ligada a causas tectónicas (desligamento activo). A sua cabeceira situa-se apenas a 500m da linha de costa na Nazaré, e o seu fundo atinge, a oeste das Berlengas, -2000m, para na parte mais distal mergulhar até aos 5000m de profundidade. No conjunto, é uma profunda depressão submarina, de fundo plano, onde se acumulam os sedimentos provenientes dos movimentos de massa das vertentes. O canhão da Nazaré funciona como captor dos sedimentos que circulam, predominantemente, de norte para sul, ao longo da costa, factor que diminui drasticamente a disponibilidade de sedimentos para a alimentação das praias a sul daquele acidente.

### *Arquipélago das Berlengas*

A NW do tómbolo de Peniche encontra-se o arquipélago das Berlengas, composto pelas ilhas da Berlenga (a cerca de 11km do Cabo Carvoeiro) e dos Farilhões (a cerca de 17km daquele Cabo). Estas ilhas são relevos tectónicos constituídos por granitos do Maciço Antigo, que se elevam abruptamente da Plataforma Continental, devido a falhas de orientação dominante NW-SE a ENE-WSW.

## 2. POTENCIAL HUMANO

### 2.1. Evolução da população

Em 2001, residiam no Oeste e Vale do Tejo 805633 pessoas, 42% residentes no Oeste, 28% no Médio Tejo e cerca de 30% na Lezíria do Tejo.

No passado recente registou-se uma tendência para o crescimento populacional nas três sub-regiões, mormente no período entre 1991-2001 (Quadro 2; Figura 3). Contudo, no Oeste o aumento da população revela-se mais acentuado (7,3%), superando o crescimento médio de Portugal Continental (5,3%) e da Região de Lisboa <sup>1</sup>(5,6%). O crescimento populacional deve-se, essencialmente, à componente migratória.

Alargando a análise ao período compreendido entre 1981-2001, o crescimento populacional do Oeste revela-se ainda mais significativo (cerca de 9%), sendo mais modesto na Lezíria do Tejo (2,9%) e inclusivamente negativo no Médio Tejo (-0,7%).

**Quadro 2– Variação populacional no OVT, 1981-2001**

Região	População				VAR. (%) 1991-2001	VAR. (%) 1981-2001
	1981	1991	2001	2006		
<b>Oeste</b>	310795	315699	338711	359362	7,3	9,0
<b>Médio Tejo</b>	227600	221419	226090	231207	2,1	-0,7
<b>Lezíria do Tejo</b>	234057	232969	240832	248721	3,4	2,9
<b>Portugal Continental</b>	9336760	9375926	9869343	10110271	5,3	5,7
<b>Região de Lisboa</b>	2482276	2520708	2661850	2794226	5,6	7,2

Fonte: INE; *Recenseamentos Gerais da População e Estimativas de População Residente*

No território das sub-regiões as dinâmicas populacionais revelam-se bastante diferenciadas. Assim, no Médio Tejo destaca-se o concelho do Entroncamento pelo aumento excepcional de população (51,8%, entre 1981-2001), em

<sup>1</sup> - Trata-se das NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal.

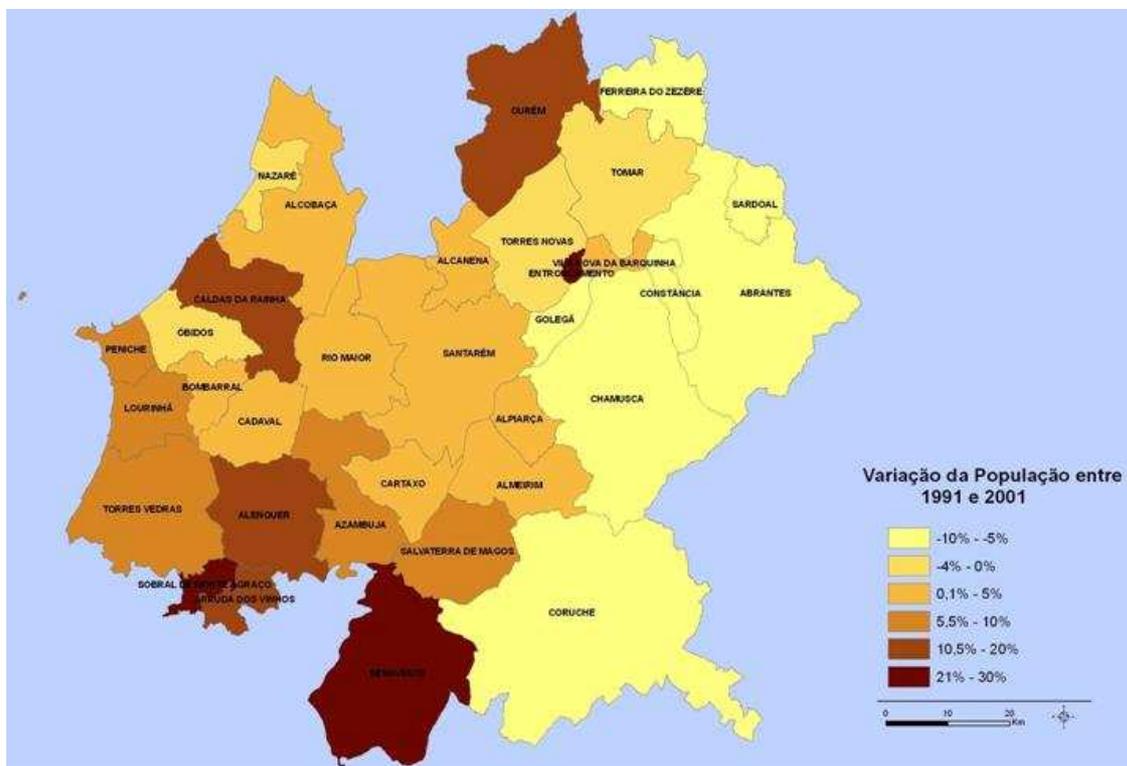
---

contraste com a fraca dinâmica dos restantes concelhos, mormente os mais setentrionais, encostados ao Pinhal Litoral, que demonstram um progressivo despovoamento. Em 20 anos, os concelhos de Abrantes, Ferreira do Zêzere e Sardoal perderam mais de 13% da sua população.

Na Lezíria do Tejo, o concelho com maior dinâmica demográfica é Benavente, que registou um acréscimo de população de cerca de 43% nos últimos 20 anos, muito a expensas da sua proximidade geográfica à AML. Por outro lado, num processo claramente inverso encontram-se Coruche e Chamusca que têm vindo a perder população de forma progressiva (-15,6% e -12,5%, respectivamente). O concelho da Golegã iniciou a sua regressão populacional na última década (-6%).

Na sub-região Oeste, um conjunto de concelhos constituído por Caldas da Rainha, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço e Alenquer apresenta dinâmicas muito positivas nos últimos 20 anos, registando crescimentos populacionais superiores a 13%. Por outro lado, os concelhos do Bombarral, Cadaval e Nazaré apresentam em 2001 quantitativos de população mais baixos que em 1981, mas os dois primeiros na década seguinte registam já ganhos de população.

**Figura 3 - Variação da população por concelho, 1991-2001**



## ***2.2. Estrutura etária da população***

No que se refere à estrutura etária da população (Quadro 3), assinala-se o progressivo envelhecimento pela base e pelo topo da população do OVT, tendo em conta que a população com menos de 14 anos diminui e a população com 64 e mais anos aumenta em todas as sub-regiões. Esta situação indica claramente um problema de substituição de gerações, que poderá impedir a reposição de mão-de-obra mais jovem.

**Quadro 3– Estrutura Etária no OVT (em %)**

Sub-Região	0-14 anos		15-64 anos		> 64 anos		Índice de Envelhecimento (IE)	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
	Oeste	18,9	15,5	66,1	66,6	15,0	17,9	78,9
Médio Tejo	18,0	14,6	64,6	64,5	17,4	20,9	96,9	142,8
Lezíria do Tejo	17,6	14,1	65,8	66,1	16,7	19,8	94,7	139,8

IE = P 65+ / P 0-14 \* 100; Fonte: INE. RGP

A actual estrutura etária do OVT tem uma distribuição que é representativa do índice de envelhecimento da população (Figura 4). Apenas 28,2% da mesma está abaixo dos 25 anos e, em contrapartida, a população idosa representa 19,2% da estrutura etária, o que supera a média do país que ronda os 17%. Cerca de 66% dos residentes da região têm entre os 15 e os 64 anos, salientando-se, porém, o grupo dos 25 aos 64 anos, que constitui 52,6% dessa população. Em suma, pode concluir-se que a população em idade activa está em processo de progressivo envelhecimento.

O Oeste é a sub-região menos envelhecida pois é onde existe uma maior proporção de jovens e menor proporção de idosos. O Médio Tejo destaca-se por ser a sub-região com maior percentagem de população acima dos 64 anos (21%). A Lezíria do Tejo tem uma estrutura etária muito semelhante à da média do OVT, destacando-se o alargamento da faixa etária entre 25 e os 64 anos e a faixa dos mais de 65 anos, que é ligeiramente superior a essa média.

Evidenciando as situações mais problemáticas, no Médio Tejo destacam-se os concelhos de Abrantes, Ferreira do Zêzere e Sardoal onde a população com idade superior a 64 anos representa mais de 23% da população total. O peso da população idosa aliado ao elevado índice de envelhecimento (200 idosos para 100 jovens, nos casos de Ferreira do Zêzere e Sardoal) demonstra a fraca



### 2.3. Dinâmicas do Emprego

No Oeste e Vale do Tejo reside cerca de 8% da população nacional e a região gera 7% do valor acrescentado do país. As três sub-regiões registavam, em 2001, taxas de actividade relativamente homogéneas (Quadro 4), mais baixas porém do que a taxa da região de Lisboa e da média de Portugal Continental (48,4%).

**Quadro 4 – Taxa de Actividade**

	Região de Lisboa			Lezíria			Médio Tejo			Oeste		
	1991	2001	2007	1991	2001	2007	1991	2001	2007	1991	2001	2007
<b>Total</b>	48,0	52,2	51,2	44,3	48,1	ND	40,5	44,3	ND	43,4	47,6	ND
<b>Homens</b>	56,0	56,9	54,8	55,5	55,0	ND	52,8	51,9	ND	55,3	55,4	ND
<b>Mulheres</b>	40,6	47,9	47,8	33,9	41,5	ND	29,1	37,3	ND	31,7	40,2	ND

Actividade = População Activa / População Residente \* 100

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001, Estatísticas do Emprego - média anual de 2007Taxa de 2007

A taxa de actividade masculina revela-se muito superior à taxa de actividade feminina em todas as sub-regiões, salientando-se todavia a tendência para a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho.

No que se refere à taxa de desemprego (Quadro 5), apenas a sub-região da Lezíria do Tejo regista um valor superior ao da região de Lisboa, tal como em relação a Portugal Continental (6,9%). O Oeste apresenta a taxa mais baixa das três sub-regiões.

É de salientar o facto da taxa de desemprego feminina ser significativamente superior à taxa de desemprego masculina em toda a região, contudo verifica-se a tendência para a sua aproximação, visto se ter verificado, no período de 1991-2001, um aumento significativo da taxa de desemprego masculina e inversamente uma atenuação do desemprego feminino.

### Quadro 5 – Taxa de Desemprego

	Região de Lisboa			Lezíria			Médio Tejo			Oeste		
	1991	2001	2007	1991	2001	2007	1991	2001	2007	1991	2001	2007
<b>Total</b>	7,7	7,6	8,9	7,1	8,1	ND	6,2	6,4	ND	4,8	5,6	ND
<b>Homens</b>	5,6	6,6	9,2	3,6	5,3	ND	3,0	4,3	ND	2,7	3,4	ND
<b>Mulheres</b>	10,5	8,6	8,5	12,5	11,7	ND	11,7	9,1	ND	8,4	8,4	ND

Taxa de Desemprego = População Desempregada / População Activa \* 100

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001, Estatísticas do Emprego - média anual de 2007

A taxa de actividade total, no conjunto da sub-região da Lezíria do Tejo, registou um aumento de 3,8% no período inter-censitário. No entanto, a taxa de actividade masculina não sofreu grandes mutações, tendo o valor sido influenciado pelo significativo aumento da taxa de actividade feminina (7,6%).

Numa análise mais fina à sub-região, os concelhos de Rio Maior, Azambuja e Cartaxo registaram um aumento de 6% na taxa de actividade total, sendo que apenas Coruche registou uma descida pouco considerável (-0,5%). De registar também o aumento da taxa de actividade feminina na esmagadora maioria dos concelhos, destacando-se Rio Maior, Cartaxo e Azambuja, acima dos 9,5%.

No que concerne à taxa de desemprego, a tendência não é linear no conjunto dos concelhos, mas na grande maioria registaram-se ligeiros acréscimos, destacando-se Alpiarça (+ 4,7%). A influenciar sobremaneira este resultado concorre a taxa de desemprego masculina, uma vez que em quase todos os concelhos se verificou um ligeiro aumento do desemprego. A taxa de desemprego feminina não registou um comportamento linear. Por exemplo, em Alpiarça o desemprego feminino aumentou 6,8%, enquanto que na Golegã ocorreu uma variação negativa de 8,8%. Contudo, as taxas de desemprego nas mulheres registavam ainda valores muito elevados em 2001, chegando mesmo a cerca de 19% em Coruche e Salvaterra de Magos.

Na sub-região do Médio Tejo regista-se um aumento significativo da taxa de actividade total, enquanto que a taxa de actividade masculina regista ligeiras alterações (entre -2.2% e 0,7%). No entanto, são relevantes as mutações da taxa de actividade feminina em todos os concelhos, tendo-se registado um aumento superior a 12% em Constância e Entroncamento (12,8% e 14% respectivamente). Estes números revelam também a progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho nesta sub-região.

A taxa de desemprego masculina manteve-se estável no período inter-censitário, tal como a taxa total. Apesar de apresentar valores claramente superiores, a taxa de desemprego feminina baixou em todos os concelhos, destacando-se Constância (-15,3%). Todavia, a taxa de desemprego feminina em 2001 era substancialmente superior às outras duas taxas analisadas, registando valores entre 11% e 13% em Tomar, Entroncamento, Abrantes e Vila Nova da Barquinha.

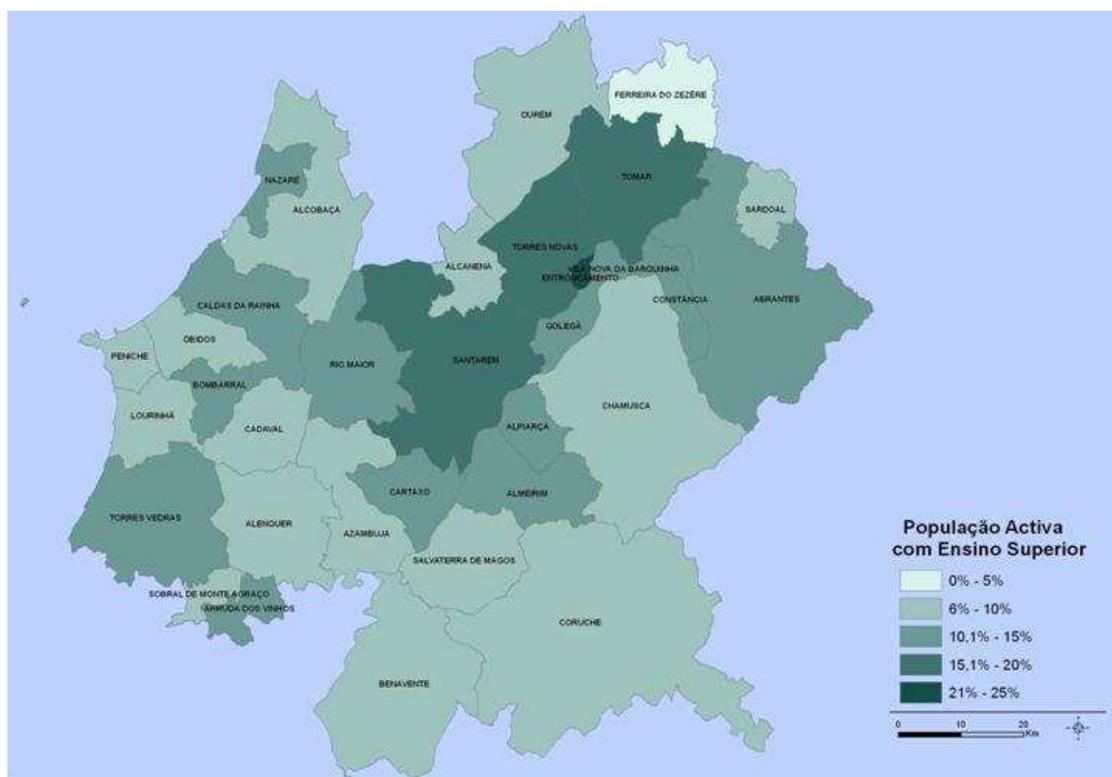
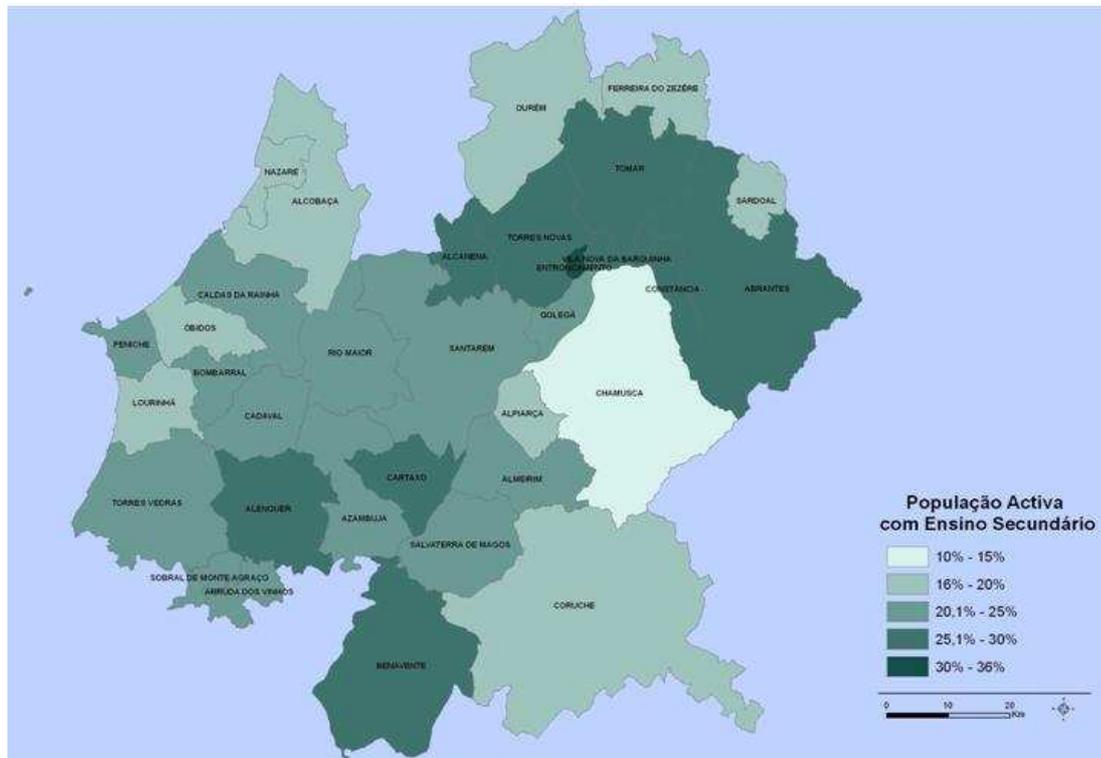
Tal como nas outras sub-regiões, no Oeste a taxa de actividade total subiu em todos os concelhos (com excepção de Coruche) e a taxa de actividade masculina manteve-se estável. A taxa de actividade feminina regista um padrão idêntico às duas outras sub-regiões, destacando-se os concelhos de Arruda dos Vinhos (+ 14,5%) e Sobral de Monte Agraço (+ 15,1%), cujo aumento foi mais significativo.

A taxa de desemprego total varia pouco consideravelmente, tal como nas duas outras sub-regiões. Em relação à taxa de desemprego masculino, o padrão é também estável, sem grandes variações no período inter-censitário, situando-se em todos os concelhos abaixo dos 5% (à semelhança da taxa de desemprego total). Uma vez mais, é no desemprego feminino que ocorrem as principais mutações, se bem que menos significativas que no Vale do Tejo. Em 2001, as taxas de desemprego femininas registam valores elevados, nomeadamente no Bombarral (13,8%) e Peniche (11,9%).

## ***2.4. Competências da população activa***

Registam-se claras lacunas nos níveis de competências dos recursos humanos em toda a região OVT (Figura 5), reveladas pela elevada percentagem de população sem instrução ou apenas com o 1º ciclo do ensino básico: os valores de 36,4%, 31,4%, 36,9% respectivamente no Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, claramente acima do valor da região de Lisboa (24,5%), sublinham o défice de qualificação dos trabalhadores. Corroborando as ideias atrás expostas, a baixa percentagem de população com o ensino secundário (Oeste 21,6%, Médio Tejo 25,0% e Lezíria do Tejo 22,8%) apresenta resultados claramente inferiores a Lisboa (29,2%) mas não muito afastada da média nacional (22,2%).

Figura 5 – Qualificações da População Activa



---

As qualificações ao nível do ensino médio situam-se abaixo de 1% em todos os concelhos, à excepção do Entroncamento (1,4%) e Vila Nova da Barquinha (1,1%), situação que é um espelho do resto do país (0,7%).

No que diz respeito à população trabalhadora com o ensino superior, os valores registados em 2001 demonstram que as três sub-regiões apresentam valores abaixo da média nacional (15,7%) e muito similares entre elas: Oeste 10,6%, Médio Tejo 13,6 %, e Lezíria 11,8%. O contraste ocorre quando comparada com a região de Lisboa cuja percentagem de população activa com o ensino superior regista 23,4%, com particular relevância para a área da Grande Lisboa (25,6%).

O nível de qualificação dos trabalhadores no Médio Tejo regista uma clara assimetria territorial, podendo mesmo dizer-se que existe uma oposição entre os concelhos setentrionais e rurais e os concelhos meridionais e mais urbanizados. É efectivamente no norte desta sub-região que se verifica uma maior percentagem de população menos instruída. A percentagem de trabalhadores que apenas possui o 1º ciclo do ensino básico é superior a 33% em Ferreira do Zêzere, Ourém, Sardoal e Alcanena. Ao nível do ensino superior, destaque para o concelho do Entroncamento, que aparece, no contexto desta sub-região, como um enclave. Este concelho, com cerca de 23,5% de população activa com ensino superior, regista um valor muito próximo da média da região de Lisboa (23,4%) e concomitantemente superior à maioria dos concelhos da AML Norte e superior a todos os concelhos da AML Sul. É uma situação excepcional que decorrerá certamente de dois factores: por um lado, da exiguidade territorial do concelho, constituído apenas por uma freguesia totalmente urbana; por outro, pela condição de charneira que permite absorver grande parte da mão-de-obra qualificada dos concelhos adjacentes.

No que diz respeito à qualificação da população activa do Oeste, uma vez mais, a característica principal é a baixa qualificação dos trabalhadores, já que todos os concelhos apresentam percentagens de população trabalhadora com

---

apenas o primeiro ciclo entre os 30-40%. No que diz respeito à população com qualificações superiores, registam-se algumas oscilações, o valor mais baixo ocorre no Cadaval (cerca de 7%) e o valor mais alto ocorre nas Caldas da Rainha (cerca de 15%).

Tal como as outras duas sub-regiões, também a Lezíria do Tejo é pautada pelos baixos níveis de instrução dos trabalhadores, tendo em conta que a grande maioria da população activa apenas concluiu o primeiro ciclo. A título de exemplo, em Alpiarça, Chamusca e Coruche, a percentagem de população com este nível de ensino ultrapassa os 41%. Em contrapartida, o nível de qualificação superior dos trabalhadores é relativamente homogéneo em todos os concelhos, mas relativamente baixo em comparação com a região de Lisboa. Destaca-se o concelho de Santarém com cerca de 18% de diplomados, valor esse próximo dos resultados da coroa periférica da AML Norte e superior à maioria dos concelhos da Península de Setúbal, o que traduz uma certa ideia de polarização dos recursos humanos qualificados da capital de distrito.

Os níveis de alfabetização da população têm uma tendência generalizada a aumentar, conforme se constata pelo decréscimo da taxa de analfabetismo em todos os municípios entre 1991 e 2001.

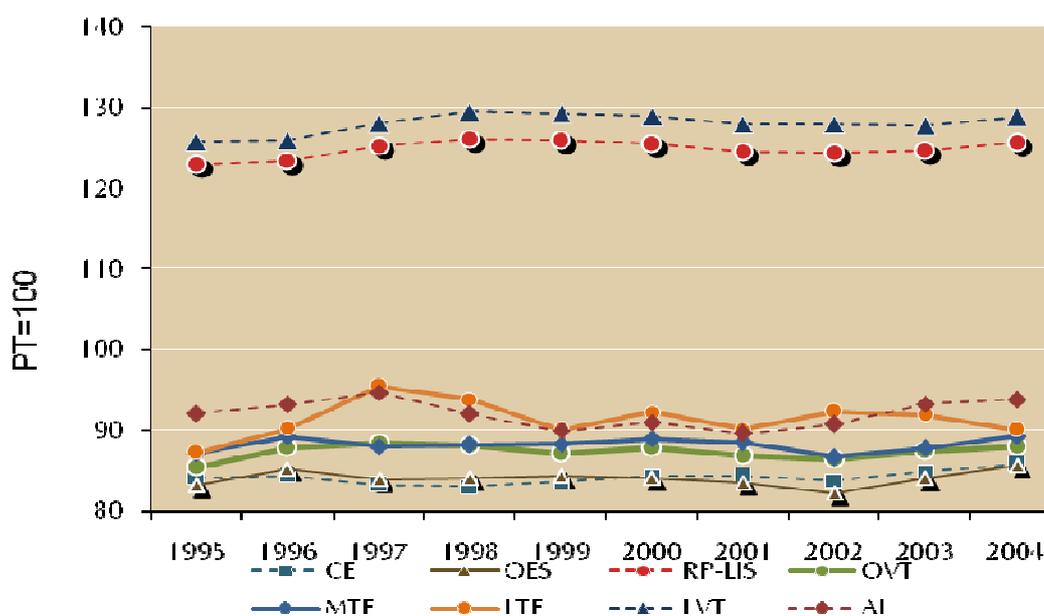
Por fim, analisando a população empregada em indústrias de média e alta tecnologia, em serviços intensivos em conhecimento e em actividades de tecnologias de informação e comunicação, em 2005, verifica-se que a Lezíria do Tejo é onde se registam as maiores proporções de emprego nas referidas áreas, especialmente em Santarém, Azambuja e Benavente. Caldas da Rainha e Torres Novas apresentam as mais elevadas proporções de emprego dos serviços em serviços intensivos em conhecimento, respectivamente 46,3% e 45,7%, assim como as empresas da indústria transformadora de Abrantes e de Benavente têm proporções idênticas de emprego em indústrias de média e alta tecnologia (36,2%).

### 3. ECONOMIA

#### 3.1. Competitividade regional

O Oeste e Vale do Tejo representa cerca de 8% da população nacional e 7% do valor acrescentado gerado no país. O PIB *per capita* da Região, em 2003, é cerca de 12 pontos inferiores à média nacional revelando ao longo dos últimos 10 anos uma ligeira trajectória ascendente de convergência com a média nacional.

Figura 6 - PIB per capita no OVT e nas respectivas NUTS II (Portugal=100)

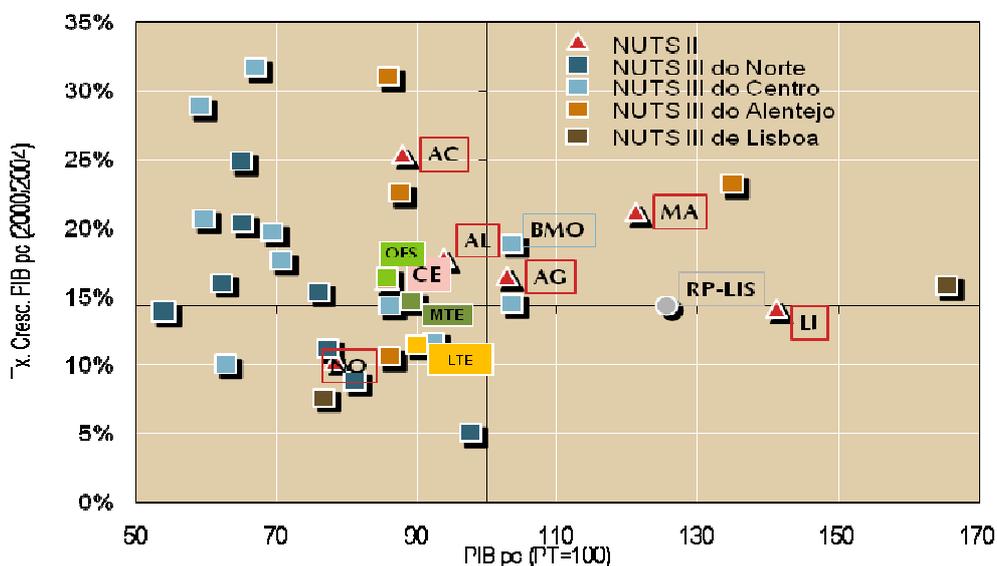


Fonte: INE, Contas Regionais

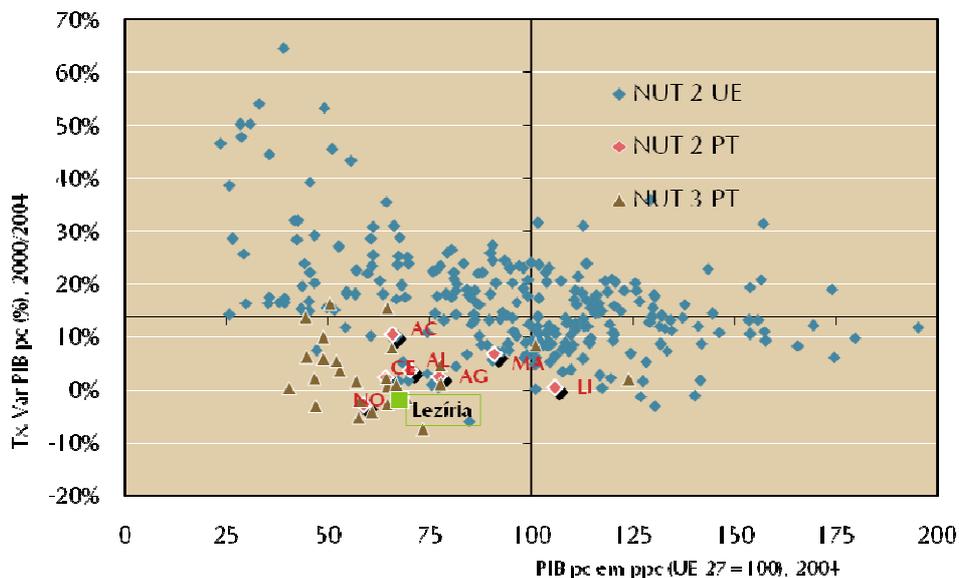
Em termos internos observa-se uma relativa homogeneidade no PIB *per capita*, variando entre 85,7 pontos da média nacional, no Oeste, e os 90 pontos na Lezíria do Tejo. Quando comparado com as Regiões Centro, Alentejo e Lisboa e com a Região de Lisboa e Vale do Tejo, verifica-se que o Oeste e Vale do Tejo se situa numa posição intermédia entre a Região Centro (85,7), e a Região do Alentejo (93,8) e claramente abaixo dos valores das Regiões de Lisboa (141,1) e de Lisboa e Vale do Tejo (128,8) (Figura 6).

Os valores para o período compreendido entre 2000 e 2004 evidenciam uma ligeira que convergência do Oeste e Vale do Tejo para os valores médios nacionais (Figura 7), com exceção da Lezíria do Tejo e uma clara divergência no contexto Europeu (Figura 8), situação que é generalizada a todas as NUTS III do país.

**Figura 7 - Convergência do Oeste e Vale do Tejo no contexto nacional**

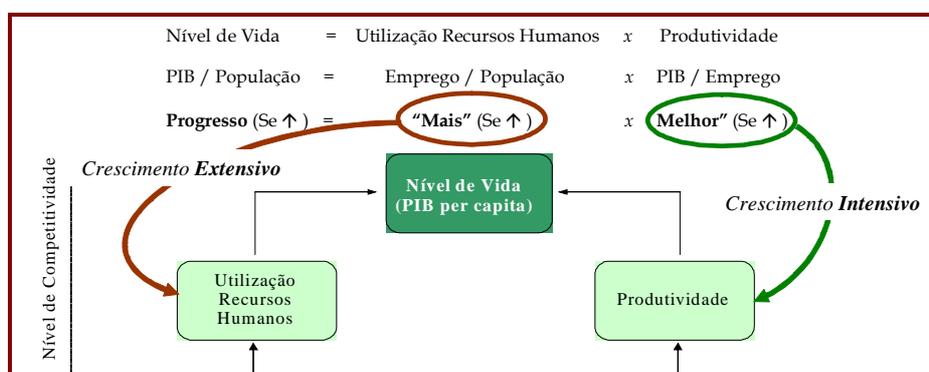


**Figura 8 - Convergência do Oeste e Vale do Tejo no contexto europeu**

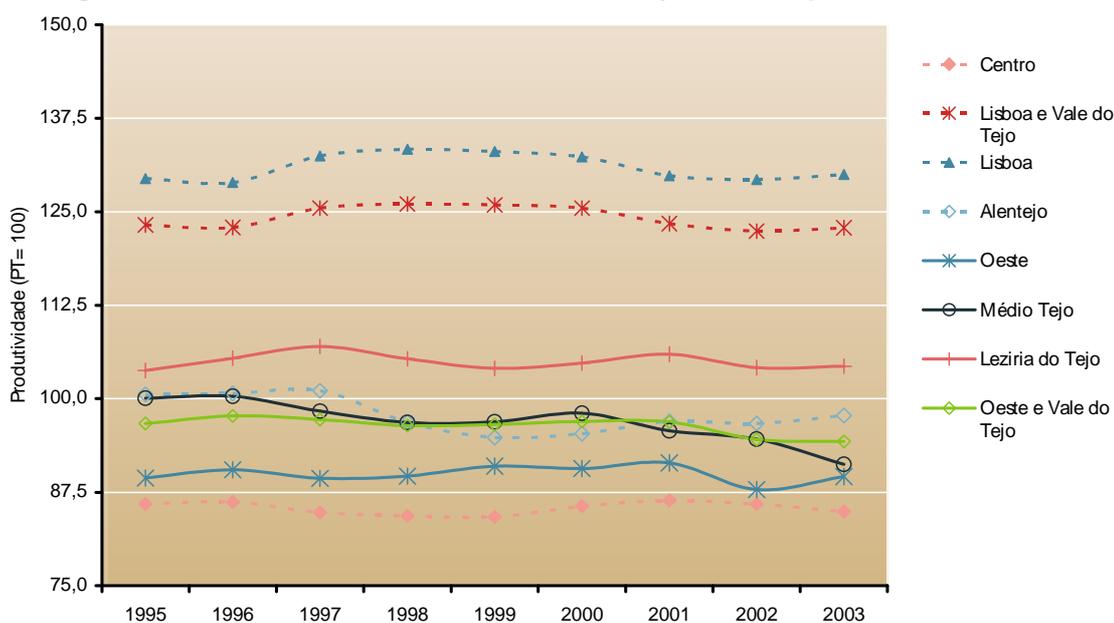


A decomposição do PIB *per capita* em produtividade e intensidade no nível de utilização dos recursos humanos (Figura 9) permite observar que, em termos de produtividade a Região apresenta um posicionamento relativo menos distanciado da média nacional (apenas 5 pontos) e dos valores observados para a Região de Lisboa e a Região de Lisboa e Vale do Tejo e claramente superior ao valor da Região Centro (cerca de 10 pontos acima). Ao longo dos últimos verifica-se uma ligeira divergência com a média nacional com a perda de dois pontos entre 1995 e 2003.

**Figura 9 - Decomposição da Competitividade Territorial**



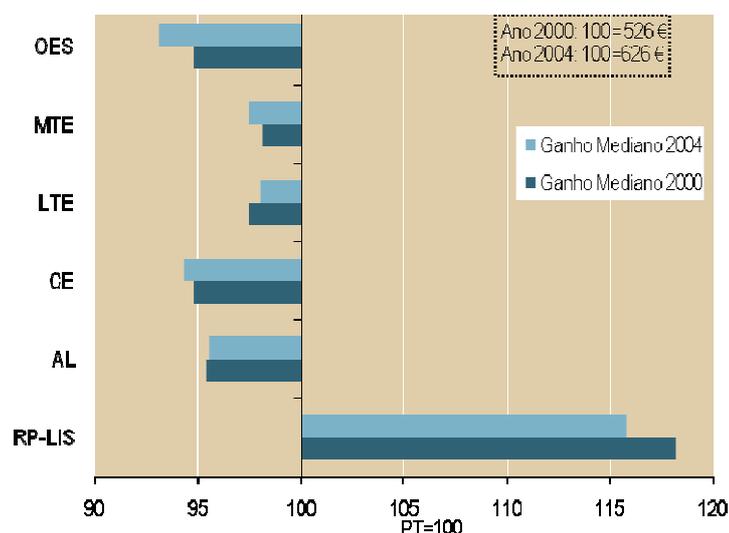
**Figura 10 - Produtividade no Oeste e Vale do Tejo e nas respectivas NUTS II**



Fonte: INE, Contas Regionais

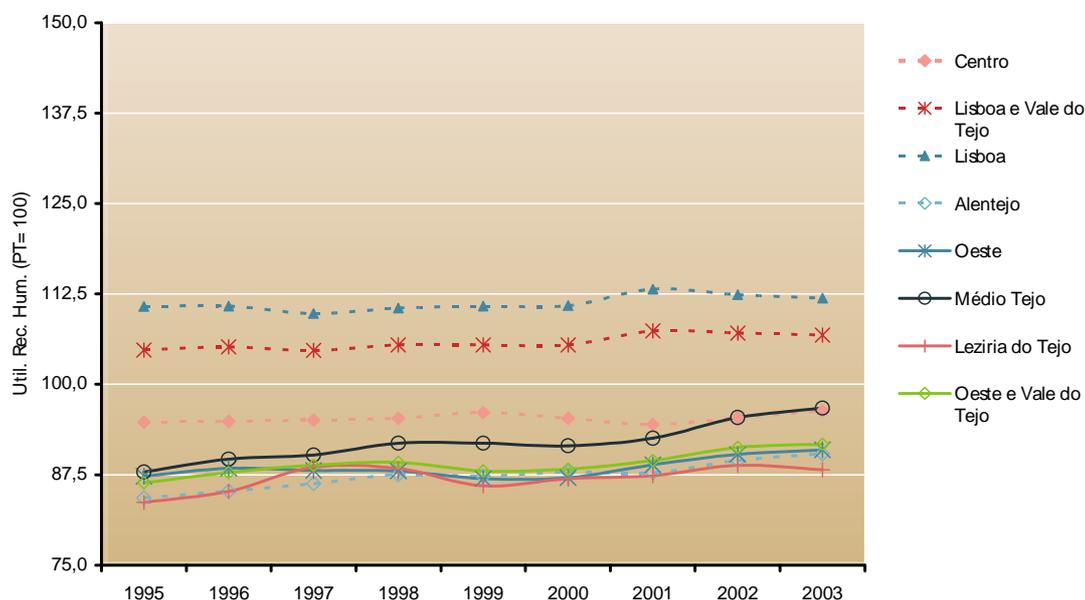
Estes resultados verificados em termos de produtividade encontram-se relativamente alinhados com os níveis de remuneração observados na Região verificando-se um posicionamento semelhante das diversas sub-regiões, nomeadamente registando o Oeste o nível mediano de remunerações mais baixo do Oeste e Vale do Tejo (cerca de 7 pontos inferior à média nacional em 2004) e a Lezíria do Tejo o valor mais aproximado ao valor da remuneração mediana nacional (apenas 2,5 pontos inferior à média nacional) – Figura 11 e Figura 12.

**Figura 11 - Remunerações Medianas**



Em relação ao nível de intensidade na utilização dos recursos humanos (emprego/população residente) o Oeste e Vale do Tejo apresenta valores inferiores à média nacional e igualmente inferiores aos valores das Regiões Lisboa e Centro e da Região de Lisboa e Vale do Tejo e semelhantes aos valores da Região Alentejo (Figura 12). Ao longo dos últimos anos verifica-se, uma tendência de convergência em relação à média nacional que mais do que compensa a divergência verificada em termos de produtividade e que justifica a ligeira convergência com a média nacional do PIB *per capita* registada pelo Oeste e Vale do Tejo.

**Figura 12 - Nível de Utilização dos Recursos Humanos no OVT e nas respectivas NUTS II (Portugal =100)**

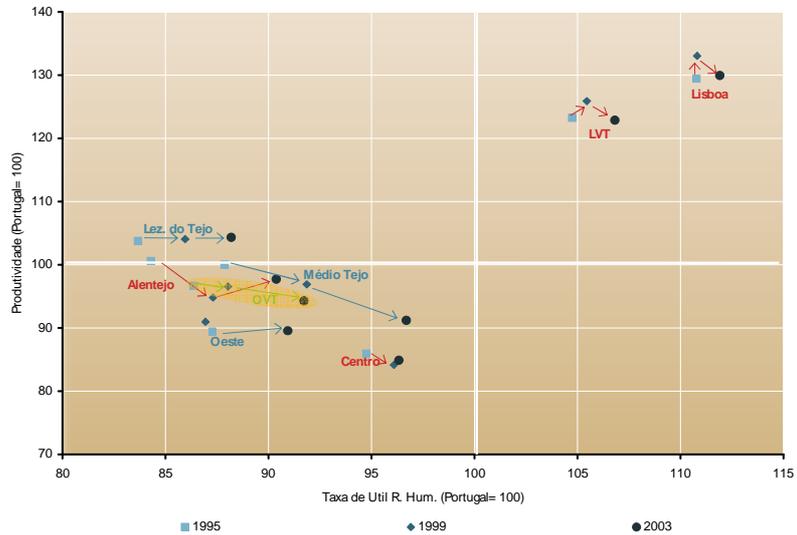


Fonte: INE, Contas Regionais

A qualificação dos recursos humanos da Região revela ainda uma grande debilidade, quando comparada com os valores médios nacionais que, como é sabido, coloca Portugal no último lugar no contexto dos países da UE25.

A representação das trajetórias de produtividade e intensidade dos recursos humanos, ao longo dos últimos anos (Figura 13) mostra com clareza que o processo de convergência registado é, quer para o conjunto da região quer para as diversas sub-regiões, resultante de um aumento do nível de utilização dos recursos humanos, observando, pelo contrário, na produtividade, com excepção da Lezíria do Tejo, um ritmo de crescimento inferior à média nacional.

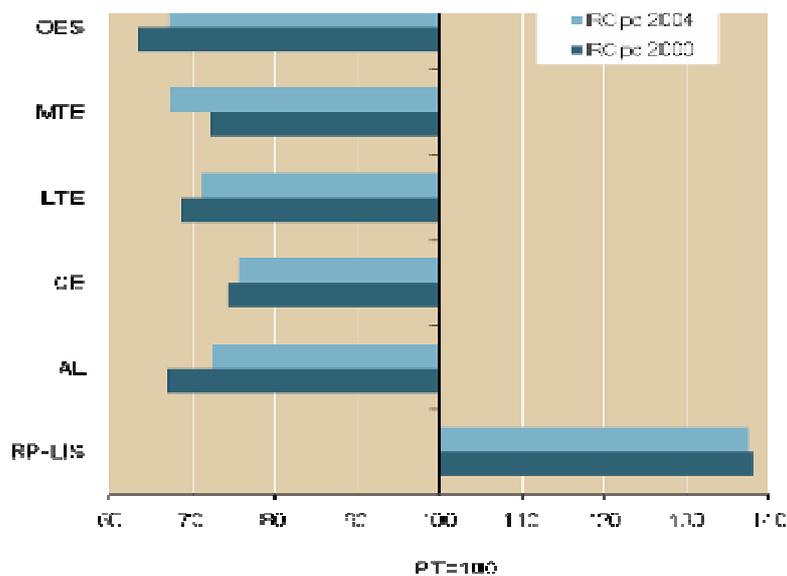
**Figura 13 - Trajectória Regional de Competitividade no Oeste e Vale do Tejo**



Fonte: INE, Contas Regionais

O processo de redistribuição do rendimento assume-se do ponto vista territorial como um elemento que, no caso do Oeste e Vale do Tejo, coloca a Região numa posição inferior e mais distanciada dos valores médios nacionais, não contribuindo para o reforço da coesão territorial nacional (Figura 14).

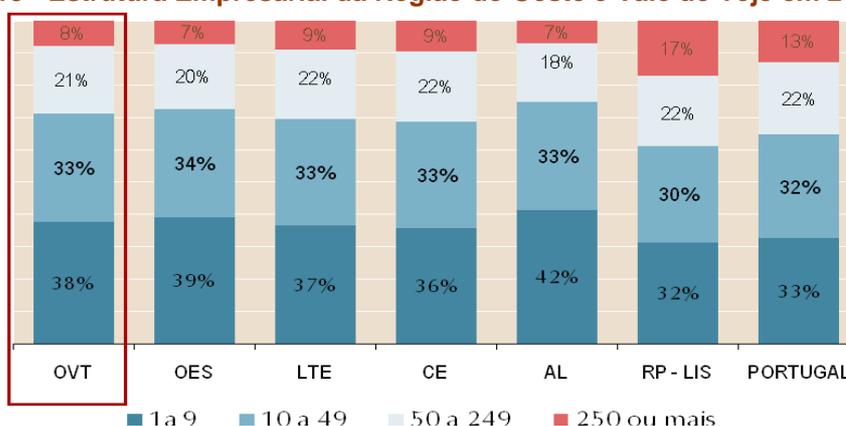
**Figura 14 - Rendimento Colectável**



### 3.2. Indústria e Serviços às Empresas

O Oeste e Vale do Tejo representa cerca de 9% do número de estabelecimentos empresariais nacionais com trabalhadores por conta de outrem e cerca de 8% do total nacional do pessoal ao serviço evidenciando desta forma um tecido empresarial (Figura 15) com uma dimensão ligeiramente inferior ao total nacional (6,9 pessoas ao serviço por estabelecimento no OVT e 7,9 pessoas ao serviço por estabelecimento no conjunto do país).

Figura 15 - Estrutura Empresarial da Região do Oeste e Vale do Tejo em 2004



Fonte: DGEEP, Quadros de Pessoal

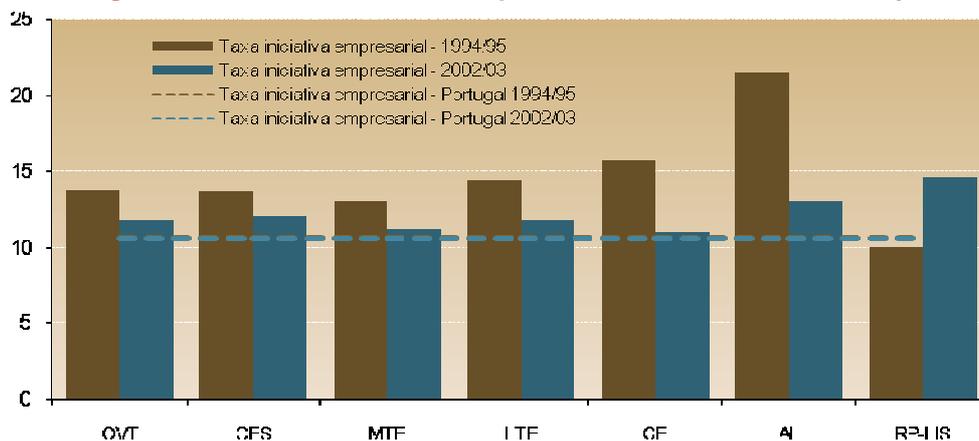
Verifica-se no Oeste e Vale do Tejo uma variação do número de estabelecimentos e do pessoal ao serviço superior aos valores observados para o total nacional e para o conjunto da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Em particular, a sub-região do Oeste apresenta valores de crescimento do número de estabelecimento e do pessoal ao serviço claramente superiores aos das restantes regiões observadas.

No OVT o pessoal ao serviço em estabelecimentos com menos de 50 pessoas ao serviço representa 71,4% do total e apenas 64,8% no total nacional. A evolução entre 1998 e 2004 revela, no entanto, um comportamento claramente diferenciado da região face ao comportamento do conjunto do país, em particular, observando-se um aumento do emprego regional em unidades

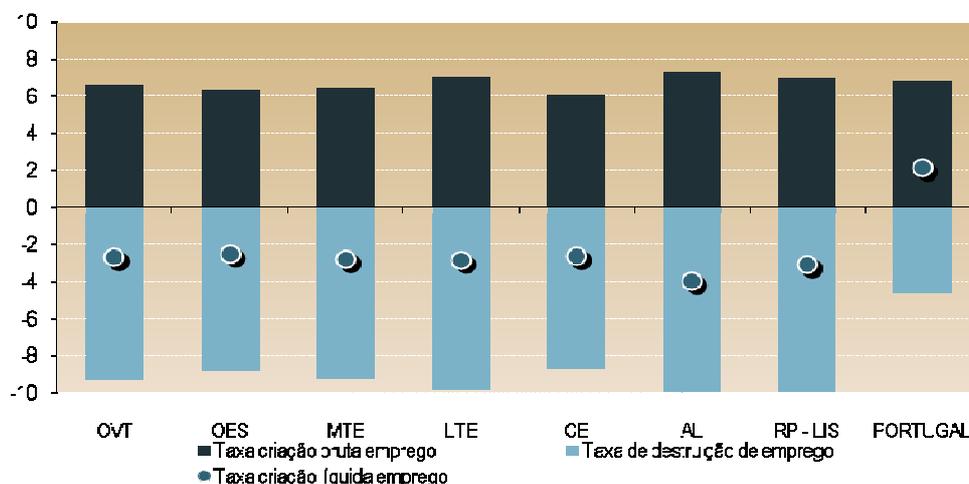
empresariais com 500 e mais pessoas ao serviço (evolui de 2,9% para 4%) enquanto no conjunto do país se verifica uma diminuição destas unidades (passam de 8,1% para 7,0% do pessoal ao serviço).

A observação dos movimentos de criação encerramento e mobilidade dos estabelecimentos empresariais no período 1998-2004 permite observar as principais tendências de transformação do tecido empresarial da Região em que importa destacar (Figura 16 e Figura 17):

**Figura 16 - Taxa de Iniciativa Empresarial no Oeste e Vale do Tejo**



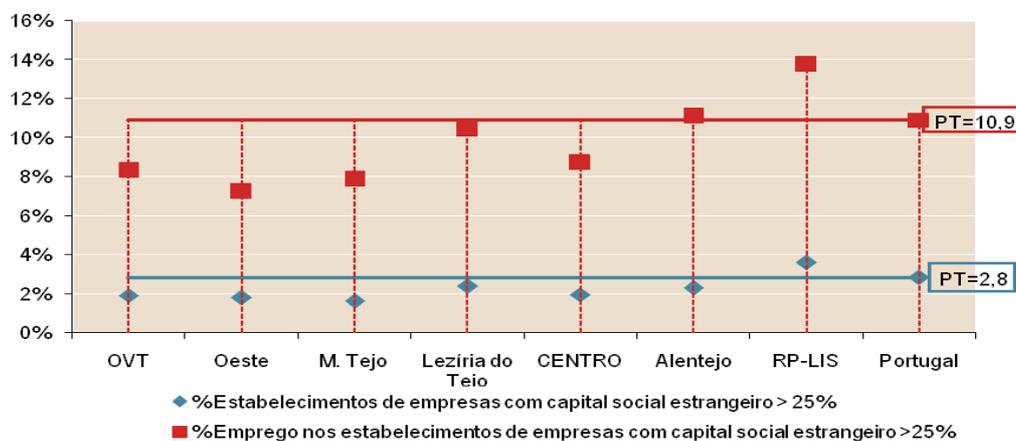
**Figura 17 - Taxa de criação e destruição de emprego implícita nos movimentos iniciativa e encerramento de estabelecimentos**



- O elevado crescimento dos 240 estabelecimentos que emigraram neste período da AML para o OVT que registaram um crescimento do emprego 69,2% e, em particular os que se fixaram na NUTS III Oeste que registaram um crescimento de cerca de 132% (passaram de 1159 pessoas ao serviço para 2688).
- Os estabelecimentos que se deslocaram da Região para AML apenas registam um crescimento no conjunto de 18,4% verificando-se que no caso dos estabelecimentos que se deslocam do OVT para AML têm variações negativas de emprego.
- A decomposição da variação positiva de 16,1% do pessoal ao serviço destaca a relevância do saldo fisiológico na variação do emprego, bem com o peso do emprego criado no OVT pelos estabelecimentos vindos da AML (14,9% da explicação da variação do emprego), sobretudo comparado com a importância dos movimentos de deslocalização com origem no resto do país).
- A decomposição da variação do pessoal ao serviço na Região da AML mostra a importância da variação do emprego nas empresas que permanecem em funcionamento na região e, pelo contrário, a pouca expressão do emprego com origem em estabelecimentos que emigraram do OVT com destino à AML.

A presença de unidades empresariais com capital estrangeiro revela valores inferiores à média nacional e das NUTS II Centro e Alentejo, com excepção da Lezíria do Tejo que regista valores ligeiramente superiores aos observados para a região Centro (Figura 18).

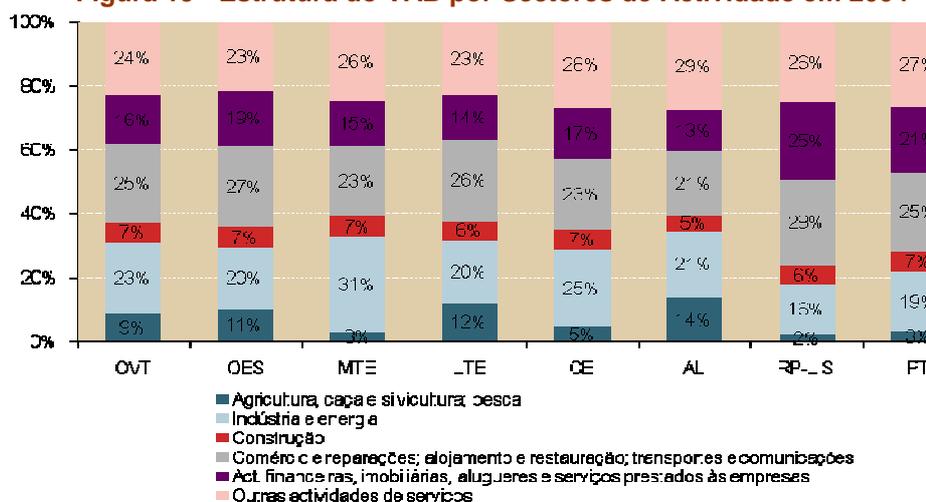
**Figura 18 - Capital Estrangeiro**



### Especialização Sectorial

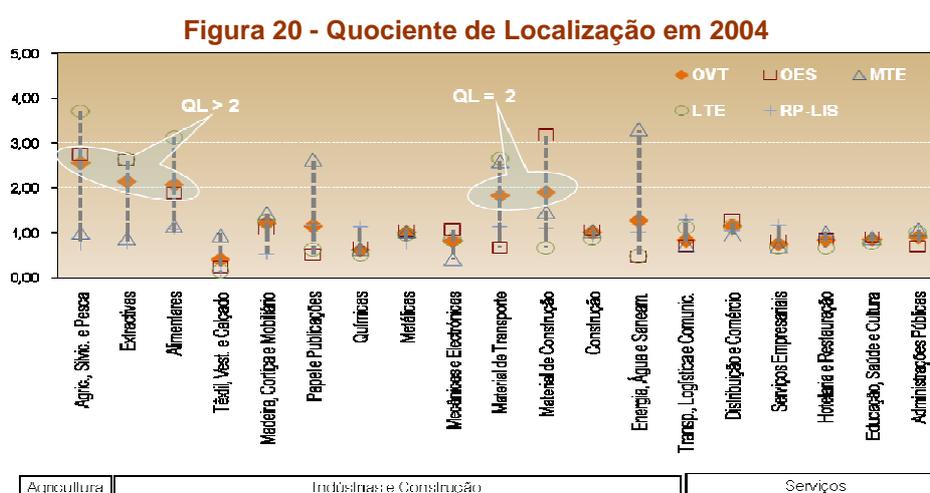
A análise da especialização produtiva da região evidência o peso do sector primário na actividade económica da região, em particular nas regiões da Lezíria do Tejo e do Oeste e, em contrapartida uma subespecialização no sector dos serviços às empresas (Figura 19).

**Figura 19 - Estrutura do VAB por Sectores de Actividade em 2004**



A análise detalhada do perfil de especialização mostra uma clara ligação entre a especialização no sector primário e forte presença da indústria

transformadora alimentar, em particular na Lezíria do Tejo, em contrapartida uma ausência de especialização no sector dos serviços às empresas. O Médio Tejo e Oeste confirmam a tendência de especialização regional para a transformação dos recursos naturais com a especialização respectivamente nos sectores do Papel e dos Materiais de Construção (Figura 20).

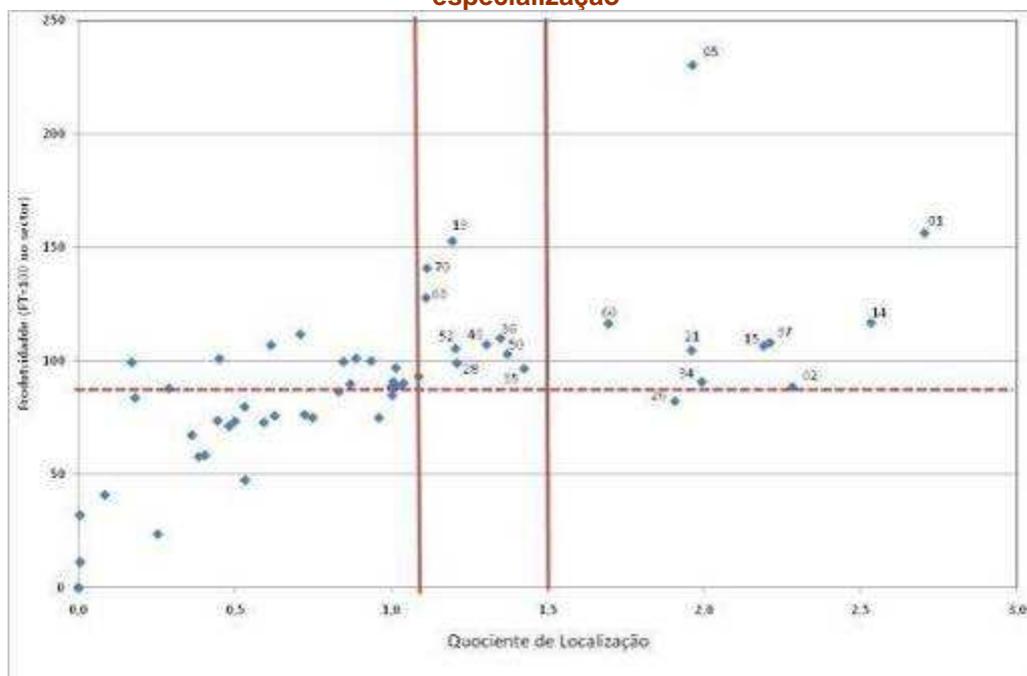


O cruzamento da especialização produtiva com os níveis de produtividade (Figura 21) mostra com clareza que a Região apresenta níveis de eficiência produtiva claramente superiores à média nacional na generalidade das actividades em que a região é especializada.

Da leitura da especialização e nível de eficiência produtiva resulta claramente a ausência de especialização regional no sector dos serviços e em particular o fraco nível de produtividade sectorial alcançado que impedem um melhor posicionamento relativo da região em matéria de *performance* competitiva.

A este perfil de especialização está associado um fraco grau de internacionalização e peso no conjunto das exportações nacionais (Figura 22).

**Figura 21 - Especialização produtiva e nível de produtividade no OVT e sectores de especialização**

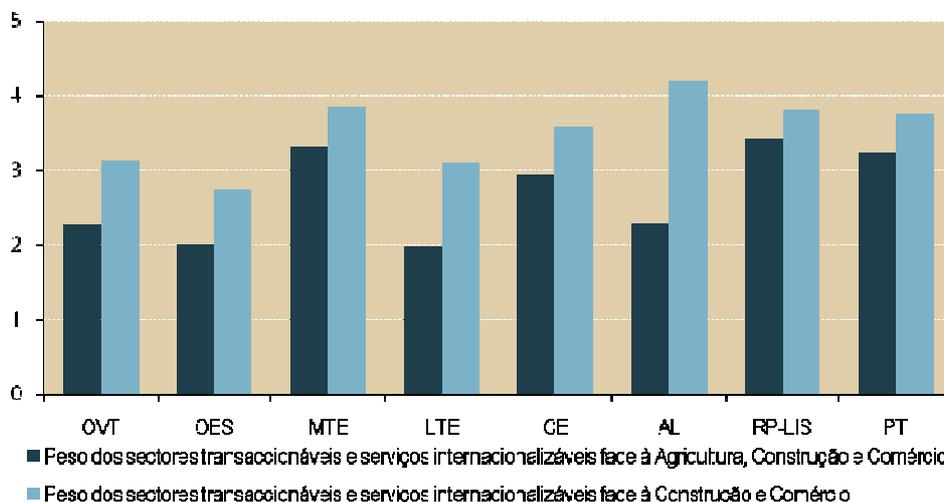


**Sectores de especialização**

01	Agricultura e actividades dos serviços relacionados	26	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	50	Comércio e reparação de automóveis e de combustíveis
02	Silvicultura, exploração florestal e act. dos serv. relacionados	28	Fabricação de produtos metálicos	52	Comércio a retalho reparação de bens pessoais e domésticos
05	Pesca, aquacultura e actividades dos serviços relacionados	34	Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques	60	Transportes terrestres; transportes por oleodutos ou gasodutos
14	Outras indústrias extractivas	35	Fabricação de outro material de transporte	63	Actividades auxiliares dos transportes; agências de viagem
15	Indústrias alimentares e das bebidas	36	Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras	70	Actividades imobiliárias
19	Curtimenta marroquinaria e calçado	37	Reciclagem		
21	Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos	40	Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor		

Fonte: INE, Contas Regionais

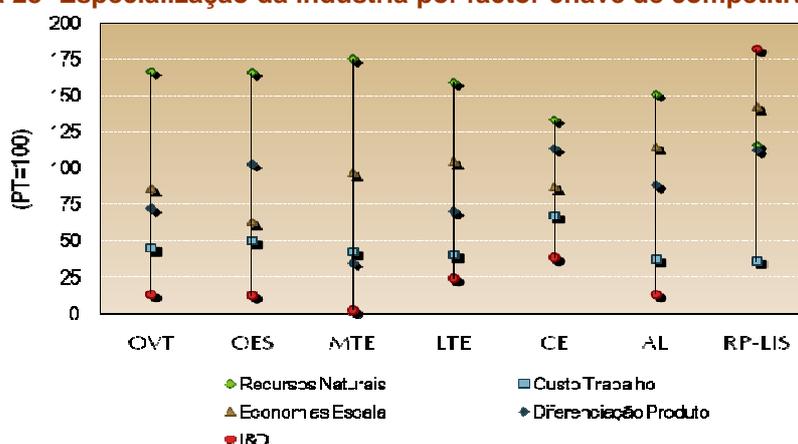
**Figura 22 - Relação entre sectores transaccionáveis e serviços internacionalizáveis e Agricultura, Construção e Comércio**



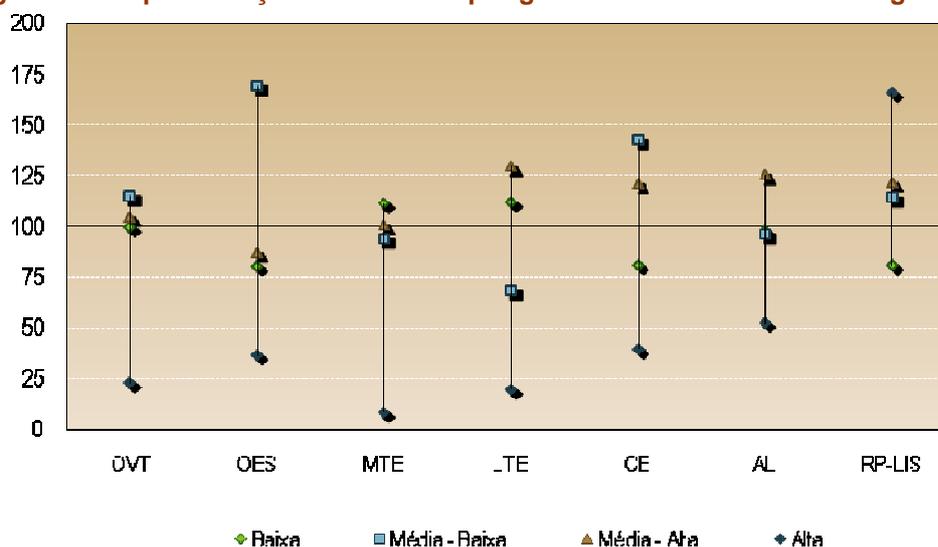
A Região revela uma fraca presença de unidades do sistema C&T, superando esta lacuna através da proximidade geográfica a Lisboa onde se verifica a maior concentração de unidades C&T (Figura 23 e Figura 24).

A espacialização das actividades económica realizada com base numa tipologia que evidencia a especialização do território cruzada com a relevância nacional sectorial, para os diversos sectores de actividade com excepção da Agricultura e Pesca, permite encontrar alguns elementos determinantes da localização das actividades económicas na Região.

**Figura 23 -Especialização da indústria por factor chave de competitividade**



**Figura 24 - Especialização da indústria por graus de intensidade tecnológica**



Os resultados apresentados nas diversas representações sectoriais evidenciam que as concentrações geográficas especializadas com relevância nacional situam-se nos principais centros urbanos da Região e, em alguns casos, como por exemplo na indústria dos materiais de construção, ao longo de eixo rodoviários estruturantes da Região.

Verifica-se peso relevante da agricultura e das pescas na economia do Oeste e Vale do Tejo, representando o OVT cerca de 19% do VAB nacional, da actividade do sector agrícola e cerca de 14% no caso das pescas.

### **3.3. Indústria Extractiva**

A Região Oeste e Vale do Tejo enquadra-se em 3 grandes domínios geológicos do território nacional: o Maciço Antigo, onde, em termos muito simplificados, ocorrem rochas de natureza xistenta e granítica, de idade mais antiga, a Orla Sedimentar Ocidental, onde ocorrem essencialmente rochas sedimentares e a Bacia Sedimentar do Tejo, onde afloram rochas sedimentares detríticas, mais recentes.

No Maciço Antigo enquadra-se a totalidade do concelho do Sardoal e grande parte dos concelhos de Ferreira do Zêzere e Tomar. Os concelhos de Abrantes, Constância e Vila Nova da Barquinha têm também parte da sua área ocupada por rochas do Maciço Antigo. Em termos muito gerais, as unidades geológicas do Maciço Antigo do território nacional apresentam potencialidades para a ocorrência de depósitos económicos de minérios metálicos de natureza diversa.

No que respeita à Orla Sedimentar Ocidental, esta abrange na região do Oeste e Vale do Tejo os concelhos mais a Norte e Oeste desta região. As rochas que nela ocorrem são essencialmente calcários, margas e arenitos argilosos e arenitos caulíníticos. As potencialidades em recursos minerais com valor económico são importantes e estão essencialmente associadas a matérias primas para a construção.

A Bacia Sedimentar do Tejo abrange as zonas Central, Este e Sul da região Oeste e Vale do Tejo. Genericamente distingue-se geomorfologicamente das 2 anteriores por se apresentar aplanada e a cotas baixas. As rochas presentes são essencialmente arenitos, consolidados ou não e calcários. As suas potencialidades em recursos minerais com valor económico estão associadas também a materiais para a construção.

As potencialidades em recursos minerais na Região do Oeste e Vale do Tejo são consideravelmente importantes, em particular no que respeita aos

---

concelhos mais a Norte e Oeste desta região, ou seja, os que abrangem a Orla Sedimentar Ocidental. Essa importância deriva tanto das potencialidades existentes, como da indústria extractiva instalada. De entre os recursos minerais em exploração destacam-se as britas calcárias de Alenquer e Rio Maior, os calcários ornamentais de Alcobaça, Santarém e Alcanena e as argilas comuns ou caulínicas de Torres Vedras, Peniche e Ourém.

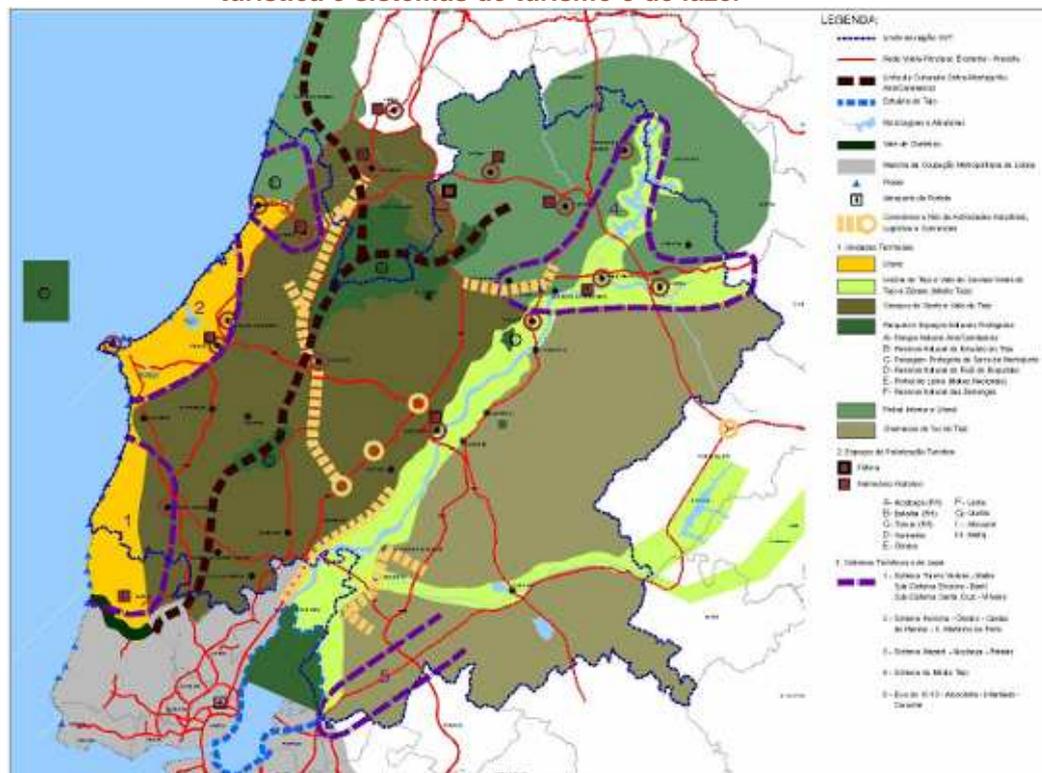
Os primeiros destacam-se como principais fornecedores regionais e para a grande Lisboa de agregados para a construção civil e obras públicas. Esta matéria-prima tem que ser explorada junto dos centros de consumo pois, derivado ao seu baixo valor unitário, não suporta elevados encargos com logística de transportes. Tal já não se verifica com os calcários ornamentais. Grande parte dos volumes explorados em Alcobaça e Santarém destinam-se ao mercado de exportação, tanto em bruto como em produto acabado. Em conjunto com as variedades ornamentais exploradas em concelhos vizinhos assumem importância económica a nível nacional. As explorações de argilas, em conjunto com as do concelho vizinho de Porto de Mós, constituem a fonte de abastecimento às fábricas de cerâmica estrutural principais fornecedoras do sector da construção de grande parte da região Centro, Grande Lisboa, Alentejo e Algarve

### 3.4 Turismo, Lazer e Cultura

O OVT é um território muito diversificado, tanto sob o ponto de vista geográfico como socio-económico, histórico e cultural, o que se traduz numa grande variedade de paisagens, todas elas marcadas por uma longa ocupação humana, mas também pelas transformações recentes sob a crescente influência da AML.

A esta grande diferenciação geográfica correspondem também diversidades culturais, de exploração dos recursos e de organização do território, da sua ocupação e do seu povoamento, de grande importância para as actividades ligadas ao turismo e ao lazer (Figura 25). Assim no OVT diferenciam-se: i) unidades territoriais (corredor litoral, Lezíria do Tejo, vales do Tejo e do Zêzere, campos do Oeste do Vale do Tejo, parques e espaços naturais protegidos, pinhal interior e charnecas do sul do Tejo), ii) espaços de polarização turística; iii) sistemas turísticos e de lazer.

**Figura 25 – Turismo, lazer e cultura: unidades territoriais, espaços de polarização turística e sistemas de turismo e de lazer**



O “corredor litoral” estende-se ao longo da costa, entre a Ericeira (fora do OVT) e a Nazaré. Os usos turísticos e de lazer, nomeadamente a residência secundária, distribuem-se por toda a área, mas com maior concentração junto da orla costeira onde se desenvolveram alguns importantes núcleos balneares (Ericeira, Santa Cruz, Porto Novo/Maceira, praia da Areia Branca, São Bernardino/Consolação, Baleal/Foz do Arelho/São Martinho do Porto e Nazaré) tendencialmente ligados por um povoamento linear, afastado da costa, onde se misturam comércio, serviços, residência secundária e residência habitual. Este corredor predominantemente turístico e de lazer é interrompido na costa da Lourinhã dando lugar a um povoamento linear estritamente ligado ao espaço rural e às actividades agrícolas, e é balizado a Sul pelo vale de Cheleiros onde se faz a transição para a mancha de ocupação metropolitana de Lisboa, e a Norte da Nazaré pelas Matas Nacionais do Pinhal de Leiria que constituem um “tampão” à expansão contínua da ocupação turística e do lazer no litoral.

A “Lezíria do Tejo” corresponde à grande planície agrícola que acompanha as duas margens do Tejo desde o Estuário, no concelho de Benavente, até Vila Nova da Barquinha onde o vale estreita. A base económica da Lezíria assenta fundamentalmente nas actividades agrárias e nas indústrias e serviços a elas ligados. Com excepção de alguns eventos de projecção regional e nacional, as actividades turísticas e de lazer têm muito pouca expressão neste território, não correspondendo às suas potencialidades atendendo à importância económica das actividades agrícolas e pecuárias, à riqueza da paisagem, à diversidade das tradições e à presença que algumas das suas actividades têm no imaginário colectivo português, num território com excelente acessibilidade em relação à AML e ao resto do país.

O território dos “vales do Tejo e do Zêzere” (Médio Tejo), entre Vila Nova da Barquinha e Abrantes, apresenta características substancialmente diferentes da Lezíria. Aqui, o vale estreita, a agricultura perde importância, e a rede

---

urbana, mantendo a mesma proximidade ao rio, não depende das actividades a ele ligadas. Contudo, é ainda a água o grande atractivo para o turismo e lazer nesta zona. Por um lado, as margens do Tejo proporcionam a criação de espaços de recreio e de lazer, pontuados pela imagem emblemática do Castelo de Almourol, *ex-libris* deste troço do Tejo, e a construção de equipamentos recreativos e desportivos ligados ao rio, e, por outro lado, a albufeira de Castelo de Bode constitui, reconhecidamente, um espaço com potencial de atracção que ultrapassa a Região.

Os “campos do Oeste e do Vale do Tejo” situam-se entre o Litoral e a Lezíria do Tejo; o território, embora dividido pela linha de cumeada das serras, é um “campo” marcadamente agrícola e florestal, designado no Ribatejo por “bairro”, que integra também grandes instalações de pecuária intensiva, áreas de exploração de inertes (na zona dos calcários), espaços de concentração industrial/logística, e, mesmo, parques de sucata dispersos na periferia da área metropolitana. Trata-se de um território rural onde predominam as pequenas e médias explorações agrícolas, muitas delas ligadas à produção do vinho e às horto-frutícolas, que, exceptuando alguns centros urbanos integrados nas dinâmicas metropolitanas (Azambuja, Cartaxo, Alenquer/Carregado) e as cidades com funções administrativas de nível supra municipal (Torres Vedras, Santarém, Alcobaça e Rio Maior), tem uma rede urbana de pequena dimensão e pouco dinâmica.

Nestes territórios observa-se actualmente uma situação de relativa “inércia” no que respeita ao turismo e lazer, porém, deve destacar-se o papel emergente de Rio Maior no que respeita às actividades e aos estágios desportivos possibilitados pelo conjunto de equipamentos e infra-estruturas de que já dispõe, podendo também constituir uma das “portas” do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta espaços de grande valor ambiental, cultural e paisagístico que constituem um importante recurso para o

turismo e lazer na Região. Parte destes localizam-se no Oeste e Vale do Tejo e incluem, para além do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (parte integrada na Região Centro), as Reservas Naturais do Estuário do Tejo, das Berlengas e do Paul do Boquilobo, a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, o Rio Tejo, a Orla Costeira com os “monumentos naturais” que são o Cabo Carvoeiro (Peniche), a Lagoa de Óbidos e a concha de São Martinho, bem como o histórico “Pinhal de Leiria” (integrado em grande parte nas Matas Nacionais sob gestão do Estado). Com excepção das Berlengas e das grutas de Alvados e de Santo António, nenhum destes espaços oferece ainda produtos turísticos e de lazer de acordo com a sua importância cultural e com as potencialidades de atracção face a uma Região metropolitana e destino turístico como Lisboa. Esta debilidade é particularmente notória no que respeita ao Rio Tejo e à Reserva Natural do Estuário, espaços com um grande potencial de atracção atendendo tanto aos temas envolvidos como à proximidade das áreas residenciais e turísticas da AML.

No Médio Tejo, faz-se a transição da Região de Lisboa e Vale do Tejo para a Floresta Central e para a zona montanhosa que constitui a grande barreira geográfica do centro do país. No que respeita ao turismo e ao lazer, esta área beneficia, por um lado, das dinâmicas dos vales do Tejo e do Zêzere (Castelo de Bode), da atracção de Fátima, dos recursos patrimoniais da Cidade de Tomar (Convento de Tomar), e da proximidade ao Parque Natural das Serras de Aire e de Candeeiros (Grutas de Alvados e Santo António) e, por outro lado, da grande acessibilidade em relação ao conjunto do território nacional proporcionada pela junção da A1 com a A3, a qual poderá justificar o crescimento da residência secundária que se vem verificando nos concelhos de Ourém e de Tomar. Contudo, verifica-se que estes dois centros urbanos não estruturam, ainda, este território encontrando-se à margem das dinâmicas já instaladas na proximidade.

---

No conjunto Oeste e Vale do Tejo, a Região Turística dos Templários é a que apresenta menores taxas de crescimento assim como a mais reduzida capacidade de alojamento turístico.

A margem esquerda do Tejo, para além da planície da Lezíria – as “charnecas do sul do Tejo” – é um território pouco acidentado mas de solos pobres e predominantemente ocupado com matas de eucaliptos e de pinhal para exploração industrial, e de montado de sobro. Fora das várzeas associadas a algumas linhas de água e das zonas de Foros e Fazendas, a agricultura é rara. Salvo situações pontuais em que centros de herdades e de antigas quintas integram alojamento turístico e actividades de recreio e lazer frequentemente ligadas à caça, a actividade turística é muito reduzida e não apresenta dinâmica significativa. A grande quantidade de Reservas de Caça Turística mostra que esta actividade pode representar, neste território, o mais importante recurso para o lazer e para a realização de eventos com capacidade para atrair turistas e desenvolver a vertente de alojamento turístico a Sul do Tejo.

Na Região Oeste e Vale do Tejo é ainda possível identificar, como principais espaços de polarização turística, o Santuário de Fátima que, constituindo o motivo de deslocação de cerca de 5 milhões de peregrinos e visitantes em 2005, é um destino internacional de turismo religioso, bem como os principais monumentos e centros históricos da Região, de entre os quais se destacam os conjuntos dos mosteiros de Alcobaça e Batalha e o Convento de Cristo em Tomar (classificados como Património da Humanidade). Parte deste património encontra-se actualmente integrado em circuitos de visita organizados a partir de Lisboa e de outras origens, muitos dos quais têm Fátima como principal destino. As tendências identificadas são, por um lado, para a valorização do património através da dinamização de actividades que atraiam eventos e visitantes a cada local, e, por outro lado, a integração do património em redes, nomeadamente redes temáticas que dêem origem a rotas e circuitos integrados de visita, como, por exemplo, a Rota dos Templários, o Circuito do Património da Humanidade ligando Tomar, Batalha e Alcobaça, ou do Gótico tendo como

---

pólo Santarém mas que poderá abranger todo o território da margem direita do Tejo onde se verifica uma presença significativa de edifícios dos séculos XII a XIV com destaque para os edifícios religiosos.

Refira-se ainda que alguns dos recursos culturais do Oeste e Vale do Tejo apresentam especificidades únicas e potencialidades de dimensão nacional e internacional, podendo mesmo representar um papel nuclear nas estratégias de afirmação da Região internacionalmente e no país. Isto significa potenciar esses valores culturais singulares e projectá-los - por exemplo, integrando-os como componente cultural na “marca” Região de Lisboa e/ou Portugal, situação que depende de um factor fundamental que, mais do que articulação, são as alianças institucionais através das políticas sectoriais da economia, negócios estrangeiros e cultura. Daí a necessidade de se identificarem ofertas culturais que representem adequadamente o Oeste e Vale do Tejo, que induzam retornos em termos de reputação, notoriedade e prestígio e que sejam capazes de induzir fluxos económicos diversos e de otimizar a capacidade de gerar receitas. Para obter esses resultados importa estabelecer parcerias estratégicas entre os promotores/gestores de projectos/património culturais, os detentores das capacidades patrimoniais e as entidades institucionais. Também a criação de Redes na gestão de equipamentos culturais em torno de um objectivo comum potenciam economias de escala e optimização de recursos humanos, técnicos e/ou financeiros.

Em síntese, as actividades de turismo e lazer do OVT estão estreitamente ligadas, por um lado, às dinâmicas de desenvolvimento de Lisboa como um dos principais destinos turísticos do país em crescente afirmação internacional, e como região metropolitana europeia onde se desenvolvem novos padrões de consumo com impactes nas áreas da cultura, do lazer e do desporto, bem como na expansão do turismo residencial e da residência secundária e, por outro lado, à projecção nacional e internacional de Fátima como centro religioso.

---

Não sendo um destino marcadamente de “sol e praia”, o OVT tem a vantagem de, na proximidade de Lisboa, dispor de um vasto conjunto de recursos, paisagens e ambientes, que permitem construir uma oferta de produtos de lazer muito diversificada com condições para a diferenciar de outras regiões turísticas, e reforçar a sua capacidade atractiva e competitiva, nomeadamente na área do turismo residencial.

Destaca-se o Oeste como a sub-região de maior concentração de oferta de alojamento turístico e de lazer, e com uma dinâmica superior de crescimento, facto reconhecido no *Plano Estratégico Nacional de Turismo* (PENT) através da sua inclusão nos seis Pólos de Desenvolvimento Turístico com o objectivo de diversificar a oferta turística em Portugal.

Actualmente, identificam-se como principais produtos turísticos no OVT o *touring* cultural e paisagístico e o *short-break*, revelando-se com potencial para se consolidarem e desenvolverem. Assinala-se, ainda a pouca expressão do turismo em espaço rural (TER) que não ultrapassa 3,5% da oferta do Oeste e Vale do Tejo, apesar das suas características marcadamente rurais e agrícolas e a existência de numerosas quintas e casas agrícolas com interesse patrimonial e cultural.

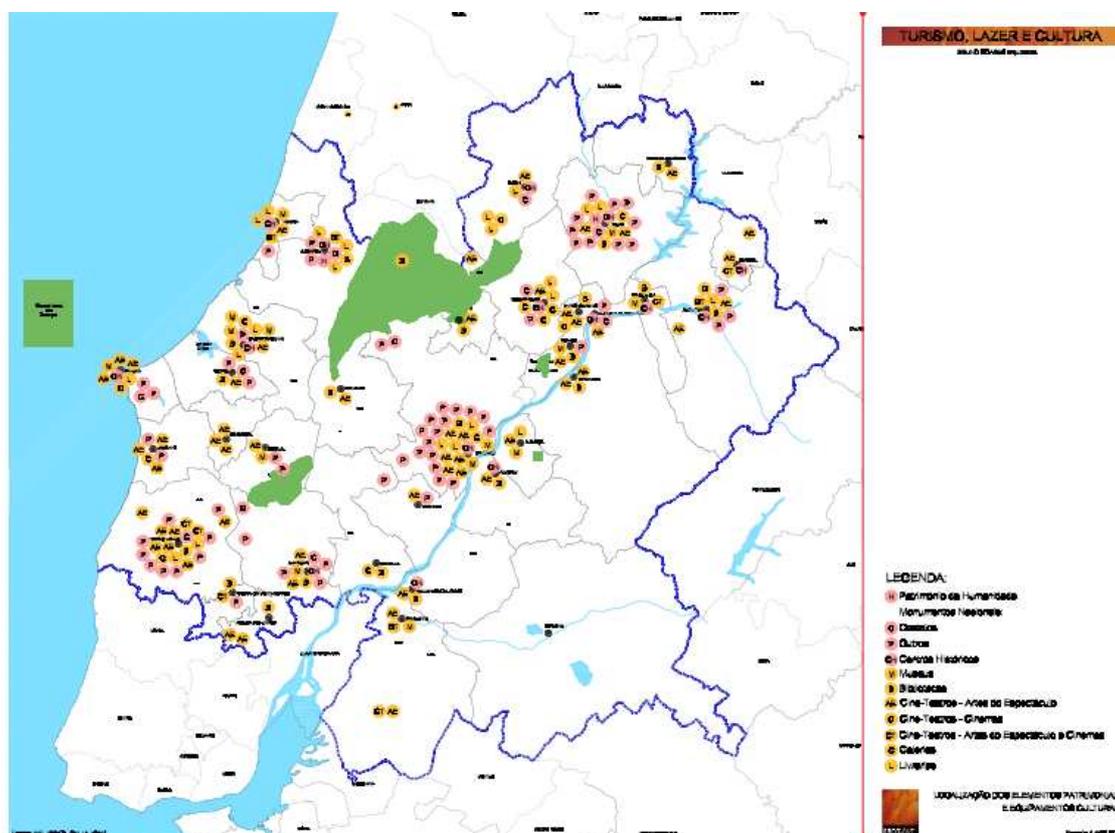
Permanece, na oferta actual, uma fragilidade na formatação e integração em rede dos produtos de lazer e de oferta complementar, resultantes da desadequação da formatação e promoção dos recursos e potencialidades destas sub-regiões, nomeadamente no que respeita ao património histórico edificado nomeadamente ao Património da Humanidade, em particular.

Por outro lado, afirmam-se produtos emergentes, como o golfe (aumento da oferta de campos) e o turismo de saúde e bem-estar, protagonizado pelas tradicionais termas. Também o turismo desportivo traduzido em “estágios” e “eventos” é potenciado por infra-estruturas e equipamentos entretanto construídos e promovidos pelas Autarquias Locais.

A par dos produtos turísticos referidos, a presença do valioso património, bem como de actividades culturais e recreativas distribuídas por todo o OVT, associadas à gastronomia diversificada, são atractivos para muitos visitantes que não pernoitam mas que aí se deslocam em excursões organizadas ou individuais.

O OVT é caracterizado também por uma grande diversidade ao nível dos recursos e da oferta cultural (Figura 26), material e imaterial, erudita e popular, assente numa matriz cultural de base rural, historicamente marcada desde o século XII pela Ordem de Cister, no Oeste, e mais recentemente pela Companhia das Lezírias e grandes casas agrícolas, no Vale do Tejo, mantendo assim um quadro económico dominado, ao longo de séculos, pelas actividades agrárias.

**Figura 26 - Localização dos equipamentos patrimoniais e culturais**



O caminho-de-ferro proporcionou a partir do final do século XIX o aparecimento de uma nova estrutura social (empresários industriais, operários, empregados dos sectores dos serviços). Este processo transformador da cadeia económica teve reflexos na riqueza regional ainda hoje dominada pela pequena indústria individual, particularmente no sector agro-industrial. A ascensão da burguesia urbana reflectiu-se na construção de inúmeros cine-teatros muitos dos quais, hoje reabilitados, integram a rede de equipamentos regional.

Muitos são os elementos identitários que ao longo da história marcaram este território. Pela sua importância patrimonial e territorial ainda hoje distinguem a Região e podem contribuir para a promover e projectar (Quadro 6).

**Quadro 6 - Elementos identitários regionais principais**

Elementos identitários regionais	Importância patrimonial e territorial
Rio Tejo	<ul style="list-style-type: none"> <li>– O maior rio da Península Ibérica e decisivo referencial identitário na história de Portugal.</li> <li>– Eixo estruturante do território e da unificação/concertação regional.</li> <li>– Suporte de penetração de povos e civilizações ao longo da história.</li> <li>– Eixo de desenvolvimento económico (agricultura, pesca, construção naval, barcos tradicionais de pesca e destinados às actividades comerciais) e de unificação (comércio e navegação) da Região de Lisboa e Vale do Tejo.</li> </ul>
Litoral Atlântico	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Na relação com o mar, instalaram-se e desenvolveram-se comunidades piscatórias e industriais com modos de vida, contextos e práticas culturais que se diferenciam no conjunto regional.</li> </ul>
Património Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Legados materiais, fruto da acção humana no passado materializados em depósitos estratificados, estruturas, construções, bens móveis localizados em meio rural ou urbano, e em meios terrestres e aquáticos, estando referenciados, cerca de milhar e meio de sítios arqueológicos.</li> </ul>
História	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ordens de Cister, dos Templários e de Cristo e a Batalha de Aljubarrota, as Invasões Francesas (1807-1810) e as Lutas Liberais (1820-1850), que, desde a Idade Média, marcaram as vivências das comunidades nos domínios económico, social, político e espiritual.</li> </ul>
Mosteiro Alcobaça, Convento Cristo e (proximidade ao) Mosteiro Batalha	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Constituem uma Rota do Património da Humanidade.</li> </ul>
Castelos e as Fortalezas	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Grandiosa obra que foi a construção das 152 fortificações militares ao longo das denominadas Linhas de Torres.</li> </ul>
Património Natural	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Parques, espaços naturais protegidos e um importante espólio paleontológico, o qual vem ganhando reconhecimento e projecção mundial.</li> </ul>
Equipamentos culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Com uma repartição equilibrada na Região (museus, espaços de exposições e de reuniões, cine-teatros e bibliotecas), muitos dos quais são também testemunho do desenvolvimento local em épocas de afirmação da burguesia agrária e industrial emergente.</li> </ul>
Eventos	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Continuidade entre a tradição e a modernidade, na coexistência de festas e representações tradicionais, e de acontecimentos culturais que transmitem expressões artísticas contemporâneas na música, teatro, e artes plásticas.</li> </ul>

Estes recursos, distribuídos por todo o OVT podem constituir, integrados em redes temáticas e funcionais, um dos principais elementos de dinamização e divulgação cultural do Oeste e Vale do Tejo.

### 3.5 Agricultura e Florestas

As sub-regiões do Oeste e Vale do Tejo integram actualmente cerca de 48,7 milhares de explorações agrícolas que ocupam 356 milhares de hectares de superfície agrícola utilizada (SAU) e dão emprego directo a cerca de 59,6 mil unidades de trabalho ano (UTA), representando, respectivamente, cerca de 12, 10 e 15% do número de explorações, da SAU e das UTA do conjunto dos concelhos rurais de Portugal Continental (Quadro 7).

**Quadro 7 - Componente agro-florestal para o Oeste e Vale do Tejo**

	Oeste	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	Continente *
<b>N.º de explorações (1000)</b>	20,4	14,9	13,4	48,7	370,8
<b>SAU (1000 ha)</b>	84,4	220,2	51,4	356,0	3704,4
<b>SF (1000 ha)</b>	69,0	203,1	103,7	375,8	3349,0
<b>UTA (1000)</b>	27,2	19,9	12,5	59,6	485,8
<b>MBT (M€)</b>	307,8	221,7	45,1	574,6	2641,4
<b>TRT (M€)</b>	67,9	92,2	17,1	177,2	1072,6
<b>MBE (M€)</b>	239,9	129,4	28,0	397,3	1568,8

\* Concelhos rurais

De acordo com o Inventário Florestal Nacional de 2005-06, a superfície florestal (SF) do OVT atinge cerca de 354 milhares de hectares, 50% dos quais integrados na superfície agro-florestal (SAF) das explorações agrícolas em causa, de acordo com as nossas estimativas baseadas no Inquérito às Estruturas Agrícolas de 2005.

Na sub-região do Oeste predominam as áreas agrícolas (cerca de 50% do território) sobre as áreas florestais (cerca de 25%). Nas áreas agrícolas do

Oeste ocupam posição dominante a vinha, os pomares e as culturas anuais de regadio com, respectivamente, cerca de 41, 11 e 5 milhares de hectares. Nas áreas florestais do Oeste predominam o pinheiro bravo e o eucalipto que ocupam, respectivamente, cerca de 20 e 40 milhares de hectares.

Na Lezíria do Tejo prevalecem as áreas florestais (cerca de 53% do território) sobre as áreas agrícolas (cerca de 32%). Nas áreas agrícolas da Lezíria ocupam posição dominante as culturas anuais de regadio (38 milhares de ha), o arroz (16 milhares de ha), a vinha (19 milhares de ha), o olival (8 milhares de ha), sendo a restante área ocupada principalmente por prados e pastagens com terra limpa e sob coberto de áreas florestais. Nas áreas florestais predominam o montado de sobro e azinho (85 milhares de hectares) e o pinhal (36 milhares de ha).

No Médio Tejo as áreas florestais são, também, dominantes (cerca de 51% do território) em relação às áreas agrícolas (cerca de 27%). Nesta sub-região, nas áreas agrícolas predominam as áreas de olival (25 milhões de ha), pomares (3,4 milhares de ha), vinhas (2 milhares de ha) e culturas anuais de regadio (4,7 milhares de ha), sendo a restante área ocupada principalmente por prados e pastagens sob-coberto de culturas florestais. Nas áreas florestais do Médio Tejo prevalecem o pinhal (51 milhares de ha), o eucaliptal (47 milhares de ha) e o montado (11 milhares de ha).

Poder-se-á, assim, concluir que no conjunto das três sub-regiões do OVT as áreas florestais abrangem cerca de 45% do respectivo território, enquanto as áreas agrícolas representam cerca de 35% da área em causa.

Na área agrícola do Oeste e Vale do Tejo ocupam posição dominante as culturas anuais de regadio e o arroz (com cerca de 63 milhares de ha), a vinha (62 milhares de ha), o olival (34 milhares de ha) e os pomares (15 milhares de ha), correspondendo a maior parte dos restantes 182 milhares de hectares de SAU a áreas ocupadas por prados e pastagens em terra limpa e em áreas sob coberto florestal.

---

No que diz respeito às áreas florestais do conjunto das três sub-regiões, é dominante a posição do eucaliptal (144 milhares de ha), seguindo-se o montado de sobro (107 milhares de ha) e o pinheiro bravo (95 milhares de ha).

Do ponto de vista do sector pecuário, o Oeste e Vale do Tejo representava, de acordo com o Recenseamento Agrícola de 1999, cerca de 16% da totalidade das cabeças normais (CN) do Continente, sendo dominantes as aves (36% do Continente), os suínos (33% do Continente) e os bovinos de carne e leite (9% do Continente).

Nas sub-regiões do Oeste e Médio Tejo as aves e os suínos representavam, em 1999, cerca de 4/5 da totalidade das CN dos animais criados nesta sub-região, sendo a importância das aves muito superior à dos suínos no Médio Tejo.

Na Lezíria do Tejo, os bovinos de carne e leite eram dominantes, representando, não só cerca de 61% do número total deste tipo de CN no conjunto das três sub-regiões, como também 38% da totalidade das CN da sub-região.

No que diz respeito às indústrias agro-alimentares e florestais, as sub-regiões do OVT integram, respectivamente, de acordo com as últimas estatísticas disponíveis, 1534 empresas em nome individual e 931 sociedades.

No âmbito das sociedades, que são aquelas unidades industriais para as quais se dispõe de dados referentes ao volume de negócios e de emprego, importa sublinhar os seguintes principais aspectos:

- no Oeste e Vale do Tejo as sociedades correspondentes às indústrias agro-alimentares são dominantes, em relação às indústrias florestais, do ponto de vista quer do seu número (61% do total), quer do volume de negócios (69%), quer do volume de emprego (64%);

- esta dominância, mantendo-se em todas as sub-regiões do ponto de vista do número de sociedades, altera-se no caso do Médio Tejo, para o qual as indústrias florestais representam 75 e 70%, respectivamente, dos volumes de negócio e de emprego do conjunto formado pelas respectivas indústrias florestais e agro-alimentares;
- no Oeste o ramo da indústria agro-alimentar e florestal mais importante, do ponto de vista dos volumes de negócios e de emprego, é o da indústria do abate de animais, posição que é ocupada pelas indústrias de conservação de frutas e de produtos hortícolas na Lezíria do Tejo, da fabricação de pasta de papel (no que respeita ao volume de negócios) e da indústria de madeira e cortiça (no que se refere ao volume de emprego) no Médio Tejo.

De acordo com as estimativas este conjunto de explorações agrícolas do OVT é responsável por uma margem bruta total (MBT) anual de cerca de 574,6 milhões de euros, 30,8% da qual é resultante de transferências de rendimento geradas pelas políticas agrícolas de que, actualmente, beneficiam. Daqui resulta que a contribuição anual da agricultura no Oeste e do Vale do Tejo para a criação de riqueza, medida através da respectiva margem bruta económica (MBE), atinge actualmente cerca de 397,3 milhões de euros, o que corresponde a 25,3% da margem bruta económica gerada pela agricultura da totalidade dos concelhos rurais de Portugal Continental.

Pode-se daqui concluir que, actualmente, a agricultura das sub-regiões em causa assume uma importância económica muito significativa, uma vez que, apenas, cerca de 10% da SAU e 15% das UTA do Continente Português são responsáveis por cerca de 1/4 da respectiva MBE e de 22% da correspondente MBT.

O Oeste assume uma importância significativa na criação da riqueza agrícola do OVT, uma vez que a respectiva MBE representa cerca de 60% do seu correspondente valor total. Por outro lado, o Vale do Tejo é a sub-região que mais beneficia das políticas agrícolas em vigor, representando as respectivas

transferências de rendimento cerca de 62% do valor total do OVT, 84% das quais beneficiam as explorações agrícolas da Lezíria do Tejo.

Do ponto de vista do seu rendimento agrícola, as explorações agrícolas do OVT apresentam, em média, um resultado anual (medido através da respectiva MBT/UTA) que é cerca de 1,8 vezes superior à média das explorações agrícolas do Continente. Esta diferença é ainda mais pronunciada no que diz respeito ao Oeste e à Lezíria do Tejo, apresentando as explorações agrícolas do Médio Tejo uma MBT/UTA, apenas, cerca de 65% da média do Continente (Quadro 8).

**Quadro 8 - Rendimento agrícola das explorações agrícolas no OVT e respectivas componentes**

	Oeste	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Oeste e Vale do Tejo	Continente *
<b>MBT/UTA (1000 €)</b>	11,3	11,1	3,6	9,6	5,4
<b>MBE/SAU (1000 €)</b>	2,8	0,6	0,5	1,1	0,4
<b>TRT/SAU (1000 €)</b>	0,8	0,4	0,3	0,5	0,3
<b>SAU/UTA (ha)</b>	3,1	11,1	4,1	6,0	7,6
<b>IST (%)</b>	22,1	41,6	37,9	30,8	40,6

Nota: MBT/UTA= ((MBE/SAU)+ (TRT/SAU))\*(SAU/UTA) \* Concelhos rurais

O factor determinante do nível mais favorável do rendimento agrícola das explorações agrícolas do OVT é a produtividade económica (MBE/SAU) dos respectivos sistemas de agricultura que atinge, em média, valores 2,75 vezes superiores à média do Continente. Importa sublinhar que este diferencial é, no essencial, consequência da elevada produtividade económica das explorações agrícolas do Oeste, cuja MBE por hectare de SAU atinge, de acordo com as estimativas, um valor médio anual de 2,8 milhares de euros, o qual é muito superior aos correspondentes valores estimados para a Lezíria do Tejo (0,6 mil euros), o Médio Tejo (0,5 mil euros) e o Continente (0,4 mil euros).

A importância relativa dos diferentes tipos de sistemas de ocupação e uso agrícola e florestal do OVT, está bem expressa nos diferentes grupos de

concelhos rurais, classificados de acordo com o tipo de ocupação dominante (agrícola, florestal ou agro-florestal) e o tipo de agricultura dominante (de acordo com a respectiva dimensão económica e dependência das políticas em vigor). Da conjugação destes critérios resultaram 7 áreas homogéneas do ponto de vista das suas tendências futuras de evolução agrícola e florestal (Figura 27).

**Figura 27 - Delimitação de 7 áreas homogéneas no Oeste e Vale do Tejo**



**Legend**

-  MedioTejo
-  Lezíria Tejo
-  Oeste

**Zonas Homogéneas**

-  Concelhos Agrícolas do Bairro
-  Concelhos Agro-Florestais da Charneca
-  Concelhos Agrícolas Lezíria
-  Concelhos Agrícolas do Oeste Interior
-  Concelhos Agrícolas do Oeste Litoral
-  Concelhos Florestais do Médio Tejo
-  Concelhos Florestais do Oeste

---

Apesar da acentuada redução do emprego que se regista na actividade agrícola, a dinâmica do mercado de trabalho no espaço rural tem vindo a garantir o crescimento do volume global do emprego, especialmente ao nível dos serviços básicos, embora esta dinâmica seja também reforçada pelo crescimento do emprego industrial.

Desta forma, se por um lado o espaço rural poderá não apresentar graves problemas de desemprego, por outro, a *economia rural* apresenta vulnerabilidades. Além de um significativo grau de concorrência entre os padrões de especialização dos diferentes espaços rurais, a dinâmica dos segmentos de especialização do espaço rural assenta essencialmente em factores primários de competitividade, nomeadamente a disponibilidade de recursos naturais e a proximidade do mercado urbano. Este modelo revela-se competitivo, unicamente em resultado do nível, relativamente baixo, dos salários praticados, reflectindo as fracas qualificações dos recursos humanos empregues. Os níveis de produtividade do emprego nos segmentos de especialização rural, à excepção da agricultura, são relativamente baixos.

Aqueles segmentos de especialização apresentam também reduzidas capacidades de gerar sinergias económicas territoriais, limitações às quais acresce uma deficiente articulação entre a actividade produtiva e os serviços de apoio às empresas. Desta forma, perspectiva-se o maior enfoque na sua qualidade e nas formas organizacionais de suporte ao padrão de especialização produtiva, e não tanto na quantidade de emprego a criar.

Por outro lado, algumas das dinâmicas em curso, nomeadamente a rápida transformação da paisagem rural, associada à pressão urbana, decorrente da crescente tendência que se tem registado para a dissociação entre o local de residência e o do emprego, bem como a tendência para o crescimento da segunda habitação em espaço rural, podem constituir ameaças ao desenvolvimento sustentado.

---

A transformação da paisagem rural tem sido também acelerada pelo abandono da actividade agrícola em significativas manchas de solo agro-florestal.

Estas dinâmicas, ao conjugarem-se, resultam numa homogeneização de valores e comportamentos sociais, que constituem ameaças à identidade cultural do meio rural e ao enfraquecimento dos laços de solidariedade familiar e de vizinhança, conduzindo à emergência de problemas sociais, tradicionalmente urbanos.

O principal suporte do sistema rural no Oeste e Vale do Tejo é o sector agro-florestal. O desenvolvimento futuro da componente agro-florestal das sub-regiões OVT implica a criação das condições indispensáveis à concretização de uma visão estratégica conciliadora da multifuncionalidade das explorações agrícolas com a competitividade económica dos respectivos sistemas de agricultura de produção.

Uma visão estratégica do tipo multifuncional e económico implicará a concretização dos três seguintes objectivos: 1) promover sistemas de produção agrícola e florestal economicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis; 2) viabilizar sistemas de ocupação e uso do solo que contribuam para a conservação da natureza e da biodiversidade e para o ordenamento do espaço rural; 3) incentivar a diversificação e o reforço do tecido económico e social das zonas rurais e contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida.

A concretização destes objectivos vai depender da capacidade dos produtores agrícolas da Região para desempenhar três diferentes tipos de funções. Uma função económica baseada na prática de actividades agrícolas de tipo agro-comercial, competitivas no contexto de mercados cada vez mais alargados e concorrenciais. Uma função ambiental baseada na prática de actividades agrícolas orientada para a valorização sustentada dos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais. Uma função social baseada em actividades agrícolas e não agrícolas de tipo agro-rural, orientadas para a consolidação e diversificação do tecido económico e social das zonas rurais.

### 3.6. Pescas e Aquicultura

A zona costeira portuguesa, em particular a costa oeste, possui boas condições para a prática da pesca, sendo esta a actividade principal para muitas comunidades que se concentram em povoados localizados junto dos principais portos ou de pequenos portos, ou outras condições naturais que melhor permitem a saída de terra para os pescadores, nomeadamente, Nazaré, S. Martinho do Porto, Peniche, Lourinhã (Porto de Paimogo, Porto Dinheiro, Porto de Barcas) e Torres Vedras (Porto Novo).

Segundo os relatórios do POPESCAS 2000-2006 (que fundamenta opções através dos indicadores disponíveis e no REA – Relatório do Estado do Ambiente 2003, publicado pelo MAOT em 2005), a sobre exploração em que se encontram os pescadores mundiais mais importantes, os alargamentos das ZEE dos diferentes países costeiros, com perdas de significativas oportunidades de pesca em países longínquos tradicionais, a contínua liberalização das trocas comerciais, são alguns dos factores de origem externa que influenciam esta actividade. O esforço de pesca é globalmente superior aos recursos existentes e os *stocks* ou estão próximo dos limites máximos de exploração.

A importância das pescas na economia do OVT, em especial na sub-região Oeste, tem vindo progressivamente a diminuir, reflectindo-se no índice de ocupação de activos e na quantidade de pescado descarregado, mas continua a ser muito importante no valor e nas implicações económicas a montante e a jusante da actividade. De facto a pesca potencia em si muitas outras actividades, que vão desde a construção das embarcações e fabrico de aprestos até à transformação e comercialização do pescado.

Por ser um sector com importância na sub-região Oeste, destacamos alguns indicadores da actividade em enquadramento com o país.

Peniche é o 2º Porto de Pesca do país em volume de pescado transaccionado na lota (o 1º é Matosinhos) entre 1992 e 1998, mantendo-se nesta posição entre 1999 e 2002

**Quadro 9 – Média Anual do peso e do valor do pescado desembarcado nos principais portos de pesca de Portugal Continental entre 1992 e 1998**

Principais Portos de Pesca	Pescado desembarcado (t)	Valor (mil esc.)
Matosinhos	42.771	6.006.804
<b>Peniche</b>	<b>26.728</b>	<b>5.679.863</b>
Sesimbra	18.796	5.913.550
Olhão	16.532	4.039.415
Figueira da Foz	15.969	2.471.424
Portimão	12.768	2.722.936

Fonte: POPESCAS 2000 – 2006

**Quadro 10 – Quantidades de Pescado Transaccionado em lota nos principais portos de pesca de Portugal Continental entre 1999 e 2003**

Principais Portos de Pesca	Pescado transaccionado em lota (t)			
	1999	2000	2001	2002
Matosinhos	29.465,4	23.806,9	29.457,1	29.324,0
<b>Peniche</b>	<b>22.308,5</b>	<b>21.363,3</b>	<b>22.002,2</b>	<b>17.751,6</b>
Sesimbra	15.761,5	11.554,8	10.708,4	9.926,9
Olhão	13.564,1	13.539,1	9.296,2	9.039,6
Figueira da Foz	12.995,5	10.385,0	11.188,6	13.530,9
Portimão	14.240,7	13.452,8	11.086,2	11.125,6

Fonte: Silva Marins;2004

Em termos de valor económico transaccionado, o Porto de Peniche mantém em 3º lugar de 1992 a 1998, para a partir de 1999 e até 2002 encabeçar a lista dos portos de pesca portugueses, apresentando o maior valor de pescado transaccionado em lota.

De uma análise mais detalhada dos desembarques de pescado da lota de Peniche entre 1997 e 2005 verifica-se que, do valor médio da totalidade do pescado desembarcado (20.574 t), 60% correspondeu ao desembarque de sardinha (12.204 t).

Os portos de menor dimensão, onde tem maior expressão a actividade da pequena pesca, da qual resulta a comercialização de espécies de maior valor comercial, como é o caso de **Nazaré** apresentam os valores médios de venda em lota mais elevados.

No tocante aos pequenos peixes pelágicos – sardinha, sarda, cavala e carapau – capturados por arte de cerco, as capturas corresponderam em 1998 a 75% do total capturado.

De entre os outros recursos pesqueiros desembarcados no porto de Peniche, verifica-se que entre 1997 e 2005, merecem destaque pelos valores médios atingidos, o polvo (739 toneladas), o congro ( 503 toneladas) e as raias (365 toneladas)

Ao longo das últimas décadas esta frota tem diminuído de ano para ano, cifrando-se em 55 embarcações registadas em 1986, decrescendo para 27 em 1996 e 22 em 1999.

O estado dos stocks de sardinha (principal captura), segundo os dados de Fevereiro de 2002 publicados pela CE, melhoraram ligeiramente, como resultado de uma evolução na auto regulação do esforço de pesca iniciada pelas organizações de produtores locais, no quadro de um plano nacional

---

implementado com o apoio da Comissão Europeia e da Direcção Geral das Pescas e Aquicultura Portuguesa.

Já a pequena pesca polivalente de Peniche, encontra-se afectada pelo facto de terem diminuído os stocks de pesca demersal. De acordo com os mesmos dados da CE, em 1997 a pesca polivalente já ocupava um maior número de pescadores que a pesca à sardinha. Contudo, o número de pescadores que era de cerca de 1 milhar em 1996, diminuiu para 750 profissionais activos em 1999.

Ainda se pode referir com base nesses dados, que em 2000 o número de embarcações de pesca longínqua não ultrapassava os 5 navios em Peniche, podendo vir a pesca com palangres a oferecer perspectivas mais estáveis, graças à captura de espécies de alto valor comercial como o espadarte, similares e diversos tipos de atum.

No que respeita à **Aquicultura**, apesar das condições favoráveis no OVT para o seu desenvolvimento, a actividade não tem aumentado da forma esperada apresentando, ainda, um peso relativamente reduzido no sector da pesca.

Contudo, releva-se o facto de na **Lourinhã**, mais concretamente na Praia de Porto de Barcas se localizar aquele que é considerado o maior centro de viveiros de mariscos da Europa.

## 4. ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

### 4.1 Padrões de Ocupação do Solo

Os padrões de ocupação do uso do solo (tipologias de ocupação e suas características dominantes) constituem um domínio fundamental para o conhecimento da realidade territorial, assim como das suas principais dinâmicas.

No Oeste e Vale do Tejo, o estudo dos padrões de ocupação do solo (POS) revela o predomínio das áreas florestais (44%), seguido das áreas agrícolas (34%) e a importância relativa das áreas afectas ao edificado que constituem cerca de 8 a 10% do território (Figura 9). Este valor ultrapassa largamente a média nacional e reflecte a importância que o povoamento deverá assumir nas propostas regionais.

**Quadro 11 - Padrões de Ocupação do Solo no OVT: Estatísticas por classes**

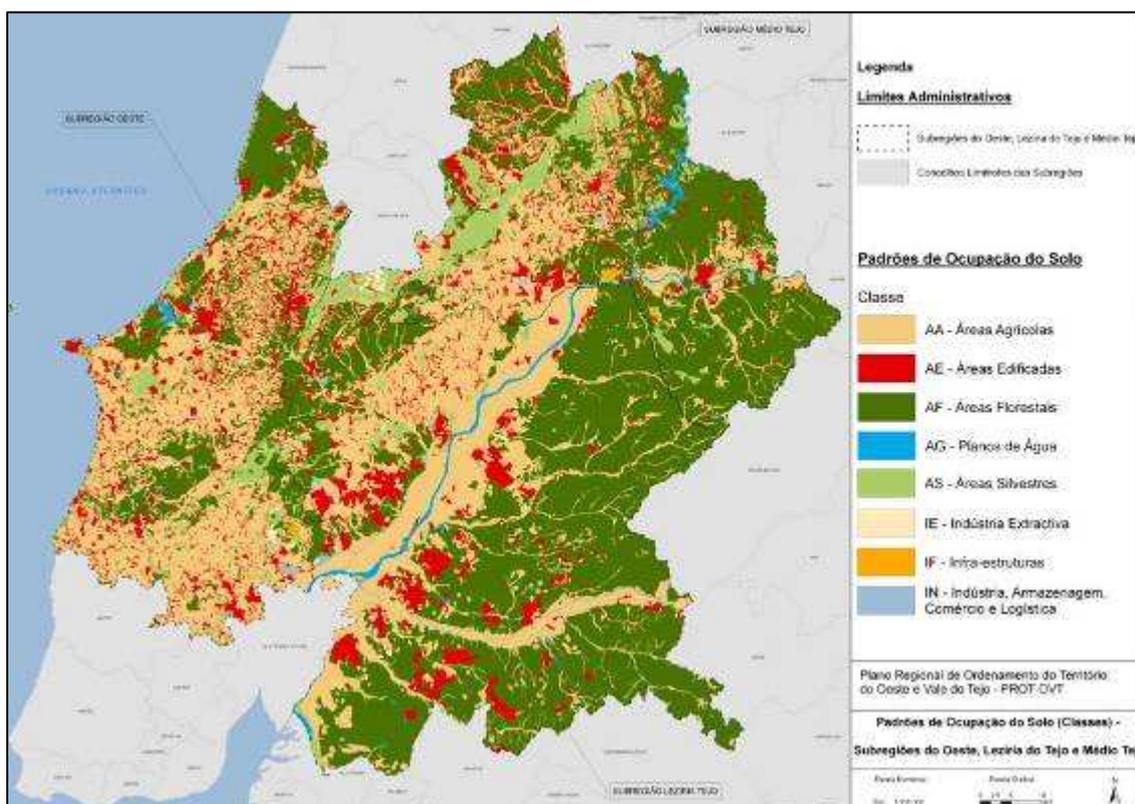
Classe	Total Classe (Km <sup>2</sup> )	% da Classe no OVT
Áreas Edificadas	767	8,58
Infra-estruturas e Equipamentos	15	0,17
Indústria extractiva	35	0,39
Indústria, Armazenagem, Comércio e Logística	60	0,67
Áreas Florestais	4000	44,75
Áreas Agrícolas	3084	34,5
Áreas Silvestres	505	5,36
Planos de Água	99	1,11

O OVT é um território muito povoado e em que os núcleos urbanos concentrados representam praticamente as sedes de concelho (30 a 40 núcleos) e todo o restante povoamento se dispersa por pequenos fragmentos (cerca de 4500 “lugares”). Este valor, no Oeste e Médio Tejo, corresponde a um modelo de ocupação do território tradicional e característico destas sub-

regiões. Os modelos de povoamento da sub-região da Lezíria, em particular a margem esquerda do Tejo, são de natureza diferente e mais concentrada.

A estrutura de ocupação do território no OVT permite a identificação de forma clara de unidades territoriais homogéneas e que poderão constituir importantes suportes à definição e concretização do modelo territorial e da estratégia regional (Figura 28).

**Figura 28 - Padrões de Ocupação do Solo no Oeste e Vale do Tejo**



No Oeste, de acordo com o tratamento estatístico dos padrões de ocupação do solo (Quadro 12), verifica-se o predomínio das áreas agrícolas (cerca de 50% do território), e das áreas florestais (cerca de 25%). As áreas afectas ao edificado ocupam 12% do território da sub-região e estas correspondem maioritariamente a formas lineares que resultam, de um modo geral, da expansão de pequenos núcleos rurais localizados ao longo das vias. Este tipo de ocupação é mais presente e contínua na área norte do Oeste, embora

ocorra também na área sul, onde a estruturação em núcleos isolados é mais evidente.

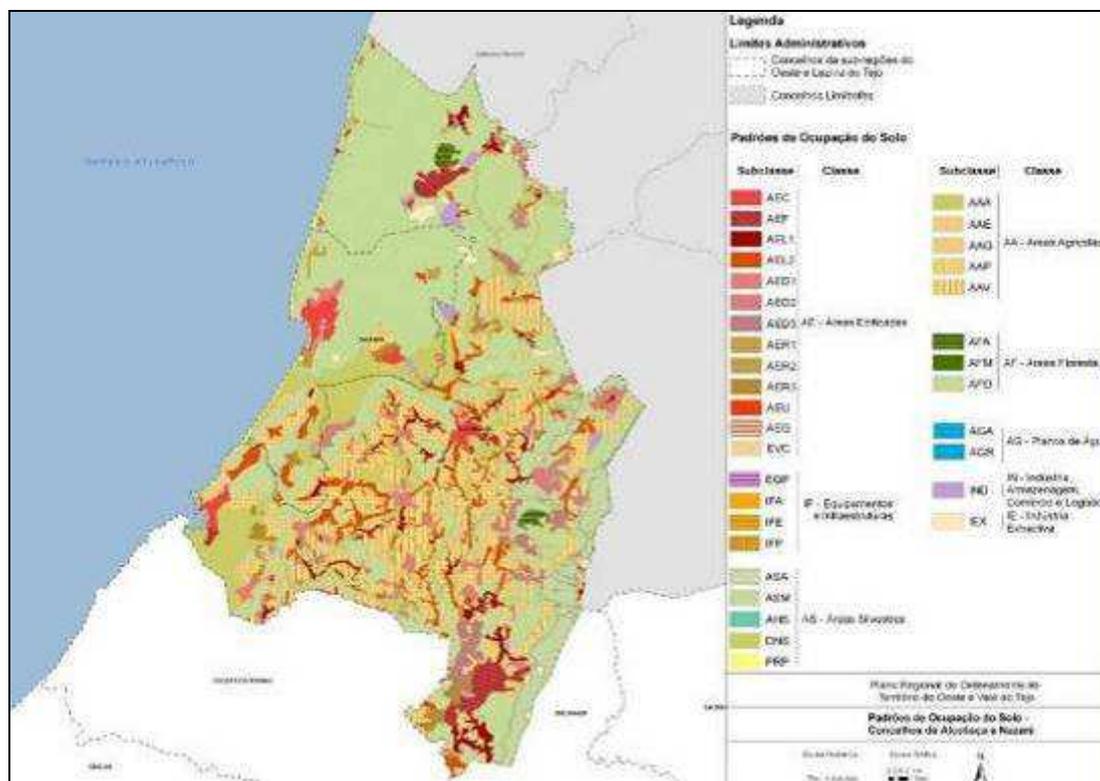
**Quadro 12 - Padrões de Ocupação do Solo – Estatísticas por Classes no Oeste**

Classe OESTE	Total classe (Km2)	% da classe
Áreas Edificadas	264	11,89
Infra-estruturas e Equipamentos	6	0,27
Indústria extractiva	14	0,64
Indústria, Armazenagem, Comércio e Logística	21	0,96
Áreas Florestais	558	25,12
Áreas Agrícolas	1111	50,05
Áreas Silvestres	159	6,53
Planos de Água	8	0,38

A ocupação edificada encontra-se pulverizada no mosaico agrícola, enquanto, pelo contrário, o único padrão de ocupação do solo que apresenta um carácter localizado e concentrado corresponde às áreas florestais, que se localizam, a norte, nos concelhos de Alcobaça e Nazaré, no centro, a sul da Lagoa de Óbidos, e no concelho de Torres Vedras e Cadaval (Figura 29).

A importância das cidades *versus* núcleos rústicos ou edificado linear e disperso dilui-se no território, pelo que se torna essencial a definição uma política de povoamento que acompanhe a política de cidades, dadas as particulares características do sistema urbano nesta sub-região.

**Figura 29 - Padrões de Ocupação do Solo: Alcobaça - Nazaré**



Uma das principais ameaças para o Oeste decorre da sua *metropolização*, realizada através da extensão dos fenómenos metropolitanos da AML, concretizada através da construção e implantação de edifícios e actividades de forma desordenada e desconcentrada, em particular associados às grandes infra-estruturas e acessibilidades disponíveis. Um segundo aspecto que também poderá constituir uma ameaça decorre da descaracterização extensiva da área e dos concelhos do litoral, concretizada através da desordem urbanística instalada e futura, decorrente da justaposição de empreendimentos em parcelas dispersas no território.

A ocupação edificada no litoral ainda não é contínua, tanto ao longo da faixa costeira como para o interior, numa distância de 3 a 5km. Não obstante a sua importância, pode considerar-se que este tipo de ocupação tem ainda áreas de interrupção significativas.

Toma ainda particular destaque a proliferação, por todo o território do Oeste, de áreas de exploração agro-pecuária. Estas áreas são elementos pontuais que existem com alguma frequência, em especial nas áreas florestais e agrícolas.

No Médio Tejo (Quadro 13), as áreas florestais ocupam cerca de 50% do território e as agrícolas cerca de 27%. Esta sub-região é também a que tem uma maior área afectada às ocupações silvestres, associadas às zonas da Serra de Aire e Candeeiros.

**Quadro 13 - Padrões de Ocupação do Solo – Estatísticas por Classes no Médio Tejo**

<b>Classe MÉDIO TEJO</b>	<b>Total classe (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>% da classe na sub-região</b>
Áreas Edificadas	207	8,99
Infra-estruturas e Equipamentos	8	0,32
Indústria extractiva	3	0,14
Indústria, Armazenagem, Comércio e Logística	16	0,68
Áreas Florestais	1171	50,77
Áreas Agrícolas	622	27,00
Áreas Silvestres	228	9,90
Planos de Água	36	1,55

Na área geograficamente mais próxima da Lezíria os padrões de ocupação do solo são semelhantes, com domínio da agricultura e das áreas edificadas mais concentradas. As áreas florestais têm uma maior expressão nos concelhos norte da sub-região como Ourém e Ferreira do Zêzere, e ainda nos da metade nordeste e sudeste, como Sardoal, Constância e Abrantes.

Em toda a área a ocidente da barragem de Castelo de Bode registam-se grandes extensões afectadas ao edificado, com padrões de distribuição muito distintos. Existe uma grande mancha contínua na área de Torres Novas, Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, assim como junto das sedes de concelho de toda a sub-região. No entanto, o padrão de edificação linear é também evidente neste território, assumindo formas contínuas, especialmente nos concelhos de Ourém e Ferreira do Zêzere.

As áreas florestais (Quadro 14) representam 53% do território da Lezíria do Tejo, dominando claramente a margem sul do Rio Tejo com os tradicionais montados. A ocupação agrícola nesta margem do rio localiza-se, essencialmente, nas baixas aluvionares associadas aos vales das principais linhas de água e as extensões consideráveis de áreas edificadas adoptam formas concentradas no território.

**Quadro 14 - Padrões de Ocupação do Solo – Estatísticas por Classes na Lezíria do Tejo**

<i>CLASSE LEZÍRIA</i>	<b>Total classe (Km<sup>2</sup>)</b>	<b>% da classe na sub-região</b>
Áreas Edificadas	296	6,92
Infra-estruturas e Equipamentos	2	0,04
Indústria extractiva	17	0,40
Indústria, Armazenagem, Comércio e Logística	23	0,53
Áreas Florestais	2.269	53,07
Áreas Agrícolas	1.368	32,01
Áreas Silvestres	99	2,04
Planos de Água	54	1,27

Em oposição, na margem norte do Tejo manifestam-se padrões de ocupação mais próximos das duas outras sub-regiões. As áreas edificadas são mais presentes e assumem formas lineares, sobretudo a norte da sub-região. As áreas edificadas a sul, e junto da margem do Tejo, têm formas mais compactas e os usos urbanos são mais evidentes. A proximidade à AML é evidente nas formas de ocupação urbanas, designadamente no predomínio de áreas afectas a indústrias, comércio e logística localizadas junto à A1, sobretudo nos concelhos da Azambuja, Cartaxo e Santarém.

Por outro lado, a agricultura ocupa maiores extensões de território estendendo-se desde a Lezíria do Tejo até às áreas de planalto. A ocupação florestal e silvestre está associada ao maciço calcário das Serras de Aires e Candeeiros. É de destacar a presença de áreas de indústria extractiva de grandes dimensões nestas áreas de serra.

## **4.2 Sistema Urbano e Povoamento**

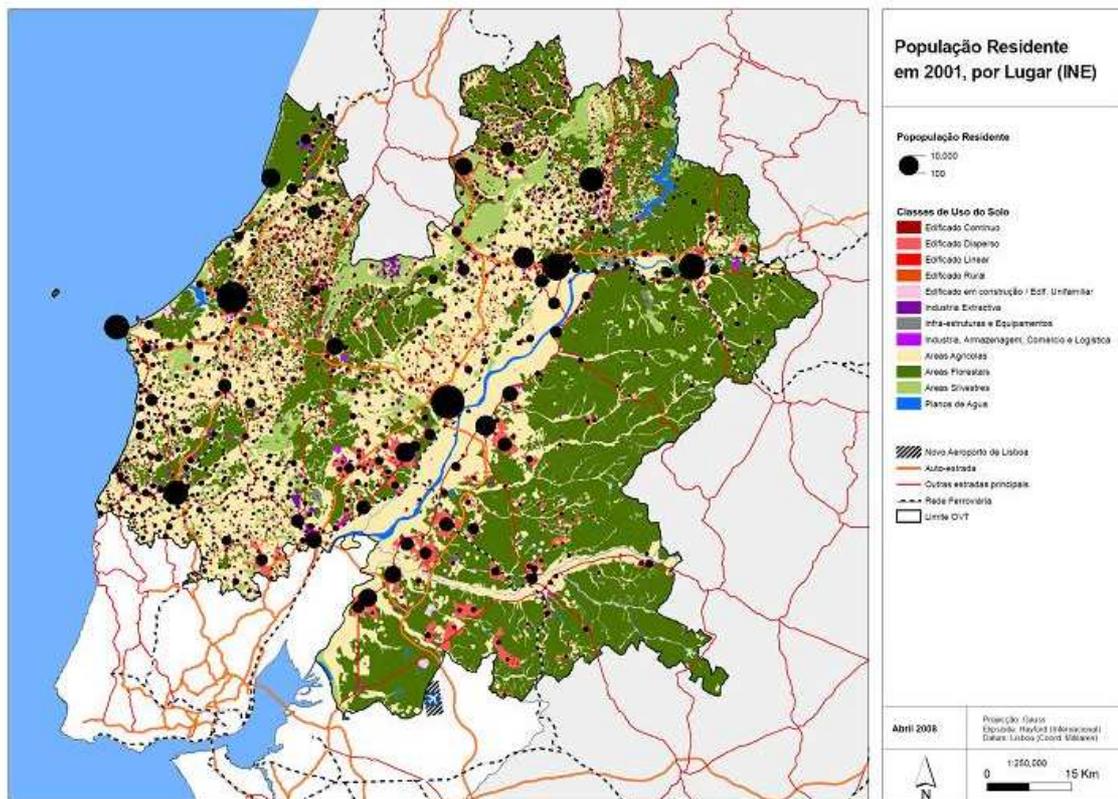
A estrutura do povoamento do OVT realça um conjunto de aglomerados urbanos e a pulverização do povoamento, com morfologias e densidades muito diferenciadas. No Oeste realçam-se os aglomerados populacionais de Torres Vedras, Caldas da Rainha e Peniche, no Médio Tejo, sobretudo Tomar, Torres Novas e Abrantes, e na Lezíria do Tejo, demarca-se Santarém.

Na década de noventa houve uma forte disseminação de pequenos aglomerados e o acentuar de um modelo difuso de povoamento, muito especialmente no Oeste, nas áreas de maior acessibilidade de todo o OVT e nas áreas de maior acessibilidade a Lisboa.

Simultaneamente, as áreas periurbanas dilataram-se, a edificação linear ao longo das vias proliferou e os tecidos agro-florestais fragmentaram-se. Assim, em matéria de povoamento, na maioria das vezes não se promoveu a aglomeração, a colmatação e a interrelação entre a infra-estrutura e a edificação (Figura 30 Figura 31 e Figura 32).

O modelo de localização industrial contribuiu claramente para a proliferação do modelo difuso de povoamento. Assim, em termos de localização de actividades e emprego, as polaridades urbanas e periurbanas nem sempre promoveram a condensação funcional, de modo a estruturarem o território com nódulos ou centros de referência.

**Figura 30 – Distribuição da população por Lugar, em 2001**



No OVT nem sempre se privilegiaram as densificações localizadas em zonas de forte acessibilidade, designadamente em locais ou percursos servidos por transportes públicos e com possibilidades de facilitar a intermodalidade. Por outro lado, o modelo actual de localização industrial evidencia a necessidade de analisar os usos, de forma a despistar e anular conflitos com a habitação (produção de gases tóxicos, ruído, estacionamento e movimentação de cargas e de veículos pesados, etc.). Nas áreas de industrialização difusa, que normalmente convive com a residência, a qualificação da urbanização deve garantir a diminuição dos conflitos referentes ao uso, à capacidade da infra-estrutura instalada e aos valores ambientais.

Figura 31 – Emprego na Indústria Transformadora em 2005, por freguesia

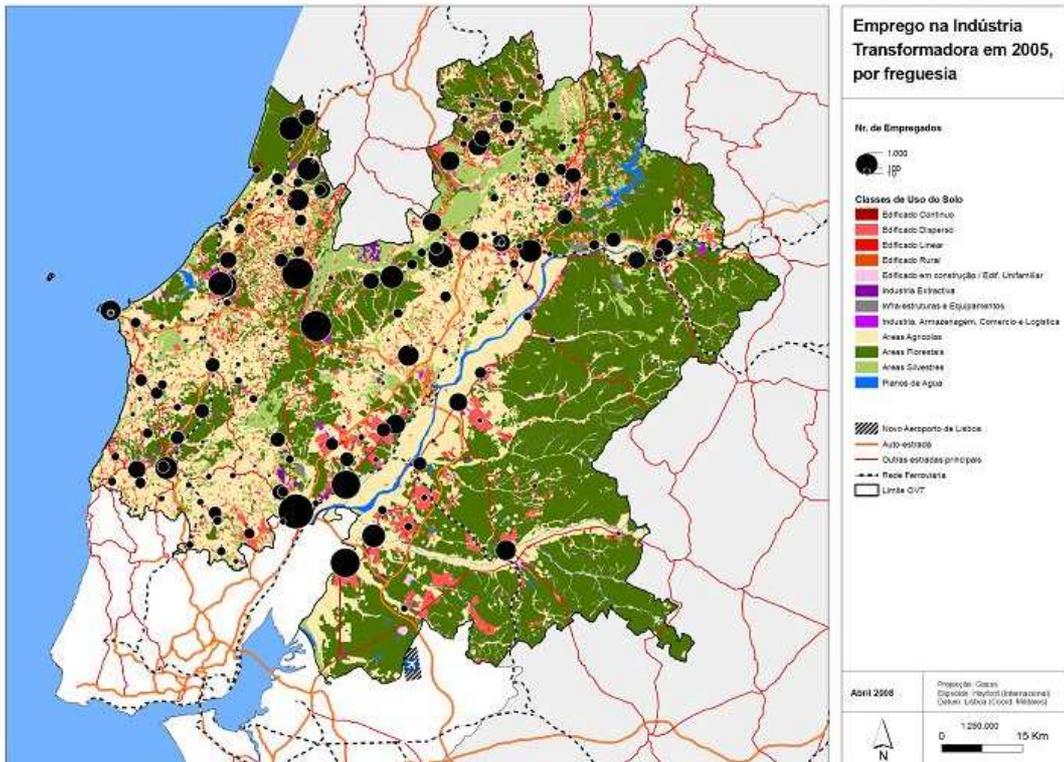
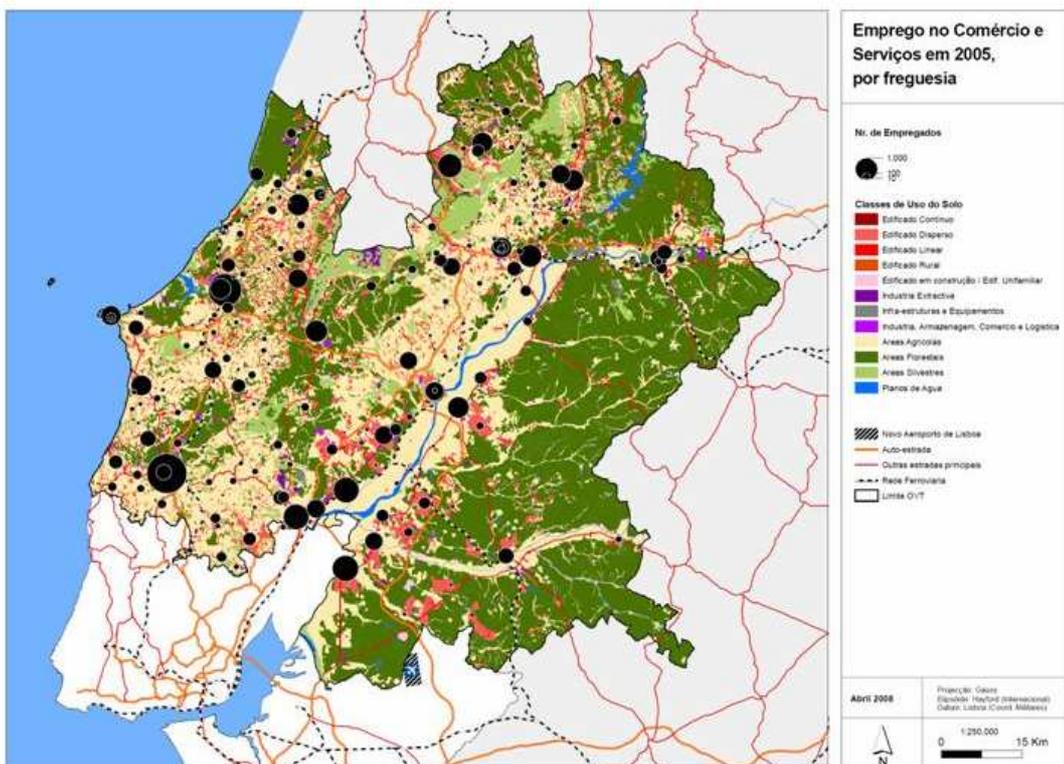


Figura 32 – Emprego no Comércio e Serviços em 2005 por freguesia



### 4.3 Dinâmicas Urbanas

Analisar os processos de urbanização sentidos no OVT passa pela compreensão dos processos de metropolização de toda a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

A *região de polarização metropolitana de Lisboa* cresceu, tendo como modelo um processo de metropolização de carácter intensivo. Uma força residencial, de actividades e de infra-estruturas evidencia-se na parte central (Lisboa e áreas urbanas adjacentes), com uma forma clara e com uma densidade muito acentuada e concentrada. Mais densa na margem norte do Tejo, mais estendida e difusa na margem sul, a aglomeração urbana espalha-se sobretudo para norte.

Mais a norte, num posicionamento acentuadamente periférico, uma estrutura polinucleada desenvolve-se no OVT, fazendo emergir um conjunto de centralidades urbanas. Enquanto os serviços se concentram nas freguesias predominantemente urbanas (APU), já o comércio apresenta uma tendência de localização mais difusa, acompanhando os processos de difusão do povoamento. Em determinados locais observa-se a tendência para a coalescência da mancha urbana dos diferentes núcleos do sistema urbano regional, sobretudo quando suportada pelos grandes eixos rodoviários.

As dinâmicas evidenciam os processos de fragmentação da mancha urbana e a intensificação dos processos extensivos, sobretudo nos concelhos de Caldas da Rainha, Alcobaça e Rio Maior, Fátima-Ourém, no litoral e em alguns territórios de maior proximidade metropolitana (Figura 33 e Figura 34).

Figura 33 - Densidade e Dinâmicas de ocupação do território (pop., alojam. e emprego)

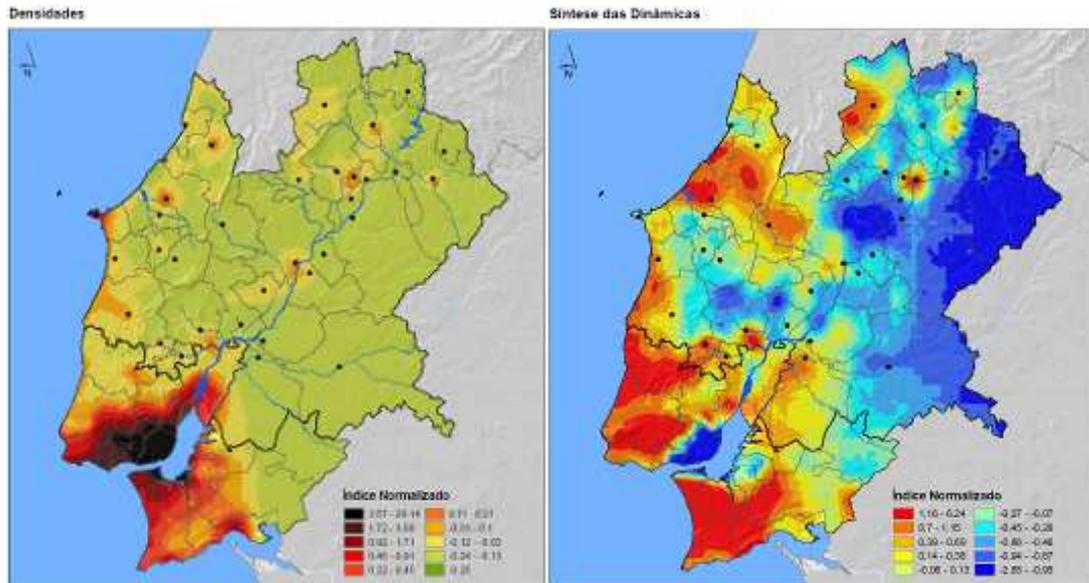
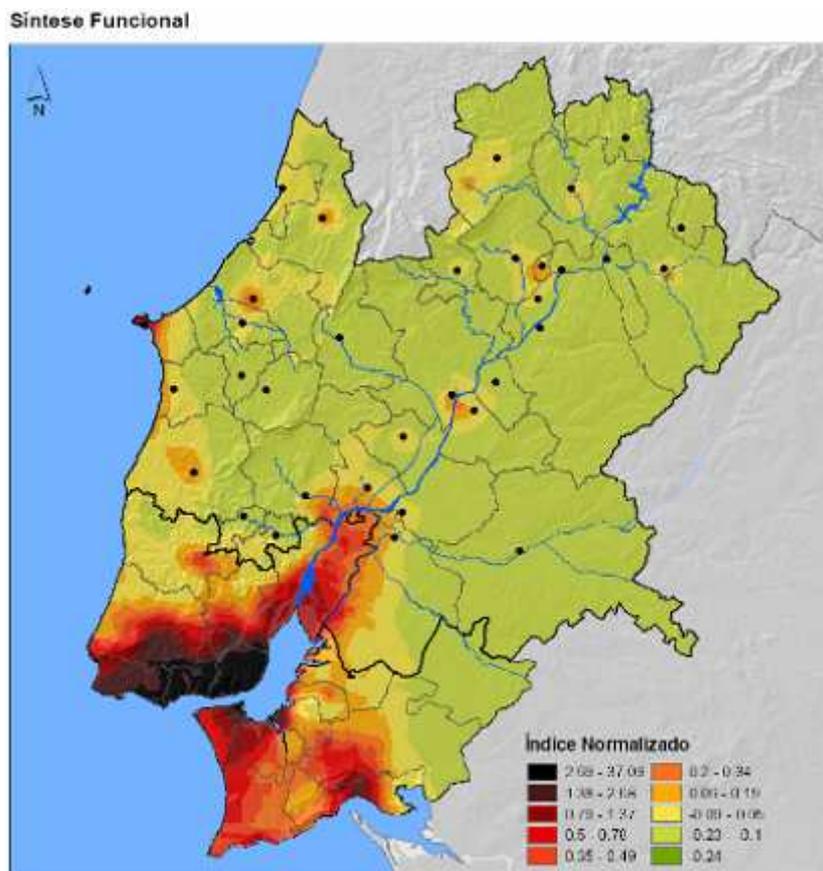


Figura 34 – Síntese Funcional



O Oeste e Vale do Tejo encontra-se num momento de transição, entre um modelo urbano estruturado por Lisboa e a possibilidade de incrementar a sua competitividade e complementaridade com a metrópole, aproveitando um novo enquadramento nas redes de equipamentos, acessibilidades e de transportes. Se por um lado, as dinâmicas territoriais do Oeste e Vale do Tejo têm em boa parte resultado da sua crescente proximidade face a Lisboa, por outro, as novas condições de acessibilidade têm favorecido a consolidação do sistema urbano existente desenvolvendo as condições para um modelo de organização territorial mais articulado e organizado.

A localização do aeroporto em Alcochete vai determinar um aumento da pressão no sul da Lezíria. O OVT tem obrigatoriamente de se abrir, e de se posicionar face esta nova infra-estrutura e face a Lisboa.

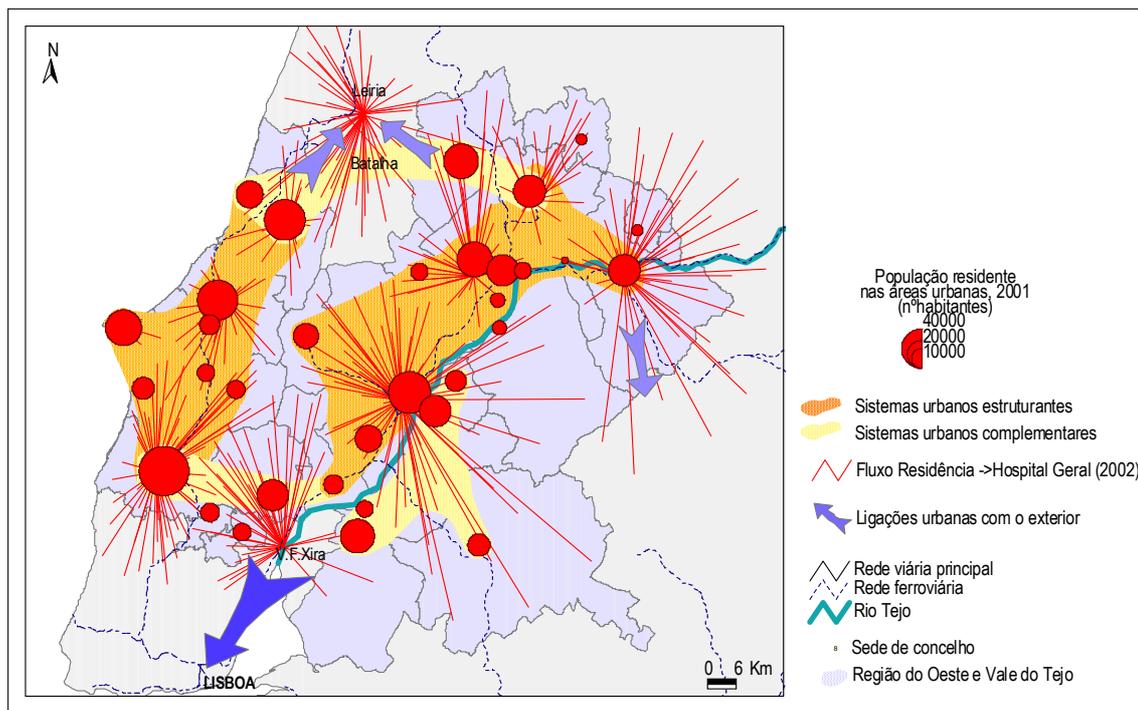
A mancha urbana do OVT cresceu condicionada pelas condições de acessibilidade, pela proximidade à praia, ou em função das dinâmicas da oferta comercial ou das oportunidades locativas transmitidas pela localização de novos equipamentos. Com isto, nem sempre foram acautelados os equilíbrios ecológicos, as morfologias e os interesses colectivos (em 2001, 53% dos edifícios existentes foram construídos no decurso dos 20 anos anteriores). Esta urbanidade retrata-se, designadamente, na difusão da mancha urbana ao longo da rede viária e do litoral. Neste âmbito, no futuro é necessário exercer um controlo mais apertado e favorecer um crescimento urbano mais concentrado.

Em termos territoriais o sistema urbano do OVT deve ser equacionado em função de um posicionamento estratégico. Por um lado, importa reflectir as redes de articulação urbana de proximidade, por outro lado, é fundamental posicionar as centralidades urbanas principais nos eixos de articulação e desenvolvimento da Região Metropolitana de Lisboa.

As novas perspectivas de desenvolvimento do Oeste e Vale do Tejo apontam para a possibilidade de alterações significativas no sistema urbano (Figura 35),

nomeadamente para a construção de uma efectiva rede de cidades de pequena e média dimensão.

**Figura 35 - Sistema Urbano Regional**



O eixo *Santarém-Cartaxo* expandiu-se para sul, juntando-se ao eixo logístico e industrial do *Cartaxo/Carregado-Azambuja/Vila Franca de Xira*, formando uma continuidade urbana apoiada na A1 e na linha do Norte. Os concelhos mais a sul da *Lezíria do Tejo* (*Benavente, Salvaterra de Magos e Azambuja*) estão num processo progressivo de integração com Lisboa (fluxos pendulares diários). Este eixo, polarizado na capital de distrito, assenta numa continuidade urbana com alguma autonomia em relação a Lisboa e com boa articulação interna. Esta autonomia deve sustentar-se num reforço de complementaridade entre *Santarém, Cartaxo e Rio Maior*. É crucial a organização e afirmação desta estrutura polinucleada de forma a suster os processos de sub-urbanização da AML. *Santarém* continua a ser a maior concentração de comércio e serviços do OVT. A estruturação urbana da margem esquerda do Tejo também é uma evidência - *Benavente/Coruche/Salaterra de*

Magos/Alpiarça/Almeirim, mas Benavente e Coruche tendem a integrar-se na AML.

O *eixo Torres Novas-Entroncamento-Abrantes* estendeu-se até Tomar e Ourém, formando uma rede de cidades complementares, ancoradas em três pólos estruturantes: Torres Novas, Tomar e Abrantes. Trata-se de uma estrutura urbana multi-funcional. Torres Novas e Abrantes sobressaem nas infra-estruturas ligadas à tecnologia, logística, formação e infra-estruturas empresariais, enquanto Ourém/Fátima nas infra-estruturas turísticas. Torres Novas e Entroncamento completam-se e afirmam-se através do comércio e serviços. Tomar destaca-se pelo seu património e serviços de educação e Abrantes evidencia-se através dos serviços de saúde. Os movimentos pendulares inter-concelhios contribuem marcadamente para a complementaridade e a coesão desta estrutura urbana. Os concelhos mais setentrionais do Médio Tejo (nomeadamente Sardoal e Ferreira do Zêzere) estão num processo de êxodo das suas populações e numa progressiva concentração da população nos aglomerados urbanos em detrimento das áreas rurais. O posicionamento estratégico proporcionado pelas novas acessibilidades cria oportunidades para uma melhor integração com o Alto Alentejo (Portalegre), com a Beira-Interior (Guarda e Castelo Branco) e com Espanha. Nos relacionamentos com as regiões adjacentes, Ourém mantém ligações fortes com Leiria, como mostram os fluxos pendulares casa-trabalho e os inter-relacionamentos na área dos serviços.

O *eixo urbano da sub-região do Oeste* caracteriza-se por uma relativa endogeneidade consubstanciada nos movimentos pendulares entre os seus concelhos. O reforço das acessibilidades contribuiu para uma maior articulação com Lisboa, afirmando-se como uma extensão da coroa periférica da AML, com uma crescente procura da segunda residência. A rodovia A8, que converge em Lisboa, é determinante no desenho do sistema urbano do Oeste. Esta via de comunicação estabelece um eixo principal de cidades relativamente próximas do litoral: o triângulo Torres Vedras-Caldas da Rainha-Alcobaça.

Aqui, evidenciam-se processos de urbanização e industrialização difusos, sobretudo no litoral, suscitados pela boa acessibilidade facultada pela ligação entre Lisboa e Leiria. Torres Vedras, Alenquer e Azambuja estabelecem fortes relacionamentos pendulares com Lisboa e estão a apostar nas infra-estruturas empresariais, na logística, e nos serviços. Na oferta comercial, educação, saúde e infra-estruturas culturais e de lazer sobressaem Caldas da Rainha e Torres Vedras.

Ao nível da ligação entre os vários eixos, perspectiva-se a articulação e a criação de interdependências entre os eixos Torres Vedras-Caldas da Rainha-Alcobaça (Oeste) com Vila Franca-Carregado-Azambuja-Cartaxo-Santarém, tendo como elo de ligação Rio Maior, aproveitando a sua condição de charneira entre as sub-regiões e dando coerência à ligação entre elas, e as novas acessibilidades transversais (A15/IC10/IC11 e IC9), que obstam as barreiras orográficas do sistema montanhoso Montejunto/Aires/Candeeiros. Neste contexto, Rio Maior tem também potencial para estabelecer a ligação entre o Oeste e o polígono Tomar-Torres Novas-Abrantes-Entroncamento. A ligação do IP6 a Espanha constitui um potencial de internacionalização de toda a Região.

Sintetizando, em termos de dinâmicas, as interdependências com a AML aumentaram e a conectividade intra-regional mostra tendência para uma melhor integração inter-urbana. A localização do aeroporto em Alcochete e o projecto da plataforma Logística no Poceirão vão construir uma importante centralidade infra-estrutural, determinante para um novo reposicionamento do sistema urbano do OVT.

## Dinâmicas e Qualidade do Parque Habitacional

Com a pressão construtiva vieram também os alojamentos devolutos (cujo mercado imobiliário não dá uso), a degradação da cidade histórica e a descaracterização das periferias urbanas. Por outro lado, junto à praia ou no campo, ou junto à cidade, a habitação de uso sazonal ou secundária derramou-se também. Esta expansão urbana exigiu e consumiu espaço.

Esta Região é, por isso, marcada por uma forte presença de alojamentos de uso sazonal e de alojamentos vagos (Quadro 15). No Médio Tejo e, sobretudo, no Oeste, salienta-se a importância dos alojamentos de uso sazonal (este último com cerca de 23% em 2001, revelando uma dinâmica superior aos valores do Continente, com 18,5%); na Lezíria e Médio Tejo os alojamentos vagos (cerca de 12% em 2001 em ambas as sub-regiões) ultrapassam os valores médios do Continente (cerca de 11% em 2001).

**Quadro 15 - Variação na ocupação dos alojamentos no OVT (1991-2001)**

	Famílias Clássicas	Alojam. Familiares	Alojam. Clássicos	Alojam. Clássicos de Residência Habitual	Alojam. Familiares Clássicos de Uso Sazonal ou Secundário	Alojam. Familiares Clássicos vagos	Alojam. Familiares Não Clássicos
<b>Continente</b>	16%	21%	21%	15%	40%	23%	-1%
<b>Oeste e Vale do Tejo</b>	13%	17%	17%	12%	35%	21%	11%
<b>Lezíria do Tejo</b>	12%	14%	14%	10%	24%	<b>30%</b>	7%
<b>Médio Tejo</b>	10%	14%	14%	10%	30%	16%	4%
<b>Oeste</b>	16%	21%	21%	15%	<b>43%</b>	18%	20%

Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação

O peso dos alojamentos de uso sazonal indicia uma forte procura que ultrapassa o dinamismo económico da Região e que é explicado por dois factores: i) muitas famílias residentes na Área Metropolitana de Lisboa possuem segundas residências na Região, dada a boa acessibilidade e a elevada qualidade ambiental (praias e áreas rurais); ii) várias famílias

---

emigrantes noutras áreas do país ou no estrangeiro possuem habitações secundárias nesta área.

A importância dos alojamentos vagos demonstra, por um lado, um maior desajustamento entre oferta potencial e a procura de habitação, e por outro, um peso significativo de alojamentos devolutos, sem qualquer utilização.

Salienta-se, assim, para as diferentes sub-regiões que compõem a Região Oeste e Vale do Tejo:

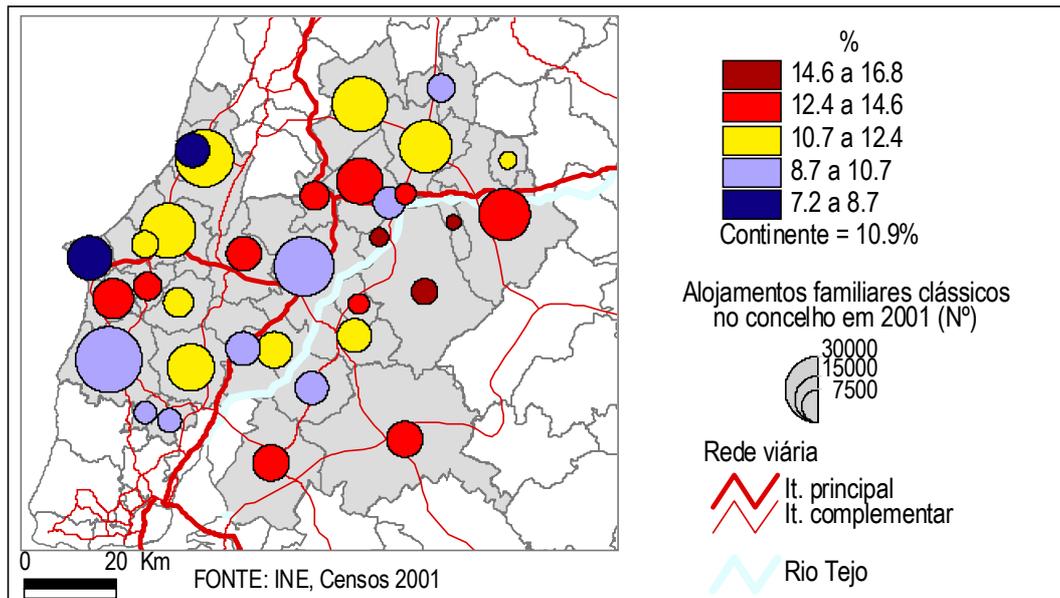
- em todas elas o aumento das famílias é superior ao aumento dos alojamentos de residência habitual, sendo este aspecto mais acentuado no Oeste;
- o ritmo de crescimento dos alojamentos de uso sazonal e dos vagos supera o ritmo de crescimento dos alojamentos de residência habitual. Este crescimento aponta para uma significativa capacidade de investimento e de produção de alojamentos em todas as sub-regiões.

Na verdade, entre os territórios com maior dinamismo no alojamento de uso sazonal, encontram-se, quer concelhos situados junto à orla costeira (nestes a residência secundária de praia assume um maior peso) quer concelhos situados no interior (a segunda habitação associada às migrações e às novas procuras, designadamente de áreas rurais com uma qualidade paisagística significativa).

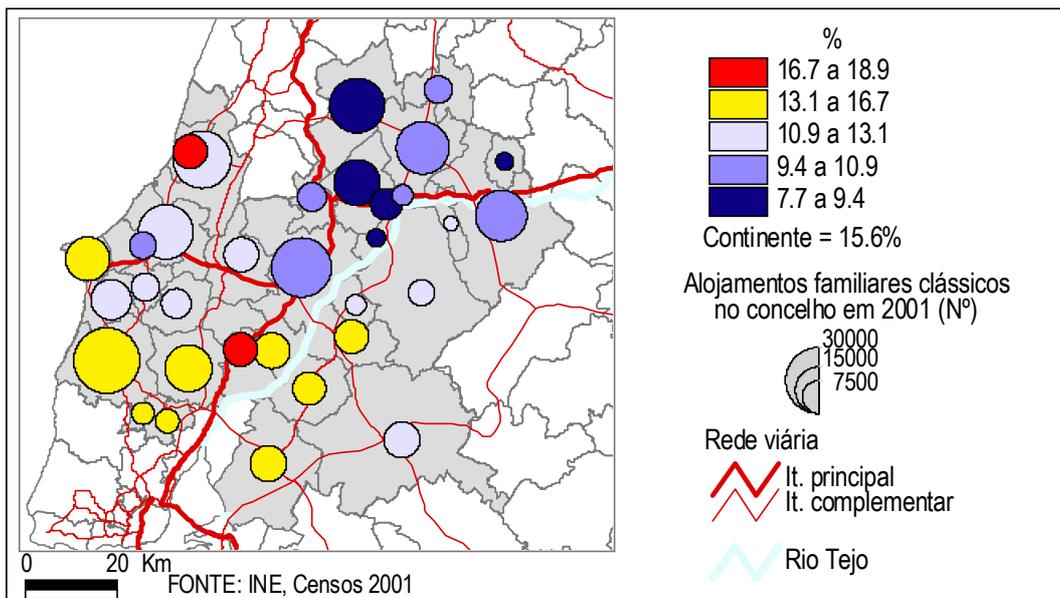
Em termos de qualidade residencial, optou-se por desenvolver uma avaliação fundamentada em quatro vectores: níveis de ocupação dos alojamentos (vagos, sobrelotados); níveis de infra-estruturação (abastecimento de água, electricidade, instalações sanitárias...); importância dos alojamentos não clássicos (barracas); peso dos alojamentos em bairros sociais e estado de degradação do edificado (a necessitar de grandes e médias reparações). De uma forma geral não se registam problemas muito graves na Região, porém, assinala-se (Figura 36, Figura 37 e Figura 38): i) a presença significativa de

alojamentos vagos num número considerável de concelhos; ii) situações de sobrelotação de alojamentos; iii) ainda insuficiências de infra-estruturas básicas em alguns concelhos.

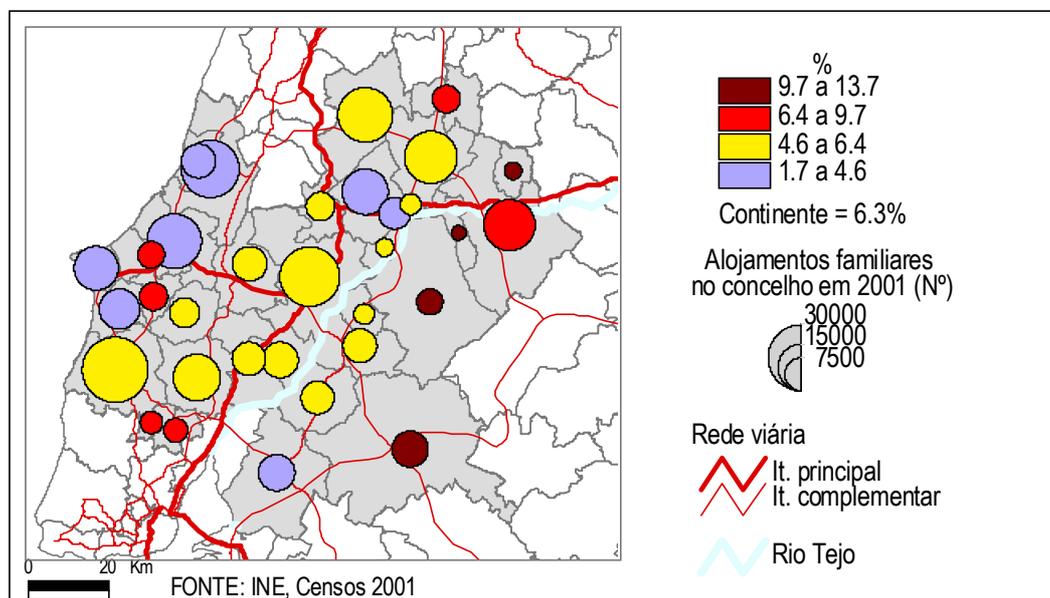
**Figura 36 - Alojamentos familiares clássicos vagos, 2001**



**Figura 37 - Alojamentos familiares clássicos sobrelotados, 2001**



**Figura 38 - Alojamentos familiares clássicos sem banho ou duche, 2001**



### Centros Históricos e Periferias Urbanas

O estado de degradação do parque habitacional da Região em 2001 era bastante significativo, uma vez que cerca de metade dos concelhos apresentava uma percentagem expressiva de edifícios degradados (salientando-se Constância, Vila Nova da Barquinha, Sardoal, Tomar, Golegã, Coruche, Abrantes, Óbidos, Alcobaça, Chamusca, Santarém, Arruda dos Vinhos e Nazaré). Porém, um conjunto significativo de centros históricos encontra-se actualmente em reabilitação ou apresenta projectos de reabilitação. Metade dos centros históricos está delimitada, o que mostra a importância e as dinâmicas de planeamento, requalificação e valorização urbana em curso. Estando em presença de valores patrimoniais de grande interesse, a regeneração das áreas urbanas históricas é um domínio de intervenção estratégica a privilegiar.

As necessidades de qualificação das periferias urbanas são também uma preocupação para os autarcas da Região. Segundo um questionário lançado

junto das Câmaras Municipais, só treze municípios referiram não existirem periferias urbanas desqualificadas, nos restantes vinte, foi evidenciada a sua existência. As periferias urbanas desqualificadas foram sobretudo associadas à existência de bairros problemáticos em termos sociais e a um crescimento urbano intenso insuficientemente gerido. As áreas industriais abandonadas e degradadas também contribuem para a desqualificação urbana de alguns centros. A desqualificação da periferia urbana foi atribuída ao aumento da acessibilidade, que levou à intensificação dos processos de urbanização, sobretudo em municípios localizados na primeira coroa da AML.

### **Redes de equipamentos e serviços**

Os melhores níveis de oferta na área da saúde destacam-se em Torres Vedras, Santarém e Abrantes, o que reflecte um certo papel de predominância destes concelhos em cada uma das sub-regiões. Todavia, enquanto na Lezíria a cidade de Santarém polariza claramente as funções de Saúde, já o Médio Tejo e o Oeste reflectem uma estrutura de distribuição mais policêntrica. Torres Vedras surge como o centro melhor servido quer em tipologia, quer em número, ultrapassando mesmo Santarém.

Em termos de educação destaca-se Santarém que detém todas as funções centrais consideradas, bem como o maior quantitativo de unidades, polarizando as funções educacionais da Lezíria. Esta circunstância é reflexo do lugar de destaque que este concelho assume na Região, a que não será alheio o seu papel como capital de distrito que o leva a capitalizar a instalação de algumas infra-estruturas de nível regional. Sobretudo pela diversidade funcional, Rio Maior assume alguma relevância sub-regional.

Na Região OVT o outro centro urbano que também apresenta todas as funções centrais contempladas, embora com um número de unidades menor, é Torres Vedras, evidenciando a importância que este centro assume, em particular no

---

Oeste, capitalizando a dinâmica desta sub-região associada aos sectores agrícola e alimentar, aliada à construção da A8 que potenciou o crescimento urbano - de certa forma associado à expansão da Área Metropolitana.

No Oeste surge ainda em lugar de destaque Caldas da Rainha, a que lhe sucede Alcobaça (pelo número de funções) e Peniche (pela diversidade), conferindo um padrão policêntrico de distribuição das funções.

No Médio Tejo, existe alguma notoriedade de Tomar, pela diversidade de funções educativas presentes, embora em termos de unidades funcionais, se verifique um certo equilíbrio entre este centro, Ourém e Torres Novas.

Os serviços e equipamentos de apoio social concentram-se em Santarém, que sobressai pelo maior número de funções presentes actualmente e pelo elevado quantitativo de unidades funcionais (só superado por Torres Vedras).

No Oeste, destaca-se Torres Vedras que detém o maior número de unidades funcionais de apoio social da Região OVT. Com igual diversidade de funções, mas com um quantitativo de unidades funcionais inferior surge Alcobaça, secundada por Caldas da Rainha, Nazaré e Lourinhã

No Médio Tejo, Abrantes sobressai pela diversidade de funções de apoio social, assumindo-se mesmo como segundo concelho da Região OVT no que a este aspecto se refere.

Numa análise global das funções de cultura constata-se uma boa dotação deste tipo de equipamentos, já que a maior parte dos centros tem, pelo menos, três das quatro funções contempladas. Em destaque surgem os concelhos do Médio Tejo, nomeadamente Ourém e Torres Novas, que possuem o maior quantitativo de funções culturais da Região OVT. Sucedem-se Tomar e Alcanena e, por fim, Abrantes.

Nas funções de desporto evidenciam-se Rio Maior e Torres Vedras, sobretudo pela diversidade das funções, embora também mereçam destaque Alcobaça, Caldas da Rainha e Torres Novas.

---

O Oeste surge como a sub-região, mais significativa neste tipo de equipamentos, com Torres Vedras, Alcobaça e Caldas da Rainha a apresentarem um padrão de distribuição policêntrico, e Nazaré e Peniche a assumirem também alguma notoriedade sub-regional.

Na Lezíria do Tejo é Rio Maior, que com uma aposta continuada na actividade desportiva assume o protagonismo. A nível muito inferior surge Almeirim e depois Santarém, Golegã, Cartaxo e Azambuja.

No Médio Tejo, Torres Novas sobrepõe-se claramente aos municípios do eixo Abrantes, Tomar e Ourém e a Alcanena.

Nas funções ligadas ao conhecimento a maior nota de destaque é a escassez deste tipo de equipamento e/ou infra-estrutura na Região, sobressaindo dois concelhos – Santarém e Caldas da Rainha, pelo número de funções e pelo quantitativo de unidades funcionais.

Nas funções ligadas ao turismo destaca-se a faixa do litoral Oeste, com particular incidência para Torres Vedras, onde existe uma das principais estâncias balneares (Santa Cruz), e em Peniche, local tradicional de veraneio. O outro concelho que se destaca, quer em termos das funções presentes, quer da sua quantidade, é Ourém, fruto do turismo religioso de Fátima.

Existe uma quantidade significativa de núcleos com elevado número de funções ligadas ao comércio e aos serviços apresentando, no entanto, um padrão de distribuição com tendência de localização que segue o modelo de povoamento. Evidenciam-se Santarém, Caldas da Rainha e Alenquer pela diversidade de funções comerciais e de serviços e Torres Vedras e Alcobaça pelo número de unidades.

Na organização dos serviços públicos e administrativos há uma clara concentração em Santarém, Caldas da Rainha e Tomar. A Lezíria é claramente polarizada por Santarém; no Oeste, sobressai Caldas da Rainha e o Médio Tejo apresenta um padrão de distribuição policêntrico com as funções

administrativas a distribuírem-se maioritariamente entre Abrantes, Tomar, Torres Novas e Ourém.

### **Centralidades e estrutura da rede urbana**

Vários estudos na década de 90 dão conta da consolidação dos centros e eixos urbanos no OVT, distinguindo, no essencial, três grandes conjuntos de centros urbanos:

- no Oeste, com Caldas da Rainha e Torres Vedras a destacarem-se dos restantes – Nazaré, Alcobaça, Peniche;
- na Lezíria do Tejo, sobressai Santarém e, em alguns casos, associa-se a Rio Maior, Cartaxo e Almeirim;
- no Médio Tejo, Torres Novas, Tomar e Abrantes, que podem associar-se a Ourém, Entroncamento e Alcanena.

O cenário actual continua a destacar Santarém como o centro urbano detentor de equipamentos com grande representatividade na Região. Porém, os novos eixos rodoviários, pela proximidade proporcionada entre os locais onde a população desenvolve as suas actividades quotidianas, têm favorecido a consolidação do sistema urbano regional existente, através da difusão de um padrão policêntrico de equipamentos, comércio e serviços.

Estas dinâmicas permitem destacar:

- no Oeste, Torres Vedras e Caldas da Rainha, com Peniche, Alcobaça e Nazaré a ganharem visibilidade, juntamente com Alenquer;
- na Lezíria do Tejo, Santarém, afirmando a continuidade territorial por núcleos de menor dimensão em direcção ao Cartaxo e Almeirim. A este triângulo junta-se Alpiarça, a Norte, e Azambuja a Sul. Nesta direcção (não fosse a ruptura no contínuo provocada por parte das freguesias de

Salvaterra de Magos), poder-se-ia fazer a mesma leitura na margem esquerda do Tejo até Benavente. A Oeste, Rio Maior, fortemente amarrado à antiga EN1, detém uma posição intermédia entre o Oeste e a Lezíria - posicionamento favorecido com a A15. Chamusca apresenta um padrão de concentração de equipamentos na freguesia sede;

- no Médio Tejo, torna-se claro o eixo Alcanena-Torres Novas-Entroncamento-Abrantes, com destaque para Torres Novas e Abrantes; Mais a Norte, a Tomar, juntam-se os concelhos de Ferreira do Zêzere e Ourém (freguesia de Fátima) com freguesias dotadas de equipamentos com forte representatividade na Região.

De facto, enquanto os serviços se concentram nas freguesias predominantemente urbanas (APU), já o comércio apresenta uma tendência de localização mais difusa, acompanhando os processos de difusão do povoamento. Há uma tendência para a coalescência da mancha urbana dos diferentes núcleos do sistema urbano regional, suportada pelos grandes eixos rodoviários.

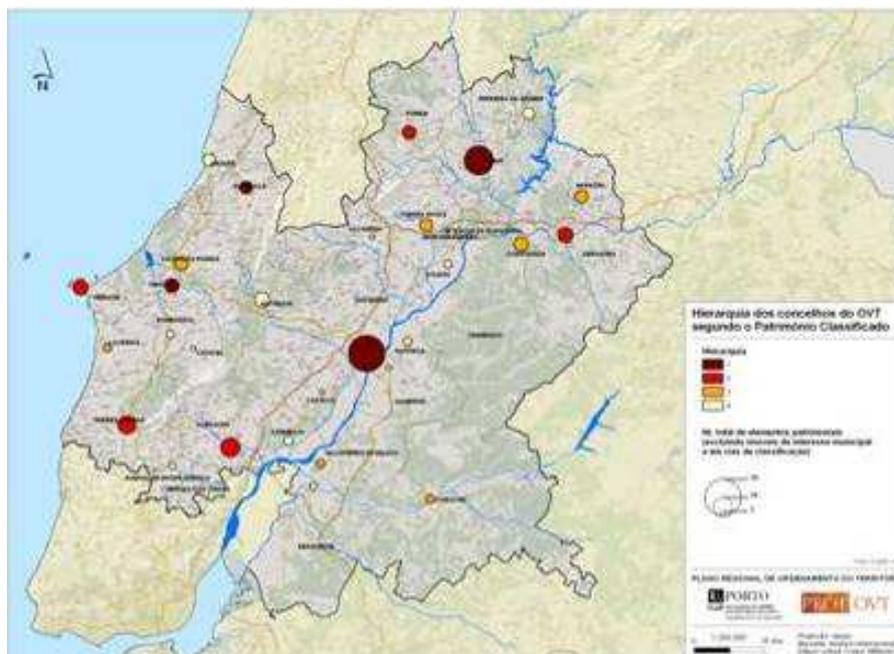
### **Património Urbano**

Inserir-se no âmbito dos PROT o aquilatar da realidade patrimonial existente, o que significa conhecer elementos e conjuntos, de forma a promover a sua conservação e protecção pelo valor intrínseco, mas também pelo potencial estratégico que possuem, seja para o desenvolvimento em geral, seja, por exemplo, para a definição e qualificação da “estrutura regional do sistema urbano”, de forma a que as hierarquizações não assentem apenas em critérios funcionais.

Assim, deixando para outras escalas, e outras competências, o tratamento de cada elemento e limitando a abordagem ao âmbito da rede urbana, é possível analisar os aglomerados urbanos, relacionando-os numa hierarquia decorrente da sua importância patrimonial, sendo aquela estruturada por critérios, quer

quantitativos quer qualitativos. No património incluem-se os “monumentos”, os “conjuntos” e os “sítios”, trilogia classificadora do património cultural imóvel segundo a Lei nº13, de 6 de Julho de 1985 (a esta classificação a DGMM acrescenta as “paisagens”, aí incluindo, maioritariamente, quintas e jardins), bem como os imóveis de interesse público e os imóveis de interesse municipal. É conhecida a riqueza patrimonial do Oeste e Vale do Tejo e, normalmente, existe estreita relação entre a posição hierárquica de cada aglomerado urbano e a quantidade de elementos e conjuntos classificados que possuem (Figura 39) contudo, essa relação não é estritamente linear (como o demonstra a informação disponível no “sítio” virtual da DGEMN consultado em Março de 2007).

**Figura 39 - Hierarquia do Património**



Assim, referindo apenas os concelhos com valores superiores a 40 elementos patrimoniais classificados e ressaltando que a informação se refere a todo o concelho, surge Santarém (com 105) como expoente, seguido de Torres Novas (90), Óbidos (58), Alcobaça (57), Tomar (55), Abrantes (51) e Caldas da

Rainha e Alenquer (ambos com 42), tratando-se esmagadoramente de “monumentos”, com poucos “conjuntos” e “sítios”. Atendendo ao património e sítios arqueológicos classificados nas freguesias urbanas (nem sempre os monumentos se concentram na sede concelhia) esta relação altera-se: Santarém (69), Abrantes (57), Tomar (41), Alenquer (18) Torres Vedras (17). Finalmente, subtraindo aos últimos números o património cujo interesse é apenas “municipal” e ainda os valores, residuais, daquele que está em vias de classificação, atinge-se o limite da análise que os números permitem. Ou seja, Santarém (59) e Tomar (37) destacam-se dos restantes aglomerados urbanos, de forma clara.

Complementando as leituras que a informação estatística permite, com a avaliação da informação qualitativa e do valor, quer intrínseco, quer relativo e de conjunto, do património dos aglomerados urbanos, realçam-se, de novo, Santarém e Tomar, pela importância nacional e internacional de alguns elementos do seu património - desde logo, porque Tomar possui classificação de património mundial e Santarém (cognominada *capital do gótico*) publicou os estudos de suporte à sua candidatura a Património Mundial em 1996.

A ambas, acrescentam-se Alcobaça e Óbidos, completando-se um losango que forma o nível de ordem superior na hierarquia urbana em termos patrimoniais. Alcobaça atendendo a que é “património mundial”, Óbidos porque, além de possuir fortificação conservada que é “monumento nacional”, toda a vila o é. Ou seja, todo o aglomerado urbano, com carácter medieval, é um conjunto com valor próprio e independente do valor individual de cada edifício, o que lhe acrescenta importância estratégica, com relevância para o PROT OVT (assinalando-se o valor patrimonial de conjunto como um dos critérios, a adicionar à existência de monumentos nacionais, condicionadores da hierarquização proposta).

Assim, aos critérios estatísticos, acrescenta-se a existência de “monumentos nacionais” e de “conjuntos” classificados por esta ordem de importância como

---

critérios definidores da hierarquia, sublinhando-se que o caso do critério dos “conjuntos” se torna importante quando se trata de todo o aglomerado urbano.

Então, além do nível 1, delinear-se mais três níveis: no nível 2 incluem-se os aglomerados urbanos com mais de 10 elementos patrimoniais e sendo algum ou alguns classificados como monumentos nacionais, acrescentando-se, excepcionalmente e pelo valor intrínseco do seu património, Ourém. No nível 3 abarcam-se os aglomerados que têm menos de 10 elementos patrimoniais, mas tem pelo menos um monumento nacional ou um deles é o “conjunto” do aglomerado. Finalmente, todos os restantes são classificados no nível 4.

Desta análise resulta, em termos genéricos, uma rede muito próxima das que derivam de outros critérios, desde logo porque todos os aglomerados incluídos nos níveis 1, 2 e 3, se localizam a Norte do Rio Tejo, exceptuando-se os “conjuntos” incluídos no nível 3, aglomerados com um carácter coerente decorrente de um forte e continuado enraizamento urbano/rural.

## 5. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### *5.1. Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental*

A definição de uma Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental (ERPVA) para a Região Oeste e Vale do Tejo que constitua um suporte territorial de base, é fundamental para o desenvolvimento sustentável das actividades no território. Esta estrutura constitui um elemento essencial na manutenção da biodiversidade característica da Região e dos processos ecológicos fundamentais para a integridade dos seus ecossistemas sensíveis.

A ERPVA constitui uma estrutura multifuncional com diferentes objectivos de protecção que integra um conjunto de temas e territórios determinantes para a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento a definir para a Região, constituindo sua parte estruturante. Há, assim, que integrar em termos metodológicos, um conjunto de contributos em especial, os que estão relacionados com as áreas da geomorfológica, recursos hídricos, solo, conservação da natureza e biodiversidade, actividades agro-florestais, paisagem e padrões de ocupação do solo. A articulação das áreas que irão integrar a ERPVA com a rede urbana e o turismo constituem também aspectos determinantes.

Em termos conceptuais, a ERPVA será constituída por uma estrutura em rede composta pelas áreas e corredores que são recursos fundamentais para a manutenção das funções ecológicas da Região. Estas áreas e corredores, interligadas de modo a garantir a continuidade entre espaços, integrarão os territórios mais sensíveis ou classificados, do ponto de vista da conservação da natureza, assim como, recursos hídricos importantes e a preservação de habitats e ecossistemas particulares.

Sintetizando, nos termos de prossecução do desenvolvimento perspectivado para a Região, ambiciona-se um território que traduza:

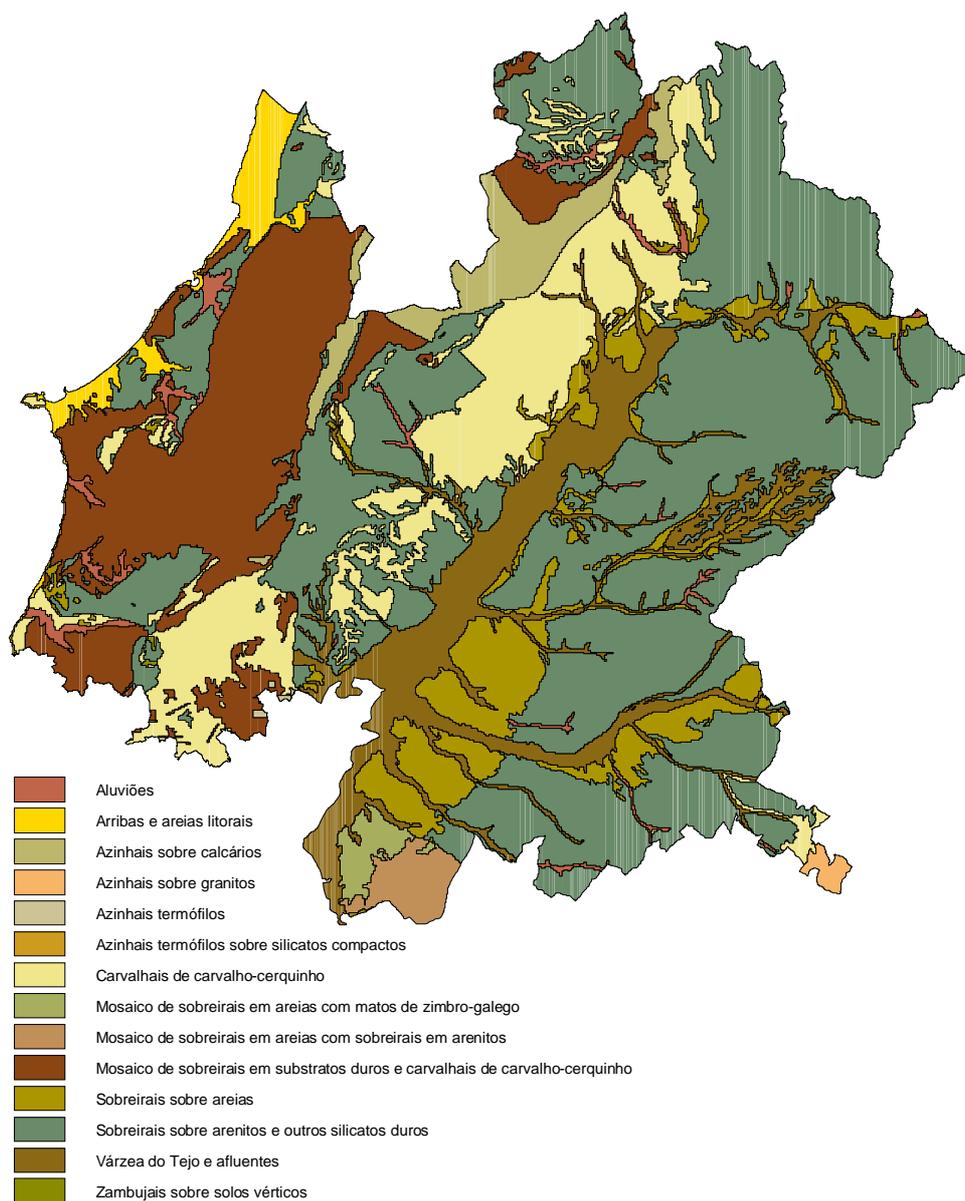
- uma Região tranquila e qualificada do ponto de vista territorial;

- a integração paisagística sustentável das actividades de forma global e local;
- a manutenção das áreas agrícolas e florestais com elevados padrões estéticos e paisagísticos;
- o equilíbrio entre dinâmicas urbanas e áreas fundamentais para a conservação da natureza e da paisagem segundo uma perspectiva integradora;
- uma evolução qualificada das áreas edificadas urbanas e rurais, que promova a concentração do povoamento e das actividades económicas;
- a protecção e valorização dos elementos e paisagens de carácter notável e das áreas com especial interesse para a conservação da natureza;
- a manutenção e o reforço dos factores que contribuem para a qualificação e identidade das paisagens regionais.

## **5.2. Conservação da Natureza e da Biodiversidade**

O Oeste e Vale do Tejo é um território fortemente humanizado, onde são escassos os vestígios das formações vegetais originais. Sem intervenção humana, seria ocupada em grande parte por formações florestais, dominadas por carvalhos (género *Quercus*). A espécie de carvalho dominante, bem como a estrutura e composição do sub-bosque, dependeriam das condições climáticas e do substrato geológico. Um exercício de reconstituição da vegetação potencial (Figura 40), sugere que grande parte do território seria ocupada por sobreirais (*Quercus suber*), por vezes em mosaico com outras espécies de carvalho. Os azinhais (*Quercus rotundifolia*) teriam uma representação mais restrita, estando associados às formações calcárias e aos ambientes mais termófilos. Também com uma expressão significativa no território seriam as formações de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*).

Figura 40 - Esboço preliminar das séries de vegetação potencial no OVT



Actualmente, as formações florestais originais praticamente desapareceram, tendo sido substituídas na sua maioria por áreas agrícolas e florestas de produção. As formações florestais originais são reliquiais, restringindo-se a

pequenos bosques, normalmente muito fragmentados e pouco evoluídos, dominados por sobreiro, azinheira ou carvalho-cerquinho. Apesar disto, na Região Oeste e Vale do Tejo ainda estão presentes valores naturais muito significativos a nível nacional. Neste território são particularmente importantes e sensíveis ecologicamente os ecossistemas litorais, incluindo as arribas costeiras, os sistemas dunares e outros matos litorais, e as lagoas costeiras e habitats adjacentes; as zonas húmidas e ribeirinhas, incluindo os cursos de água e respectivas galerias ripícolas; as margens alcantiladas e rochosas em cursos de água e albufeiras; os pauis, os charcos e lagoachos temporários, e ainda alguns açudes e pequenas albufeiras; as formações florestais reliquiais, incluindo os azinhais e os carvalhais de carvalho-cerquinho; os matagais e alguns tipos de matos; e os montados de sobro e azinho, e outros sistemas agrícolas e pastoris extensivos.

Os *habitats* com maior grau de naturalidade, como por exemplo os carvalhais e os matagais, tendem a apresentar um elevado nível de fragmentação, ocorrendo frequentemente como pequenas unidades residuais em áreas agrícolas e florestais de produção. Em contraste, existem grandes áreas com elevado valor natural que correspondem a sistemas agrícolas e agro-silvo-pastoris extensivos, entre os quais os montados de sobro que constituem, porventura, o exemplo mais representativo. Em ambas as situações ocorrem espécies da flora e fauna com elevada prioridade de conservação, algumas das quais são protegidas por directivas comunitárias e legislação nacional.

Entre os habitats protegidos por legislação comunitária, destacam-se por serem prioritários para conservação as lagunas costeiras, as estepes salgadas mediterrânicas, as dunas fixas com vegetação herbácea ou dunas fixas descalcificadas atlânticas, as dunas litorais com *Juniperus spp.*, as dunas com florestas de *Pinus pinea* ou *Pinus pinaster*, os charcos temporários mediterrânicos, as charnecas húmidas atlânticas, os matagais arborescentes de *Laurus nobilis*, os prados rupícolas calcários ou basófilos da *Alyso-Sedion*

*albi*, as subestepes de gramíneas e anuais da *Thero-Brachypodietea*, as lajes calcárias e florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*). Nos habitats da Região ocorrem várias espécies florísticas protegidas por legislação comunitária e nacional, incluindo *Arabis sadina*, *Armeria berlangensis*, *Coincya cintrana*, *Herniaria berlangiana*, *Herniaria marítima*, *Iberis procumbens* ssp. *microcarpa*, *Juncus valvatus*, *Limonium dodartii* ssp. *lusitanicum*, *Limonium multiflorum*, *Narcissus calcicola*, *Silene longicilia*. A fauna é também diversificada, destacando-se pela sua importância no contexto nacional as grandes colónias de morcegos que ocorrem nas serras calcárias, incluindo espécies vulneráveis ou em perigo como o morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*), o morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposideros*), o morcego-de-ferradura-mediterrânico (*Rhinolophus euryale*), o morcego-de-ferradura-mourisco (*Rhinolophus mehelyi*), morcego de Bechstein (*Myotis bechsteini*), o morcego-rato-grande (*Myotis myotis*), o morcego-rato-pequeno (*Myotis blythii*) e o morcego-de-peluca (*Miniopterus schreibersi*). Os peixes dulciaquícolas e as aves aquáticas são outros dos grupos faunísticos que assumem grande importância na Região, incluindo muitas espécies protegidas por legislação comunitária e nacional. Apesar de não ser protegida por legislação específica, salientam-se ainda duas espécies de peixes, a boga *Chondrostoma occidentale*, descrita em 2005 a partir de exemplares recolhidos nas ribeiras de Alcabrichel, Sizandro e Safarujó, e a boga *Chondrostoma olisiponensis*, descrita em 2007 a partir de exemplares recolhidos nos rios Trancão e Maior, e das ribeiras de Magos e de Ulme.

Muitas das áreas com maior valor natural no Oeste e Vale do Tejo estão já incluídas no Sistema Nacional de Áreas Protegidas (Figura 41), designadamente em três Reservas Naturais (Paul do Boquilobo, Estuário do Tejo e Berlengas), um Parque Natural (Serra de Aire e Candeeiros), uma Área de Paisagem Protegida (Serra de Montejunto), dois Sítios Classificados (Açudes de Monte da Barca e Agolada) e o Monte de S. Brás (ou de S.

Bartolomeu) e um Monumento Natural (Pegadas de Dinossáurio de Ourém-Torres Novas).

**Figura 41 - Rede Nacional de Áreas Protegidas, de Protecção Especial, e Sítios de Importância Comunitária**



Fonte: ICN

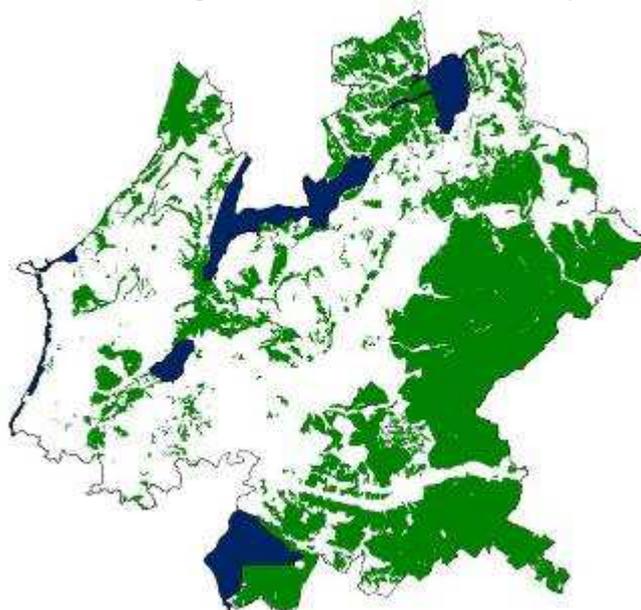
Adicionalmente, ocorrem valores naturais cuja relevância foi assumida a nível Europeu, tendo levado à designação de três Zonas de Protecção Especial (Paul do Boquilobo; Ilhas Berlengas; Estuário do Tejo) e sete Sítios de Importância Comunitária (Sintra/Cascais; Estuário do Tejo; Arquipélago da Berlenga; Serras de Aire e Candeeiros; Sicó/Alvaiázere; Serra de Montejunto; Peniche/Santa Cruz), os quais integram a Rede Natura 2000.

O planeamento e a gestão destas Áreas Protegidas encontram-se actualmente em fase de transição, uma vez que estão em elaboração ou aprovação os respectivos Planos de Ordenamento. No caso dos sítios da Rede Natura 2000 está em fase de aprovação o respectivo Plano Sectorial, o qual estabelecerá

orientações gerais para a gestão de cada área. Em ambos os casos, o planeamento e a gestão devem assumir um carácter intermunicipal e inter-regional, uma vez que os seus limites se estendem para lá das fronteiras da Região Oeste e Vale do Tejo e abrangem vários concelhos.

Não obstante as áreas protegidas e os sítios da Rede Natura 2000 serem elementos fundamentais para a conservação e valorização do património natural da Região, falta dar-lhes consistência e coerência funcional. Em particular, considera-se incompleto o sistema de áreas classificadas, uma vez que existem no OVT muitos valores naturais e áreas ecologicamente relevantes que se encontram fora de qualquer regime formal de protecção e valorização (Figura 42). Algumas destas áreas e valores foram já reconhecidos aos níveis municipal e intermunicipal, tendo desencadeado processos de classificação de áreas protegidas de carácter regional (actualmente em curso), como é o caso da Lagoa de Óbidos e do Paul de Tornada. Outras áreas, contudo, ainda não foram devidamente reconhecidas em termos do seu papel na conservação e valorização ambiental do território, podendo potencialmente vir a ser enquadrados a nível regional ou municipal.

**Figura 42 - Áreas Relevantes para a Conservação da Natureza no OVT (a verde) fora de Áreas da Protegidas e da Rede Natura 2000 (a azul)**



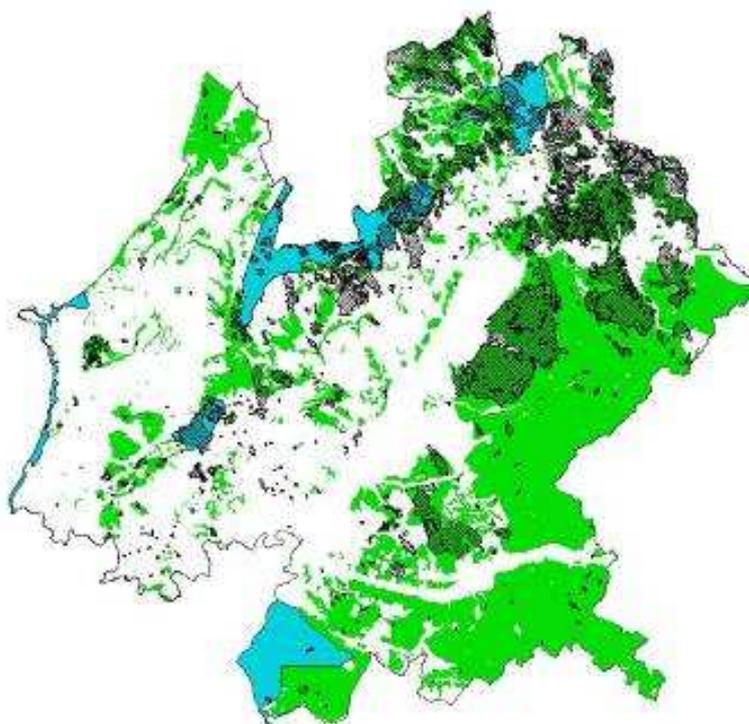
Fonte: ICN, CCDR-LVT

É também notória a ausência de uma rede regional de corredores ecológicos, fundamental para a manutenção dos processos naturais, que se poderia basear na rede fluvial e em outras estruturas do território que contribuem para a conectividade das áreas de maior valor natural. Por exemplo, é evidente o *continuum* ecológico que se desenvolve desde o Sítio de Importância Comunitária (SIC) de Sicó-Alvaiázere até perto de Sobral de Monte Agraço, fazendo a interligação dos SIC da Serra de Aire e Candeeiros e da Serra de Montejunto.

A conservação dos valores naturais presentes no OVT raramente requer a adopção de medidas de protecção estrita envolvendo pelo contrário a promoção de modelos compatíveis de gestão agrícola e florestal. Esta necessidade é particularmente evidente nas áreas em que a conservação dos valores naturais está associada a sistemas agrícolas e florestais de baixa produtividade e com elevado risco de abandono, onde a viabilidade económica depende, em grande medida, de incentivos financeiros agro e silvo-ambientais. Nestas áreas, a conservação da natureza interage fortemente com o desenvolvimento rural, numa perspectiva integrada de serviços rurais que contribuam para a valorização das paisagens rurais, a redução dos riscos de incêndio e de outros riscos naturais (erosão, movimentos de massa, etc.), a promoção do eco-turismo, a redução do abandono rural, a protecção dos recursos hídricos, a exploração sustentável dos recursos cinegéticos, entre outros. Também algumas áreas de agricultura mais intensiva, como os arrozais do Sorraia e os campos da Lezíria do Tejo, albergam por vezes espécies com elevado valor de conservação.

As zonas onde o êxodo rural conduziu ao aumento da ocupação por matos e por áreas florestais de resinosas e eucaliptos têm vindo a ser progressivamente consumidas pelo fogo. Estas zonas têm risco de incêndio muito elevado, sendo as principais responsáveis pelos cerca de 125000ha do território percorridos pelo fogo pelo menos uma vez entre 1990 e 2006 (Figura 43).

**Figura 43 - Áreas percorridas por incêndios em 1990-2006 e relação espacial com as áreas protegidas e sítios da Rede Natura 2000 (a azul) e com outras áreas ecológicas relevantes (a verde)**



Fonte: DGRF, ICN, CCDR-LVT

Os dois anos piores anos ocorreram nos últimos cinco anos, com áreas ardidas de 48351ha (2003) e 24611ha (2005), sugerindo uma tendência para o agravamento do problema. Uma parte significativa das áreas ardidas corresponde a áreas protegidas, sítios da Rede Natura 2000 e outras áreas identificadas como ecologicamente relevantes. A criação de paisagens resistentes ao fogo, onde seja possível compatibilizar as funções de conservação da natureza com a redução do risco de incêndio e o desenvolvimento socio-económico, é um dos desafios centrais que pode ser enquadrado na política agro e silvo-ambiental.

Muito relevante em termos de conservação e desenvolvimento rural é também o actual problema de declínio dos montados, o qual afecta essencialmente a sub-região da Lezíria. Este declínio traduz-se pela morte súbita ou lenta de

---

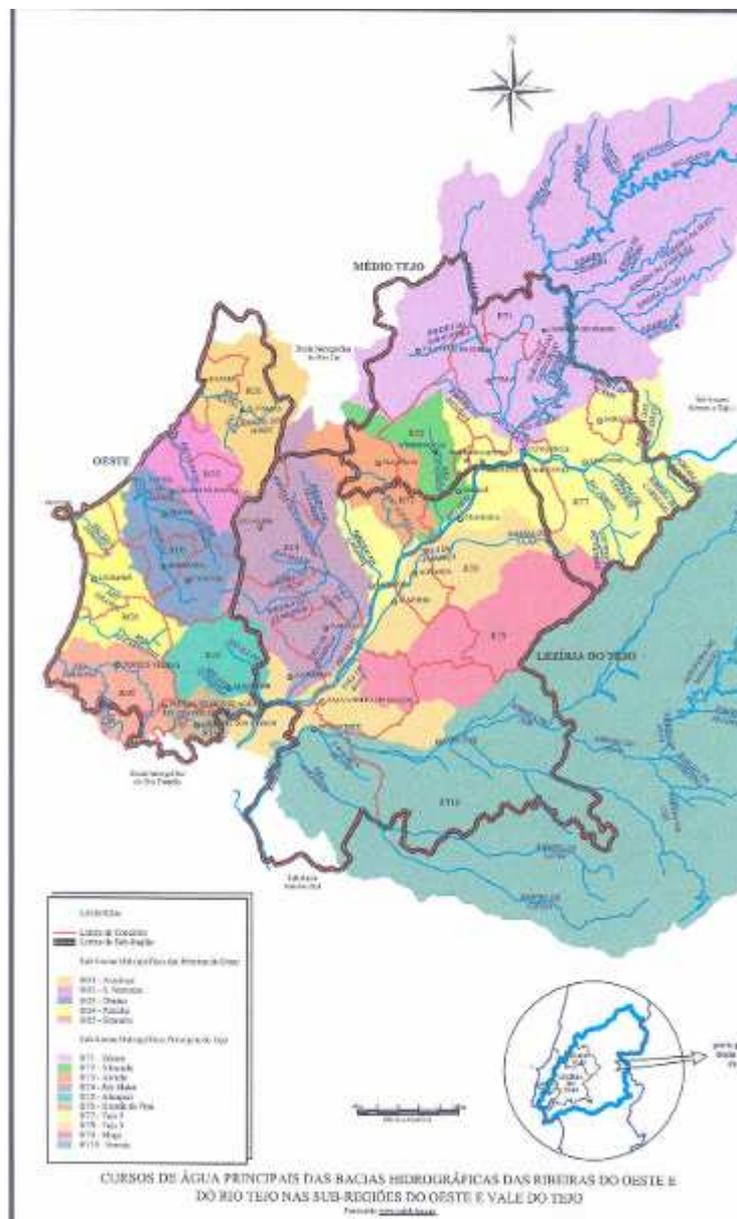
grande número de sobreiros e azinheiras, o que coloca em risco a sustentabilidade ecológica e socio-económica de uma vasta área de elevado valor natural. O problema parece envolver a infecção pelo fungo patogénico *Phytophthora cinnamomi*, mas também um conjunto alargado de factores como as mudanças climáticas globais e a má gestão dos povoamentos. É previsível generalização deste problema, atendendo à tendência verificada na última década.

Num contexto de associação dos valores naturais com os sistemas agrícolas e florestais no Oeste e Vale do Tejo, surge como principal ameaça à conservação da natureza e da biodiversidade a tendência para a perda do carácter rural do território, a qual é já muito evidente nalgumas sub-regiões. Esta tendência é materializada pelo aumento da área edificada, incluindo uma forte componente de edificação dispersa, e pela construção de novas infra-estruturas, incluindo eixos viários estruturantes. Neste contexto, é particularmente significativo o Novo Aeroporto de Lisboa, cuja instalação irá provocar transformações muito profundas numa vasta área que ainda mantém um valor natural apreciável. Neste caso, como em muitos outros, é necessário que o crescimento urbano e as novas infra-estruturas sejam acompanhadas de medidas de minimização e compensação adequadas, de forma a garantir a sua sustentabilidade ambiental.

Em síntese, é aparente na Região Oeste e Vale do Tejo a presença de um conjunto vasto de sistemas naturais que podem e devem ser conservados e valorizados numa perspectiva de uso sustentável, sendo para isso necessário criar uma Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental (ERPVA) que complemente em termos de coerência e eficácia a rede de áreas protegidas já existente.



**Figura 45 - Cursos de água principais das bacias hidrográficas das Ribeiras do Oeste e do Rio Tejo**



Das quatro unidades hidrogeológicas que correspondem às grandes unidades morfoestruturais em que o País se encontra dividido, em duas delas, a Orla Mesocenozóica Ocidental e a Bacia Terciária do Tejo-Sado, concentram-se os sistemas aquíferos do OVT.

As bacias hidrográficas nas quais se situam, no todo ou em parte, territórios dos concelhos do Médio Tejo, da Lezíria do Tejo e do Oeste são:

- a das Ribeiras do Oeste, em particular, as sub-bacias dos rios Alcôa, Baça, Alfeizerão, Tornada, Arnóia, Real, Grande, Alcabrichel e Sizandro;
- a do Rio Tejo, em particular, as sub-bacias do Zêzere, Almonda, Alviela, Rio Maior, Alenquer, Grande da Pipa, Muge e Sorraia.

A rede hidrográfica da bacia do Tejo abrange a maior parte do OVT. A densidade de drenagem é superior na margem direita do rio e os afluentes têm caudais mais importantes. Dos afluentes do Tejo destaca-se o Rio Zêzere no qual a construção da barragem de Castelo de Bode originou a formação de uma albufeira que constitui uma importante reserva de água para a Região.

No Oeste a rede hidrográfica é constituída por um conjunto de ribeiras pouco extensas cujos caudais fracos escoam directamente para o oceano.

### **Recursos hídricos subterrâneos**

Por se localizar nos terrenos pertencentes à Bacia Terciária do Tejo e à Orla Sedimentar Ocidental, a Região Oeste e Vale do Tejo, possui vários sistemas aquíferos, cuja importância estratégica é, não só de âmbito regional, mas também nacional. Alguns desses sistemas aquíferos estão totalmente integrados na área do PROT OVT, mas os mais importantes estendem-se pela Região Centro (Maciço Calcário Estremenho e aquífero costeiro Nazaré-Vieira de Leiria-Figueira da Foz) e pela Área Metropolitana de Lisboa (aquíferos da Bacia do Tejo-Sado/Margem Direita, Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda e Aluviões do Tejo) e pelo Alentejo (Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda). Esta partilha de aquíferos implica ao nível territorial, uma cuidadosa gestão integrada destes importantes sistemas aquíferos.

Os aquíferos mais importantes do OVT, pelas reservas de água que possuem e pela recarga média que apresentam, são por ordem de importância (Quadro 16):

1º) sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, o maior do país, que possui mais de metade das reservas de água subterrânea de Portugal continental;

2º) sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Direita e sistema aquífero das Aluviões do Tejo;

3º) sistema aquífero da Nazaré-Vieira de Leiria-Figueira da Foz (na sua maior parte englobado na região Centro) e sistema aquífero do Maciço Calcário Estremenho.

**Quadro 16 - Sistemas aquíferos mais importantes do OVT**

Sistemas aquíferos	Reservas extraíveis (hm <sup>3</sup> )	Classe	Recarga média (hm <sup>3</sup> /ano)	Classe	Grau de importância
Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda	> 20000	A	> 1000	A	AA
Bacia do Tejo-Sado/Margem Direita	5000-20000	B	200-1000	B	BB
Aluviões do Tejo	5000-20000	B	200-1000	B	BB
Maciço Calcário Estremenho	< 5000	C	200-1000	B	CB
Nazaré - Vieira de Leiria - Figueira da Foz	< 5000	C	200-1000	B	CB
Outros	< 5000	C	< 200	C	CC

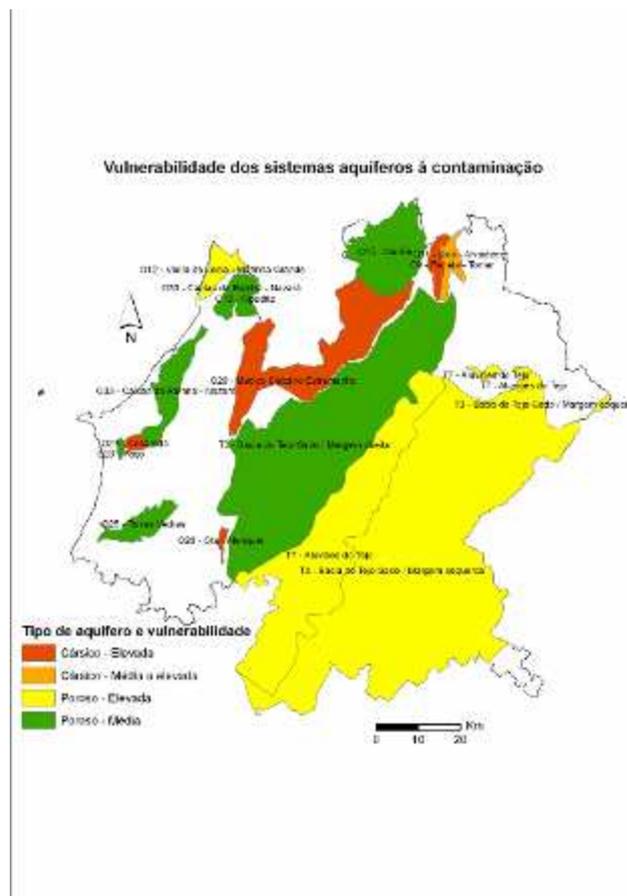
Nota: os valores dizem respeito à totalidade do aquífero (podem ultrapassar os limites do OVT)

A vulnerabilidade à contaminação dos sistemas aquíferos do OVT (Figura 46) é especialmente importante nos terrenos de permeabilidade elevada, a saber:

- os aquíferos de rochas carbonatadas de carsificação elevada, dos quais se destacam os do Maciço Calcário Estremenho e de Sicó–Alvaiázere;
- os aquíferos de rochas carbonatadas de carsificação média-elevada, como é o caso do de Penela-Tomar;

- os aquíferos de formações não consolidadas com ligação hidráulica com a água superficial, dos quais se destacam os da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, das Aluviões do Tejo e da Nazaré-Vieira de Leiria-Figueira da Foz.

**Figura 46 - Vulnerabilidade à contaminação dos sistemas aquíferos do OVT**



No âmbito do OVT é de primordial importância acautelar as áreas de recarga destes sistemas aquíferos, uma vez que a Região possui várias actividades humanas susceptíveis de poluir as toalhas aquíferas (agricultura com uso intensivo de pesticidas e fertilizantes, explorações agro-pecuárias, indústrias extractivas e transformadoras, e águas urbanas residuais com tratamento deficiente ou inexistente).

Na área abrangida pelo PROT-OVT ocorrem recursos hidrominerais e águas de nascente de elevado interesse económico para a região e para o País.

---

Estes recursos têm utilização para o termalismo (Caldas da Rainha, Piedade Cucos e Vimeiro) e para a indústria de engarrafamento de águas (Vimeiro, Água São Silvestre e Águas do Areeiro).

### **5.3.2 Planeamento**

Os Planos de Bacia Hidrográfica (PBH) das Ribeiras do Oeste e do Tejo coincidem na verificação de que, em termos médios e globais, os recursos hídricos disponíveis nas respectivas bacias hidrográficas são, quantitativamente, suficientes para a satisfação das necessidades, actuais e previsíveis no futuro, das actividades consumptivas (em aglomerados populacionais, na agricultura e agro-pecuária e na indústria). No entanto, com base nos dados disponíveis dos três anos hidrológicos de 1995 a 1999:

- no PBH das Ribeiras do Oeste concluiu-se que o panorama geral da respectiva qualidade de água superficial se caracterizava pela dominância de situações de "cursos de água extremamente poluídos" e de "cursos de água poluídos";
- no PBH do Tejo afirmava-se que, entre a foz do Zêzere e a do Trancão, os cursos de água exibiam, de uma forma geral, má qualidade física, química e microbiológica, existindo, ainda, problemas de má qualidade das águas subterrâneas;

Apontava-se em ambos os PBH as fontes de poluição que concorriam para o estado de degradação da qualidade da água.

Segundo o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, os dados de qualidade relativos ao período de 2002 a 2005, em pontos de água subterrânea e de água superficial, permitem acrescentar que:

- quanto à água subterrânea, o panorama revelado mostra que a água de boa qualidade apenas se encontrava num reduzido número de pontos, na grande maioria deles a qualidade sendo mesmo medíocre;
- no que respeita à água superficial, em nenhum ponto existia água de boa qualidade, todos os registos sendo de águas de qualidade degradada.

A protecção e requalificação dos recursos hídricos, subterrâneos e superficiais, e, mais amplamente, além das águas, os leitos, margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas, não podem, pois, deixar de se constituir como objectivos prioritários no Oeste e Vale do Tejo em consonância com a Lei da Água.

#### ***5.4. Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Resíduos Sólidos***

Um pouco mais de 90% da população residente do Oeste e Vale do Tejo está servida no domicílio com água canalizada proveniente de rede pública, sendo inferior a que é servida com retrete no domicílio com descarga na rede pública (não mais do que 50% a 65% nos conjuntos de concelhos das três sub-regiões) e, ainda, menor a que se encontra ligada a ETAR cumprindo todas as exigências de qualidade das descargas conforme normativo legal em vigor.

Há um elevado número de sistemas de abastecimento de água e de sistemas de saneamento de águas residuais que, pela sua multiplicidade e dispersão, revelam não ter presidido ao estabelecimento das referidas áreas de atendimento o modelo de soluções integradas, nos termos do qual, pela redução dos respectivos números, se minimizam os custos globais actualizados de investimento e de exploração por habitante-equivalente. Com quase 60% da população do conjunto das três sub-regiões vivendo dispersa e em aglomerados com menos de 2 000 habitantes, os objectivos dos PEASAAR (95% da população servida com água potável no domicílio e 90% da população

servida com drenagem e tratamento de águas residuais urbanas), jamais poderão ser cumpridos nos concelhos do Oeste e Vale do Tejo se não se atender a parte substancial dessa população com sistemas públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais; e para que tal atendimento possa ser executado com os mínimos custos não poderão deixar de se aplicar soluções integradas.

A actual dispersão de sistemas que se regista no Oeste e Vale do Tejo deverá reduzir-se marcadamente, não só pela aplicação do conceito de soluções integradas mas, ainda, pela integração das componentes “em alta” (infra-estruturas de captação, tratamento a adução nos sistemas de abastecimento de água, e de tratamento, rejeição nos meios receptores e destino final das lamas nos sistemas de saneamento do águas residuais) e “em baixa” (infraestruturas de reserva e de distribuição nos primeiros daqueles sistemas e de drenagem por redes do colectores nos segundos) dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, diminuindo, conseqüentemente, o número do entidades gestoras que hoje actuam nos respectivos concelhos.

As perdas de água nos sistemas públicos de abastecimento, com valores elevados de água captada não utilizada e, ou não facturada, chegando a atingir 60%, revelam baixas eficiências que se traduzem, directa ou indirectamente para os utilizadores, por sobrecustos da água que efectivamente utilizem.

Acresce aos sobrecustos por perdas de água o facto das tarifas praticadas pelas Câmaras Municipais e pelos Serviços Municipalizados não assegurarem a necessária sustentabilidade económica dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e padrões de qualidade de serviço.

A avaliação de indicadores de desempenho da qualidade do serviço prestado aos utentes dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, levada a efeito pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos, permite concluir, sem controvérsia, que nos concelhos do Oeste a Vale do

Tejo, salvo excepções, os serviços prestados directamente pelas Câmaras Municipais e pelos Serviços Municipalizados denotam fragilidades e eficiências reduzidas face aos valores de referência classificáveis como “bons”.

No Oeste está em curso o desenvolvimento de soluções de aplicação de águas residuais depuradas em usos compatíveis, designadamente públicos (regas e lavagens, entre outros) e privados (descargas em sanitas e mictórios) que permitirão, por um lado, reduzir as necessidades de captação de água em origens subterrâneas e superficiais e, por outro, ampliar as áreas verdes a regar e as extensões de arruamentos a lavar.

A par desta origem de água não convencional outra, a de dessalinização, deverá ser avaliada, em termos de análise técnico-económica, em zonas costeiras e estuarinas.

Redução de perdas e recurso a origens de água não convencionais, a par de outras medidas, integram o que se entende por gestão sustentável da água a qual seria desejável que caracterizasse os empreendimentos públicos entre os quais, e a título de exemplo, o Novo Aeroporto Internacional de Lisboa.

Concorrem de forma significativa para a poluição dos meios hídricos receptores os sectores agro-industriais e agro-pecuários, designadamente suiniculturas, unidades avícolas, matadouros e adegas cooperativas, sendo particularmente relevante no Oeste e Vale do Tejo a suinicultura já que 1/3 dos efectivos de suínos de Continente se concentram na região e, em particular, em quatro concelhos da Lezíria do Tejo e cinco do Oeste.

No que respeita aos resíduos sólidos, um dos mais significantes resultados de todo o esforço que tem vindo a ser feito, em particular, pelas muitas entidades gestoras que actuam nos vários respectivos domínios, residirá na progressiva consciência de que, para além das actividades de gestão a que devam ser sujeitos, os resíduos constituem-se coma recursos: pela valorização energética, pela valorização orgânica, pela reciclagem e por todas as outras

formas de valorização consideradas, em particular, no Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de Setembro. Apesar disso, são ainda limitadas as consequências nas metas a atingir na redução dos resíduos urbanos biodegradáveis destinados a aterros e na recolha selectiva multimaterial fixadas na legislação em vigor (respectivamente Decretos-Lei nos 152/2002, de 23 de Maio, e 92/2006, de 25 de Maio).

O Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos II (PERSU II), o Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares (PERH), e o Plano Estratégico de Resíduos Industriais 2001 (PESGRI 2001), constituem-se como os programas estratégicos sectoriais que fixam objectivos e metas cujo cumprimento também no Oeste e Vale do Tejo, reforçarão a sustentabilidade ambiental das três sub-regiões.

## **5.5. Energia**

O OVT partilha das principais características do sistema energético português: elevada dependência externa (com os correspondentes custos económicos e riscos para a segurança do abastecimento), elevada intensidade carbónica (com efeitos sobre o ambiente global e potencialmente sobre a economia devido aos mecanismos de controlo de emissões no âmbito do protocolo de Quioto) e baixo índice de eficiência energética (reflectida numa intensidade energética do PIB consideravelmente superior à média da OCDE). Existem, contudo, alguns indicadores que revelam uma utilização da energia particularmente intensa mesmo quando comparada com a média nacional.

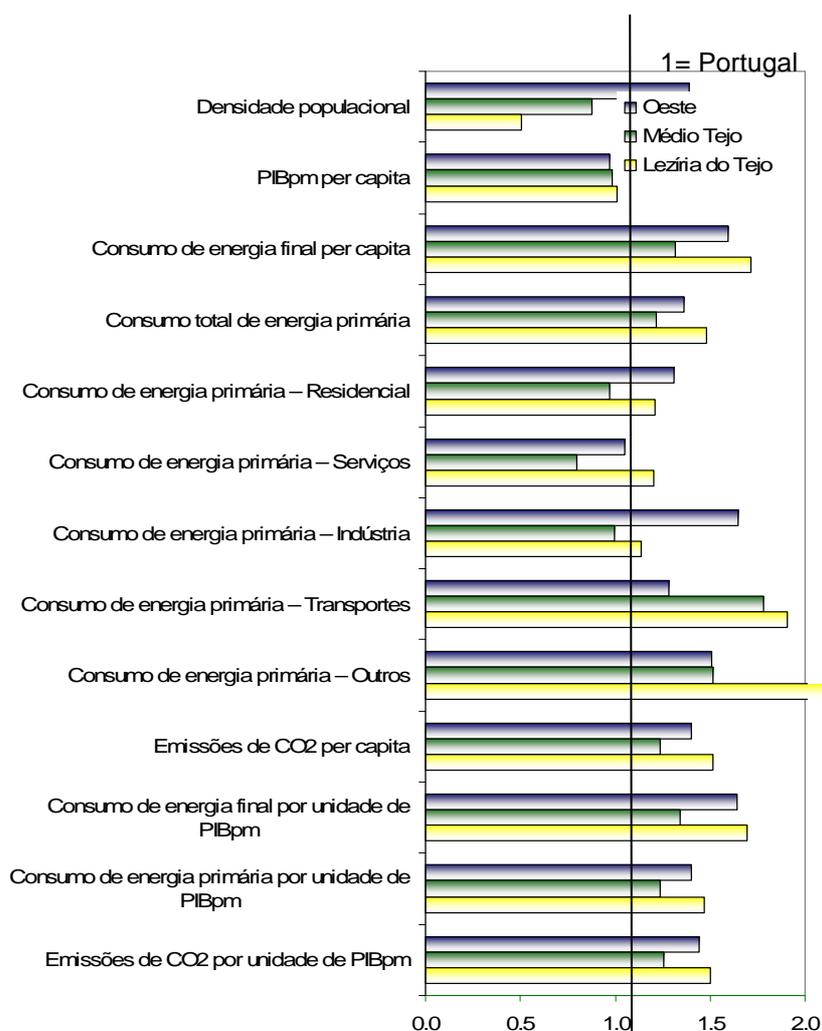
### *Caracterização da utilização (procura)*

Verificam-se, para o OVT, valores de consumos específicos superiores à média nacional, em cerca de 55% em termos de energia final, e em cerca de 36% em

termos de energia primária. Em linha com estes valores, a emissão de dióxido de carbono por habitante é cerca de 39% superior à média do país (Figura 47). Também ao nível da incorporação de energia na riqueza produzida (intensidade energética) se verificam valores significativamente superiores à média nacional (aprox. 300 vs. 220 TEP/M€).

**Figura 47 - Indicadores de intensidade das sub-regiões do OVT face a Portugal**

**(valores per capita; 1.0=Portugal)**



Detalhando a expressão do uso dos vectores energéticos ao nível da utilização final, verifica-se uma utilização específica mais intensa que a média nacional

em todos os sectores, com um desvio particularmente expressivo no vector “combustíveis rodoviários”. Coerentemente, a desagregação por sectores de utilização confirma serem os transportes aquele em que o consumo específico regional mais excede a média do país (+61%) sendo, no entanto, de realçar que a maior intensidade de utilização se verifica em todos os sectores, com uma expressão também muito importante no sector da indústria.

A análise às actividades económicas e às estruturas urbanas predominantes na Região permite identificar alguns factores que contribuem para a elevada intensidade energética detectada:

- peso significativo da actividade logística de âmbito inter-regional na economia da Região;
- existência de actividade industrial significativa, com concentração superior à média nacional;
- considerável dispersão urbana, que aumenta a necessidade de transportes e conseqüente consumo de combustíveis;
- transportes públicos pouco articulados e sem funcionamento em redes optimizadas;
- grande expressão dos edifícios isolados, por norma mais susceptíveis ao consumo de energia para controlo do conforto ambiente.

É, pois, razoável admitir-se que a elevada intensidade energética detectada seja em parte inerente à própria natureza da actividade económica, sobretudo no que se relaciona com a importância da logística e da actividade industrial. Contudo, há também indícios de que para a situação verificada contribuirá igualmente uma importante componente de baixa eficiência na utilização da energia. Por exemplo, além da mencionada desarticulação na rede de transportes públicos, e da predominância de edifícios isolados, nomeadamente moradias, não se detecta qualquer razão evidente para a maior intensidade por habitante também no sector dos edifícios.

Relativamente à emissão de dióxido de carbono (parâmetro que mais reflecte a ligação entre a utilização da energia à escala local e o seu impacto à escala global), os valores encontrados estão, como esperado, fortemente correlacionados com os da utilização de energia. A emissão de CO<sub>2</sub> devida à utilização de energia na Região é de 9,0 toneladas/habitante/ano, contra uma média nacional de 6,4 toneladas/habitante/ano.

### *Rede eléctrica*

A rede eléctrica no OVT tem uma ampla abrangência geográfica, não merecendo neste particular qualquer reparo significativo. Já em termos de qualidade do abastecimento eléctrico, verifica-se que as zonas de distribuição do Oeste e Vale do Tejo se encontram entre as que apresentaram maiores tempos de interrupção no período 2001-05.

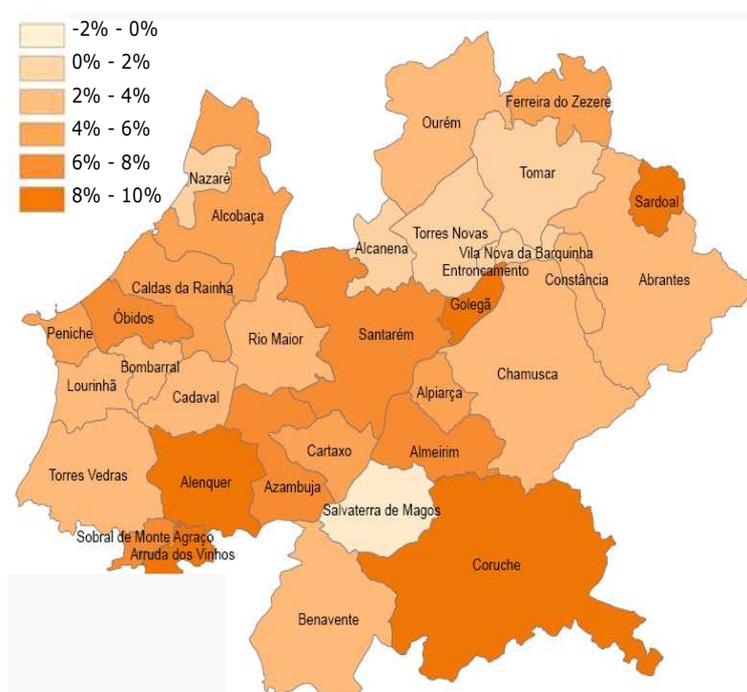
Pese embora a melhoria muito significativa que se vem verificando, é de notar que o Vale do Tejo foi o que teve, em qualquer dos anos deste período, a qualidade de serviço menos satisfatória, com tempos equivalentes de interrupção a rondar o dobro da média nacional.

Relativamente à Rede Nacional de Transporte (RNT), concessionada à REN, prevê-se que nos próximos 11 anos será necessário o reforço de algumas linhas. Espera-se que sejam utilizados essencialmente os corredores já existentes, que não deverão gerar impactos adicionais importantes no ordenamento do território. Haverá também a considerar o surgimento de novas infra-estruturas, como o Aeroporto de Alcochete e a Rede de Alta Velocidade (RAV), sendo que para ambas existem já nas proximidades linhas com aparente capacidade de abastecimento, pelo que deverão ser necessários apenas pequenos ramais de ligação às subestações.

A média de crescimento de consumo anual de electricidade dos últimos 10 anos para o OVT é cerca de 5,5%, o que é ligeiramente superior à média de

crescimento nacional (5,1%). A distribuição do crescimento de consumo eléctrico varia significativamente entre concelhos, dependendo das diferentes distribuições de tipos de consumidores. Observam-se por vezes grandes variações no historial de consumos eléctricos dos concelhos devidas a alterações de grandes consumidores - essencialmente à fixação e deslocalização de grandes indústrias (Figura 48).

**Figura 48 - Variações geográficas do crescimento anual do consumo de electricidade (por concelho)**



As variações geográficas do crescimento do consumo de electricidade revelam um crescimento mais acentuado no eixo de desenvolvimento do Vale do Tejo (Alenquer, Azambuja, Cartaxo, Golegã) causado por um aumento do consumo doméstico, comércio, serviços e indústria. Também se regista um crescimento na zona do Oeste Litoral (Peniche, Óbidos, Caldas da Rainha e Alcobaça), sendo plausível que este esteja ligado ao incremento do consumo nos edifícios.. O crescimento do consumo de electricidade em Coruche dever-se-á essencialmente à modernização do sector agrícola.

O crescimento bastante elevado, da ordem de 5,5%, nos sectores domésticos, serviços públicos e iluminação pública, representa uma fatia de cerca de 49% do consumo total. O crescimento nestes sectores não pode ser apenas justificado pelo aumento do número de consumidores, que é apenas 2,2%, devendo-se essencialmente a um crescimento do consumo *per capita* de cerca de 3,7% ao ano. Estes indicadores mostram claramente uma despreocupação com aspectos de eficiência energética.

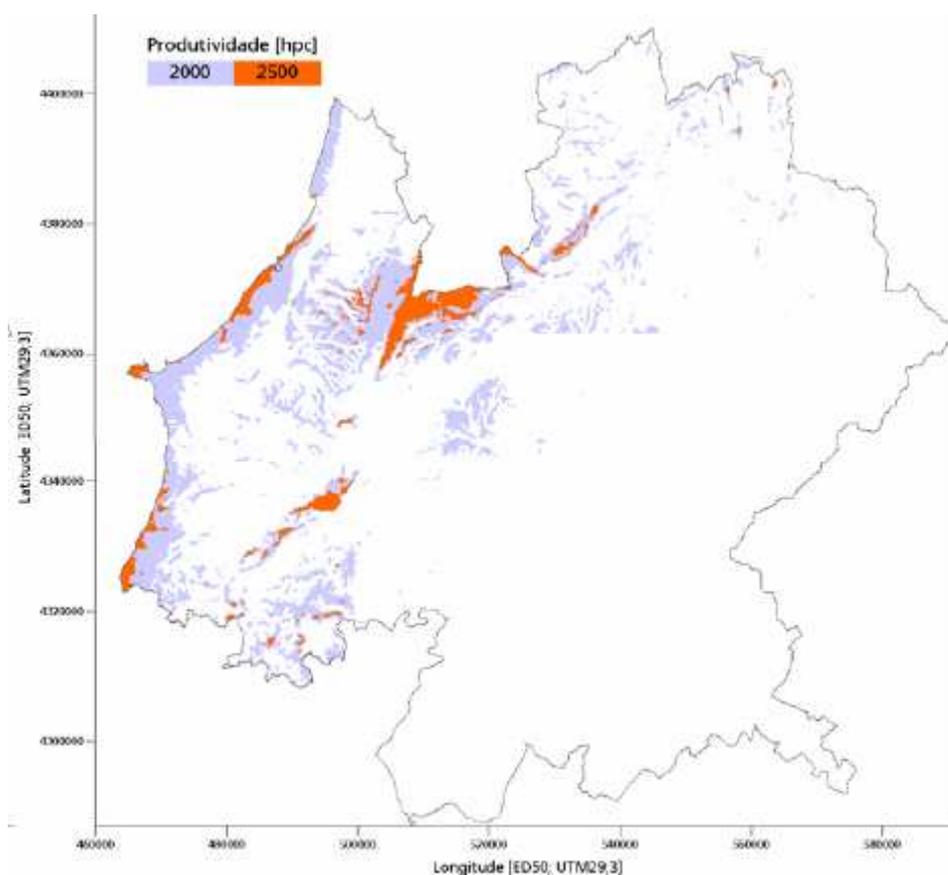
### *Recursos endógenos (oferta)*

Os recursos energéticos conhecidos da Região OVT são de carácter renovável, e com expressão significativa podem referir-se as fontes Sol, Vento, Ondas e Biomassa. Na Região perspectivam-se alguns projectos de biomassa para a produção de electricidade, quer na área de florestal quer na área do biogás. Tendo em conta as tecnologias de conversão hoje dominadas, outros aproveitamentos potenciais para produção de electricidade encontram-se nas energias solar térmica, solar fotovoltaica e eólica. Em termos de tecnologias em evolução, haverá que prestar especial atenção à energia das ondas, na produção centralizada de electricidade, e às microturbinas eólicas, particularmente adaptadas ao novo paradigma da microgeração descentralizada.

Com uma linha de costa de extensão apreciável, o Oeste reúne condições para o aproveitamento da energia das ondas, cujo potencial é muito significativo no litoral. No relatório Potencial e Estratégia de Desenvolvimento da Energia das Ondas em Portugal (elaborado pelo Centro de Energia das Ondas do IST e INETI em 2004) são identificadas 7 zonas prioritárias para potencial instalação de parques de energia das ondas no médio prazo. Deste grupo de primeira prioridade, um é localizado totalmente ao largo de concelhos da Região (22km entre Nazaré e Peniche) e outro abrange uma parte significativa da costa do OVT (71km entre Peniche e Cascais).

A energia eólica tem experimentado uma expansão assinalável na última década, desempenhando um papel crucial no compromisso nacional de atingir uma quota de 39% de electricidade de origem renovável em 2010 (Figura 49).

**Figura 49 - Zonas do OVT com regime de ventos potencialmente favoráveis à exploração da energia eólica (turbina de referência de 3 MW)**



Dois acidentes orográficos marcam o relevo da Região OVT: as Serras de Aire e Candeeiros, estendendo-se pelas três sub-regiões que a compõem, na divisão com a NUTS II Pinhal Litoral, e a Serra de Montejunto, nos concelhos de Cadaval, Alenquer e Torres Vedras. Outras elevações de menor expressão, mas também potenciadoras da ocorrência de condições de vento favoráveis ao seu aproveitamento energético, podem ser identificadas em Sobral de Monte Agraço e Arruda dos Vinhos, e nos limites destes concelhos com Torres Vedras e Alenquer.

Sem que possa considerar-se concluída, a caracterização dos ventos no OVT, para fins energéticos, tem sido alvo de um esforço assinalável, fundamentalmente da parte dos promotores de projectos de parques eólicos. Porém, a dispersão do povoamento que caracteriza parte da Região OVT perfila-se como limitadora, sendo que a localização dos parques eólicos obriga ao respeito de distanciamentos mínimos às habitações por causa do ruído, o que, por vezes, inviabiliza a sua implantação em condições de rentabilidade. As áreas onde a dispersão do povoamento é menos evidente, parte substancial da Lezíria, são também as menos interessantes em termos do recurso vento.

Os primeiros parques eólicos instalaram-se na Região em 2000. Tratava-se de projectos de pequena dimensão e de aerogeradores que, hoje em dia, são também pequenos. Desde então os projectos têm aumentado, crescendo também a potência instalada. A recente evolução de eficiência na tecnologia dos aerogeradores vem agora aumentar de forma muito significativa, num horizonte de médio prazo, as áreas com condições de vento favoráveis à instalação de aerogeradores, estimando-se que o potencial “técnico” seja agora, só na Região OVT, já da casa dos milhares de MW.

O Decreto-Lei nº 62/2006, de 21 de Março, impõe que os combustíveis rodoviários (gasolinas e gasóleos) incorporem fracções crescentes de biocombustíveis, atingindo em 2010 um mínimo de 5,75% de incorporação. As linhas de acção propostas em orientações de política energética da UE para o período até 2020 apontam para o progressivo aumento desta quota. Este quadro de referência poderá criar um novo mercado com peso significativo para a agricultura nacional e em particular para o OVT, ainda que muito dependente dos mercados internacionais e das conclusões de investigações em curso relativamente à análise de ciclo de vida dos biocombustíveis.

Segundo o estudo Biomassa e Energias Renováveis na Agricultura, Pescas e Florestas (MADRP), estima-se que o mercado nacional necessite em 2010, para cumprimento da legislação, de cerca de 135 milhões de litros de bioetanol

e de 400 milhões de litros de biodiesel. O mesmo estudo, sem considerar quaisquer reconversões de culturas ou novas áreas de cultura, indica que Portugal teria capacidade de cumprir esta quota de 5,75% de forma largamente auto-suficiente em bioetanol, e em cerca de 75% no biodiesel. Porém, em termos de competitividade económica, o estudo conclui que com os preços dos biocombustíveis nos mercados internacionais em 2005 a produção nacional teria dificuldades de mercado. Interessante, contudo, é a constatação de que dentro do país a sub-região da Lezíria do Tejo seria das mais competitivas, a par com o Alentejo, nas zonas de regadio, estando muito perto de uma situação de competitividade. Haverá, portanto, que enquadrar esta situação com o previsível aumento do preço dos biocombustíveis nos mercados internacionais e com as medidas agro-ambientais e outros mecanismos de serviços ambientais e paisagísticos desenhados pelo Ministério da Agricultura.

O recente concurso para atribuição de pontos de ligação de centrais térmicas de termoeléctricas biomassa florestal incluía um ponto de ligação de 6 MVA no distrito de Santarém; é expectável que, com os projectos em licenciamento e os que resultem do presente concurso, seja mesmo ultrapassado o objectivo dos 150 MW até 2010, a nível nacional.

O potencial técnico da Região, quer em resíduos da floresta existente, quer em eventual produção dedicada poderá ser bastante superior ao agora colocado a concurso. Levantam-se contudo questões ainda não resolvidas ao nível da gestão dos resíduos florestais e dos custos de recolha e transporte, pelo que a estratégia a médio prazo deverá prosseguir na promoção do aproveitamento essencialmente em conjugação com estratégias de prevenção de incêndios.

Finalmente, na vertente dos recursos, será de referir a existência de actividade de prospecção de petróleo ao largo da costa do OVT. Independentemente dos resultados a que esta prospecção puder vir a conduzir, haverá a considerar que a sua exploração *off-shore* e a natureza do produto estaria sempre mais ligada

---

a dinâmicas centralizadas de produção, refinação e distribuição à escala nacional.

### *Gestão Local da Energia*

Ao nível local, e a exemplo do que se vem verificando no resto do país, a adopção de medidas na área da energia com um marcado cunho de gestão racional da procura, de eficiência energética ou de promoção descentralizada de energias renováveis por iniciativa das populações, das instituições ou mesmo das autarquias, tem-se revelado extremamente lenta. A adesão voluntária a fontes renováveis de energia e a medidas de eficiência energética tem-se revestido mais do carácter de casos pontuais do que de movimentos consistentes de grupos sociais, de instituições ou de políticas públicas. A falta de sensibilização, informação e conhecimento quase generalizada dos profissionais de sectores-chave da actividade económica, como sejam a indústria imobiliária e da construção, mas também da pequena indústria e dos serviços, tem em muito contribuído para a situação verificada. O alheamento das autarquias enquanto licenciadores de edifícios e, a par da Administração Central, como promotores de novas edificações e equipamentos sociais que não cumprem sequer a legislação nesta matéria, tem permitido que a situação de ineficiência energética se tenha agravado nos últimos anos.

Entretanto, a crescente valorização das questões energético-ambientais poderá estar a criar condições para mudanças significativas de atitudes e comportamentos, quer ao nível da iniciativa privada, quer ao nível da gestão pública. Deve ainda ter-se em conta que a aposta na eficiência energética e energias endógenas apresenta potenciais interessantes ao nível de incorporação nacional nos planos de investimento e na criação de emprego.

## 5.6. Riscos

A Região está sujeita à ocorrência de fenómenos naturais com elevada magnitude e grande potencial destruidor (sismos, cheias rápidas). Simultaneamente, observa-se a ocupação de áreas de perigo elevado por actividades humanas desajustadas, potenciando situações de risco. O quadro actual poderá ser agravado por uma eventual concentração de infra-estruturas estratégicas em áreas de perigosidade moderada ou elevada e pela expansão urbana e de actividades económicas para zonas marginais expostas a perigos naturais e ambientais. Deste modo, o território abrangido pelo PROT OVT encontra-se exposto a um leque variado de perigos naturais, tecnológicos e ambientais, que apresentam diferentes incidências territoriais.

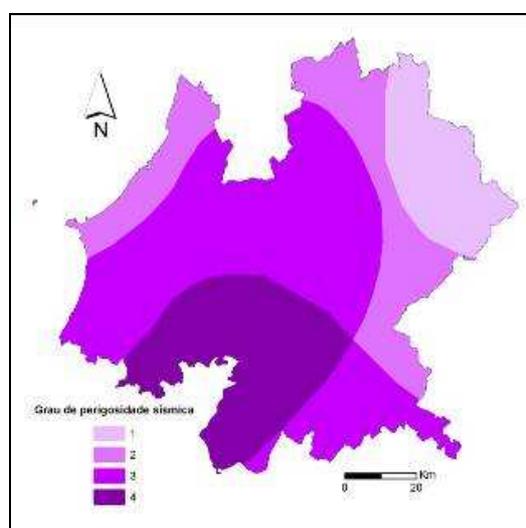
### *Sismos e maremotos*

A distribuição espacial das intensidades sísmicas máximas mostra que o Oeste e Vale do Tejo é uma das zonas mais expostas ao perigo sísmico em Portugal continental (Figura 50). Este facto é devido, não só à proximidade de estruturas activas submarinas que marginam o território continental português a Sudoeste e a Sul, que têm o potencial de gerar os sismos máximos regionais, mas também à zona de falhas do vale inferior do Tejo, a qual se localiza na Lezíria do Tejo. O contexto sísmico desfavorável está contemplado no Regulamento de Segurança e Acções para Estruturas de Edifícios e Pontes, aprovado pelo Decreto-Lei nº235/83, de 31 de Maio, que classifica o território do OVT nas zonas de maior risco sísmico de Portugal (Zonas A e B).

A geração de maremotos (*tsunamis*) associados a eventos sísmicos com epicentro no mar pode ter consequências devastadoras nas áreas costeiras. Os principais focos potenciais geradores de maremotos situam-se a Sudoeste do litoral do OVT, no Banco de Goringe e na margem continental entre Setúbal e o Cabo de São Vicente. Considerando a simulação modelística do maremoto gerado pelo sismo de 1755 (que atingiu a magnitude de 8,5, só igualada, de

acordo com os registos históricos, pelo sismo de 63 a.C.), a faixa costeira da Região OVT mais susceptível à ocorrência de maremotos corresponde a todo o litoral a sul do tómbolo de Peniche, particularmente nos troços de costa baixa arenosa. No entanto, o perigo de maremoto estende-se à totalidade do litoral do Oeste, pelo que afecta os municípios de Torres Vedras, Lourinhã, Peniche, Óbidos, Caldas da Rainha, Alcobaça e Nazaré.

**Figura 50 - Perigosidade Sísmica no Oeste e Vale do Tejo**



### *Movimentos de Massa*

As tipologias de movimentos de massa, factores condicionantes e riscos associados são distintos nas três unidades morfoestruturais de Portugal Continental: Maciço Antigo, Orlas Mesocenozóicas Ocidental e Meridional, e Bacia Cenozóica do Tejo e Sado.

Os terrenos do Maciço Antigo afloram na sub-região do Médio Tejo e são constituídos essencialmente por metassedimentos, favoráveis à ocorrência de deslizamentos planares. Quando os declives das vertentes são fortes, o movimento inicial de deslizamento pode evoluir rapidamente para escoada lamacenta ou de detritos, caracterizada por velocidades bastante elevadas e um grande poder destrutivo.

Os terrenos da Orla Mesocenozóica Ocidental ocupam toda a sub-região do Oeste, a parte oeste do Médio Tejo e o extremo Noroeste da Lezíria. Nesta unidade, os movimentos de massa são controlados fundamentalmente pela litologia, estrutura geológica e condições hidrogeológicas, enquanto o declive é um factor secundário. Destacam-se três unidades litológicas mais susceptíveis à instabilidade das vertentes: (i) sequências de margas, argilas, areias e arenitos do Cretácico superior; (ii) sequências de calcários e margas do Cretácico médio; (iii) sequências margo-calcárias do Jurássico superior.

Os terrenos da Bacia Cenozóica do Tejo e Sado são os que ocupam maior área na Região. Nestes terrenos, os movimentos de massa têm uma distribuição relativamente circunscrita, condicionada simultaneamente pelo declive e litologia. Identifica-se uma unidade litológica particularmente susceptível: os depósitos continentais miocénicos da área de Santarém – afectados frequentemente por deslizamentos superficiais e profundos e por desabamentos.

Os movimentos de vertente ocorridos num passado recente na Região OVT foram maioritariamente desencadeados pela precipitação. As chuvas intensas e concentradas desencadeiam deslizamentos superficiais, frequentemente com evolução para escoada, e movimentos associados ao trabalho de sapa dos cursos de água. As chuvas abundantes e prolongadas no tempo têm sido responsáveis pelo desencadeamento de deslizamentos rotacionais, translacionais e movimentos complexos com planos de ruptura mais profundos.

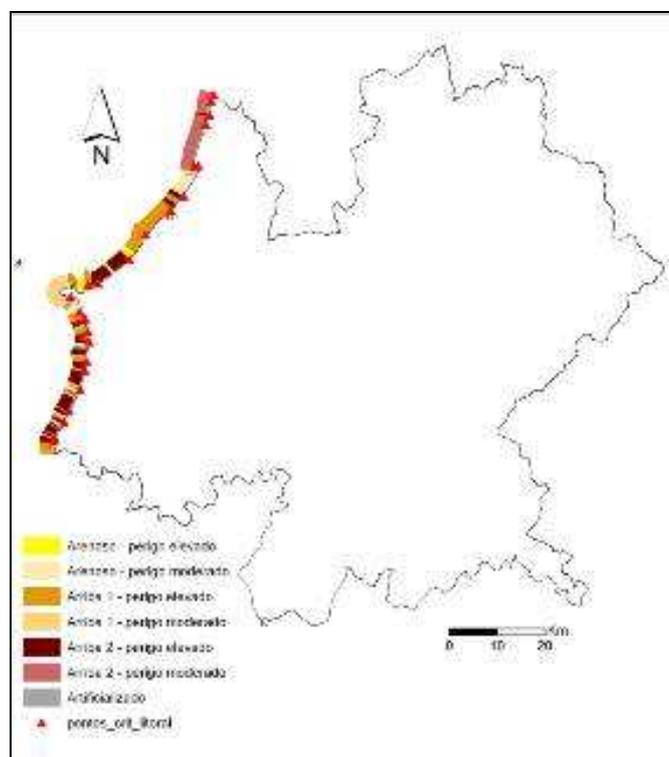
Toda a Região OVT apresenta uma grande incidência deste tipo de perigo, à excepção dos municípios da sub-região da Lezíria da margem esquerda do Tejo.

## Erosão do litoral

A erosão marinha é um fenómeno natural que afecta grande parte dos litorais e o litoral do OVT não constitui excepção. O litoral do Oeste é essencialmente rochoso, muito artificializado e ocupado, e as praias encontram-se relativamente depauperadas em sedimentos (Figura 51).

Os troços de litoral submetidos a erosão marinha mais intensa correspondem às áreas de costa baixa arenosa; todavia, os sistemas costeiros de arriba e de praia - arriba podem apresentar um risco de erosão elevado. Com efeito, os movimentos de vertente de tipo deslizamento e desabamento que se têm verificado em vários troços do litoral são susceptíveis de colocar em risco a população e determinaram a interdição de algumas praias por razões de segurança.

**Figura 51 - Tipos de litoral e perigosidade associada no Oeste e Vale do Tejo**



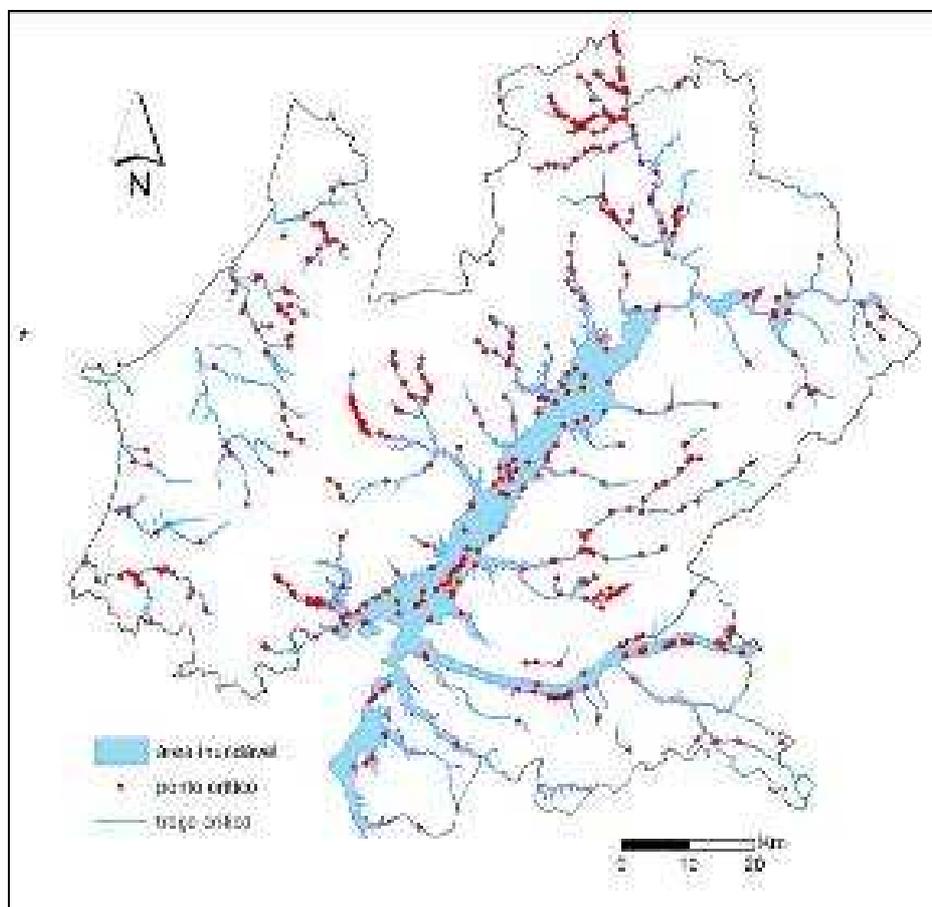
---

### *Cheias e inundações*

O Oeste e o Vale do Tejo é um território sujeito à ocorrência de cheias progressivas e de cheias rápidas, a que acresce o perigo de inundação por ruptura de barragem (Figura 52).

As cheias do tipo progressivo afectam essencialmente o Rio Tejo e os grandes afluentes da sua bacia hidrográfica (Zêzere, Nabão ou Sorraia) e fazem sentir-se no Médio Tejo e, principalmente, na Lezíria. Estas cheias permitem accionar, em devido tempo, os sistemas de alerta, possibilitando à população salvar os seus bens e diminuir o grau de risco. No entanto, originam cortes de diversas estradas nacionais e municipais, interrupção da circulação ferroviária, alagamento de campos agrícolas e isolamento de populações. A cheia do Tejo é um fenómeno conhecido das populações ribeirinhas, que desenvolveram estratégias de adaptação bem conseguidas às inundações de baixa-média magnitude. Neste contexto importa destacar a acção mitigadora desempenhada pelos diques construídos na planície aluvial, cuja manutenção deverá ser salvaguardada.

**Figura 52 - Locais susceptíveis à ocorrência de cheias no Oeste e Vale do Tejo**



As cheias rápidas afectam pequenas bacias hidrográficas e podem ser mortíferas, especialmente nas áreas densamente urbanizadas e com ocupação indevida dos leitos de cheia. Este tipo de cheia é de difícil previsão e, como aparece de forma repentina, torna muito difícil o accionamento de sistemas de alerta, pelo que é particularmente importante o correcto ordenamento das áreas ribeirinhas no sentido de minimizar o grau de risco a elas associado. Os efeitos nefastos da sua ocorrência têm-se verificado essencialmente nas Ribeiras do Oeste (ex. Lourinhã e Alcobaça) e em pequenos afluentes da margem direita do Tejo (ex: Alenquer).

A ruptura de uma barragem, por colapso estrutural ou por cedência das fundações, induz uma onda de inundação a jusante que pode provocar vítimas humanas e causar prejuízos materiais. No território do OVT a situação com

maior potencial de risco corresponde à barragem de Castelo do Bode, cuja capacidade de armazenamento ascende a 900,5 milhões de m<sup>3</sup> de água.

### *Perigos tecnológicos*

No que respeita ao potencial de acidentes industriais, destacam-se os estabelecimentos de produtos químicos e de combustíveis, sendo de realçar os concelhos de Azambuja e Cartaxo. A Companhia Logística de Combustíveis (CLC) é o operador do Oleoduto que liga a Refinaria de Sines ao Parque de Aveiras, localizado em Aveiras de Cima. No OVT existem dois municípios com áreas potencialmente afectadas por um acidente neste Oleoduto: Azambuja e Benavente.

Além do Oleoduto, a Região OVT é atravessada, no sentido Sul – Norte, por um gasoduto em alta pressão. Os possíveis acidentes no gasoduto estão associados a fugas de gás e riscos que lhes estão associados (e.g. asfixia, incêndio, radiação térmica, sobrepressão resultante de explosão).

Embora não exista informação consistente acerca das vias utilizadas, densidades de tráfego ou horários preferenciais, o trânsito rodoviário de mercadorias perigosas em Portugal constitui cerca de 10% da totalidade de mercadorias transportadas e tem uma expressão significativa no OVT. A ocorrência de acidentes no transporte rodoviário de mercadorias perigosas é susceptível de provocar efeitos negativos para as populações e para o ambiente, devido ao derrame, emissão, incêndio ou explosão de substâncias ou preparações, caracterizadas por elevada inflamabilidade, ecotoxicidade, corrosividade ou radioactividade.

A Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Portugal é atravessada por algumas das principais e mais movimentadas rotas de tráfego marítimo. Este tráfego é susceptível de originar acidentes marítimos (encalhes, afundamentos, abalroamentos) envolvendo navios que transportam hidrocarbonetos ou outras

mercadorias perigosas. Estima-se que cerca de 30% do tráfego mundial de crude passa ao largo da costa portuguesa. O litoral do OVT encontra-se exposto a uma das rotas que apresenta maior grau de ameaça, apresentando, por isso, um risco permanente de ocorrência de incidente grave de poluição marítima com origem em navios. Este tipo de poluição marítima, para além dos impactes negativos sobre as comunidades marinhas, pode originar consequências económicas e sociais catastróficas, nomeadamente nos domínios do turismo e actividades recreativas e na pesca.

De entre as centrais nucleares que se localizam junto ao leito do Rio Tejo, a de Almaraz merece uma atenção particular, visto que dista apenas 100km da fronteira portuguesa. A ocorrência de um acidente grave na central nuclear de Almaraz acarreta o perigo de dispersão de matérias radioactivas que podem constituir um risco sério para a população e o ambiente, nomeadamente no Médio Tejo e na Lezíria.

#### *Incêndios florestais*

No que respeita ao risco de incêndio, o OVT apresenta fortes contrastes espaciais, por se encontrar na transição entre o Norte (de maior risco) e o Sul do país (de menor risco). Assim, a metade norte da sub-região do Médio Tejo, onde predominam resinosas associadas a elevadas densidades do coberto vegetal, em terrenos declivosos, apresenta um grau de risco médio a elevado, enquanto toda a restante área do Oeste e Vale do Tejo apresenta um grau de risco médio a muito baixo.

#### *Degradação dos solos e desertificação*

A degradação dos solos no Oeste e Vale do Tejo decorre, essencialmente, de processos ligados à erosão hídrica, da deterioração química (perda de nutrientes e contaminação) e da deterioração física (impermeabilização).

No que respeita à susceptibilidade à desertificação, verifica-se que a situação da Região OVT não é problemática, essencialmente devido a causas climáticas, uma vez que se enquadra quase na totalidade numa região húmida. A exceção a esta regra verifica-se no extremo sul da sub-região da Lezíria (concelhos de Benavente e Coruche), com solos moderadamente susceptíveis a este perigo.

### *Contaminação de cursos de água e aquíferos*

Os aquíferos do Oeste e Vale do Tejo apresentam contrastes marcados no que respeita à vulnerabilidade à contaminação. Assim, a maior parte da sub-região da Lezíria assenta sobre o maior sistema aquífero da Península Ibérica (aquífero poroso da margem esquerda do Tejo), com elevado grau de vulnerabilidade nos sedimentos terciários não consolidados e com ligação hidráulica com a água superficial, o mesmo se passando com o sistema aquífero das aluviões do Tejo.

Nas outras duas sub-regiões existem várias unidades detríticas de idade terciária e quaternária, arenitos e calcários do Cretácico e calcários do Jurássico, as quais formam vários aquíferos do tipo poroso e cársico. A vulnerabilidade à contaminação atinge um grau elevado nos aquíferos das rochas carbonatadas de elevada carsificação, no sector ocidental da sub-região do Médio Tejo e no extremo NE da sub-região do Oeste; e um grau médio a elevado nos aquíferos das rochas carbonatadas de carsificação média a alta do Oeste (essencialmente a oeste e sul de Peniche).

Relativamente aos teores de nitratos observados nas águas subterrâneas da Região OVT, verifica-se que o risco de poluição existe nos sistemas aluvionares da bacia do Tejo (Tejo, Abrantes e Constância) e no sistema da depressão diapírica das Caldas da Rainha.

---

O estado de contaminação das águas superficiais é bem mais grave do que o das águas subterrâneas especialmente: (i) nas Ribeiras do Oeste e da margem direita do Tejo, no que respeita às cargas poluentes geradas e respectivas afluições de origem doméstica e industrial, onde se incluem as suiniculturas; (ii) nas ribeiras da margem esquerda do Tejo, no que respeita à poluição difusa (em que foram consideradas as actividades agrícola, pecuária e florestal).

A gestão preventiva dos riscos constitui um instrumento da integração *pessoas-território*, visando garantir a correcta utilização do território, em condições de segurança e em benefício do ser humano. Neste contexto, os riscos representam um dos sistemas estruturantes do modelo territorial regional. O aprofundamento do conhecimento acerca da distribuição espacial dos perigos e riscos no território do OVT permitirá a definição de orientações para as unidades territoriais no quadro das sub-regiões abrangidas pelo PROT.

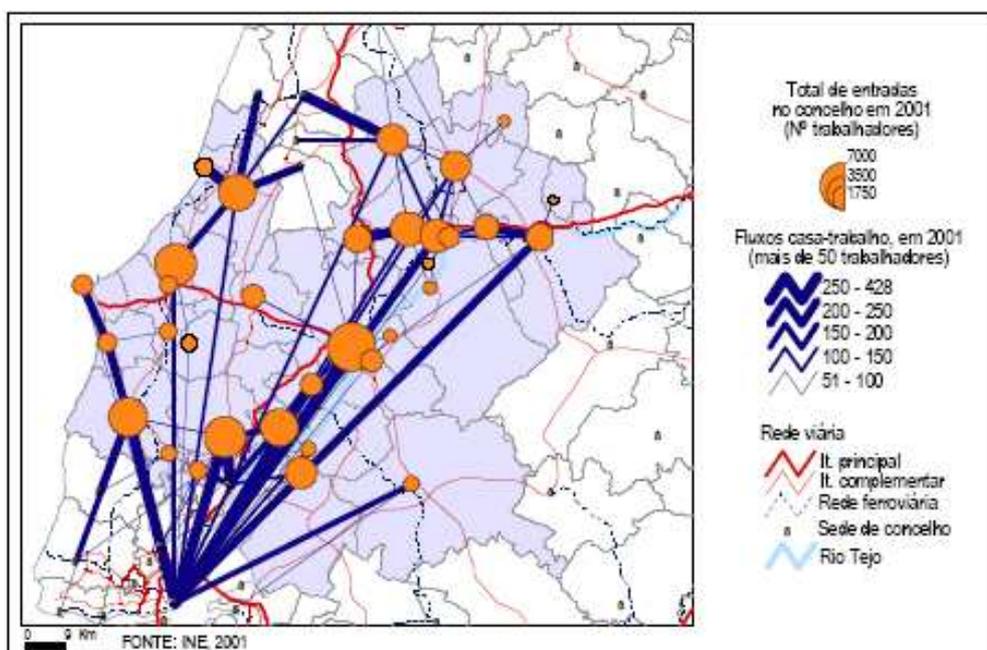
A correcta gestão dos riscos será assegurada pela definição e implementação de directrizes para o uso do solo, ocupação e transformação do território (incluindo os usos compatíveis nos terrenos perigosos), tendo em consideração as especificidades das diferentes unidades territoriais no que respeita à exposição a diferentes tipos de riscos.

## 6. MOBILIDADE, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### 6.1. Mobilidade

Segundo os Censos de 1991 e 2001, o número de residentes no OVT que se deslocaram por motivo de trabalho e/ou estudo para outro concelho, utilizando o transporte individual, teve um acréscimo global de 140% (Figura 53). Note-se que a população residente no OVT cresceu 5% naquele período.

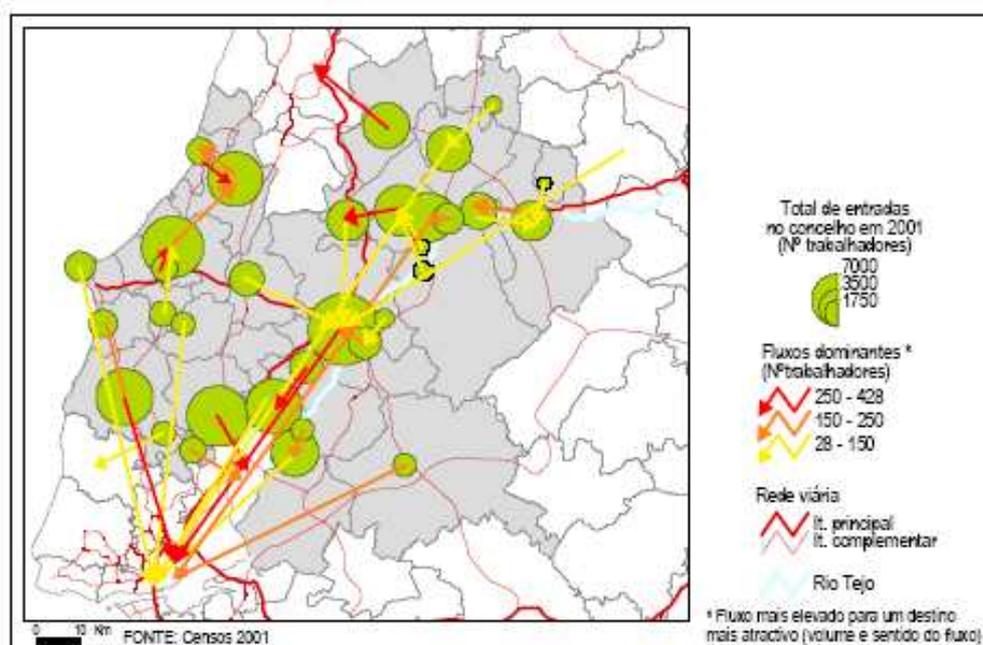
**Figura 53 - Fluxos casa-trabalho (2001)**



De acordo com os estudos específicos de Mobilidade elaborados para duas sub-regiões do OVT constata-se que no mesmo período o Médio Tejo assistiu a uma mutação considerável nos meios de transporte utilizados, tendo-se massificado o transporte individual. Efectivamente, em 1991, representava 24,6% das deslocações pendulares mas, em 2001, este valor atingiu 56,9%. Ao invés, o transporte público colectivo que assegurava 21,6 % das deslocações pendulares em 1991 passou para 14% em 2001, e as deslocações a pé diminuíram de 36,8% em 1991 para 22,7% em 2001.

No que se refere aos volumes das deslocações pendulares, constata-se que o concelho de Torres Novas é aquele em que se verifica, globalmente, maior número de deslocações pendulares inter-concelhias no Médio Tejo, sendo de referir que é mais gerador do que atractivo (Figura 54). Os concelhos que se seguem a Torres Novas quanto ao número de deslocações pendulares para/de outros concelhos do Médio Tejo são o Entroncamento, Tomar e Abrantes.

**Figura 54 - Fluxos dominantes (fluxo mais elevado para um destino mais atractivo, 2001)**



O Entroncamento e Alcanena reflectem as mais fortes relações inter-concelhias com Torres Novas. Para além destas são também de assinalar as ligações existentes entre o Entroncamento e Vila Nova da Barquinha e entre Abrantes e Constância.

Relativamente à Lezíria do Tejo verificava-se que, em 2001, cerca de 52% das deslocações pendulares eram realizadas em transporte individual, as viagens realizadas a pé cifravam-se em cerca de 24%, enquanto as realizadas em transportes públicos colectivos não ultrapassavam 18% e os restantes meios representavam cerca de 6%.

Nesta sub-região, o transporte individual tem maior utilização nos concelhos de Santarém (57,6%) e Rio Maior (56,5%), o transporte público colectivo na Azambuja (25,4%) e na Chamusca (23,9%) e as deslocações a pé têm maior relevância na Golegã com 29,1%.

Relativamente ao Oeste verificava-se que, em 2001, cerca de 54% das deslocações pendulares intraconcelhias eram realizadas em transporte individual, 30% eram pedonais, 9% em transportes públicos colectivos e 7% nos restantes modos. No que se refere às deslocações pendulares interconcelhias, constata-se que aproximadamente 76% eram realizadas em automóvel e 19% em transportes públicos colectivos e 5% nos restantes modos (os volumes pormenorizados das deslocações pendulares interconcelhias por modo de transporte desta sub-região foram disponibilizados recentemente e estão a ser analisados).

Ainda relativamente às deslocações pendulares, as mais fortes relações interconcelhias na Lezíria do Tejo, observam-se em Santarém, das quais as mais expressivas são com Almeirim, Cartaxo e Rio Maior. Para além destas, destacam-se os fluxos existentes entre Cartaxo e Azambuja e entre Salvaterra de Magos e Benavente.

## **6.2. Transportes**

### **Subsistema rodoviário: infra-estrutura e tráfego**

A rede viária principal do Oeste e Vale do Tejo encontra-se estruturada em torno de dois eixos principais longitudinais norte-sul, o IP1 (A1 entre Lisboa e Porto) e o IC1 (A8 entre Lisboa e Leiria), ambos auto-estradas com portagem na Região (apenas com algumas excepções na A8), e de um eixo principal transversal poente-nascente, o IP6, cujo perfil transversal tem maioritariamente duas vias por sentido, sendo auto-estrada (A15) com portagem (com excepção de um troço para o tráfego local) entre Caldas da Rainha (IC1) e Santarém

(IP1) e auto-estrada (A23) sem portagem entre Torres Novas (IP1) e Gardete (IP2), no qual o troço entre Abrantes e Gardete (IP2) está concessionado em regime SCUT. O IP6 entre Peniche e A-da-Gorda (IC1) tem um perfil de 2x2 vias, com exceção de um troço na proximidade de Peniche (atravessamento da Albufeira de São Domingos), no qual o perfil é de 1x2 vias.

Relativamente aos eixos longitudinais do Oeste e Vale do Tejo, o PRN2000 contempla ainda a existência de mais dois IC: i) IC2 entre Lisboa e Porto - do qual na Região apenas se encontram construídos o troço entre Arruda dos Vinhos e o Carregado, que integra a A10, e o troço na zona envolvente de Rio Maior, entre Quebradas e Venda das Raparigas (este com um perfil de 1x2 vias); ii) IC3 entre Setúbal e Coimbra, cujos troços da A13, entre Infantado/Santo Estêvão e Almeirim (IC10), e entre o nó da Atalaia (IP6/A23) e Tomar já se encontram construídos.

Para além dos eixos longitudinais, o PRN2000 contempla a existência de três eixos transversais/circulares, que se articulam com os longitudinais anteriormente referidos: i) o eixo estabelecido pelo IP6, concluído em 2001, e pelo IC10, do qual apenas está concluído o troço entre Santarém e Almeirim; ii) o eixo constituído pelo IC11, do qual está concluído o troço entre o IC2 e a Marateca-IP1; iii) o eixo constituído pelo IC9 e o IC13, ainda não construído (embora aproximadamente metade do troço norte do IC9 esteja em construção/lançamento).

No âmbito da acessibilidade rodoviária ao Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), a localizar no Campo de Tiro de Alcochete (CTA), esta far-se-á primordialmente recorrendo ao corredor constituído pelo IC11 (A18, A10 e A13), do qual faltam construir os sublanços correspondentes à A18 (entre o IC1/A8 e o IC2/A10), e pelo IC3/IC13/A33 (ainda por construir), e ao corredor do IC3 (do qual já estão construídos os sublanços entre Almeirim e Santo Estêvão). Note-se que relativamente a Coruche, o acesso far-se-á pelo sublanço do IC13 entre Coruche e Santo Estêvão (ainda por construir).

Destaca-se o lançamento do estudo prévio do lanço do IC11 entre o IC1/A8 e o IC2/A10, que passa a contemplar um traçado (Pêro Negro/Mafra – Carregado) que se desenvolve a sul da solução inicialmente previsto (Torres Vedras – Carregado). De acordo com a EP, neste estudo terão que se “equacionar novos corredores que permitam articular a rede regional de uma forma mais racional e eficiente, tendo em conta o pressuposto da localização do NAL”, que à data era na Ota.

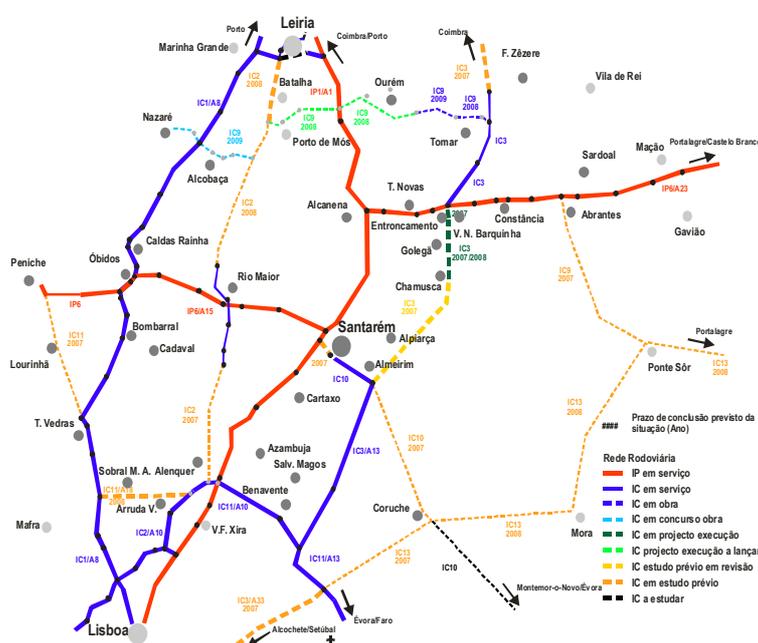
Esta hipótese de traçado deste troço do IC11 favorecia, em particular, a ligação de Sintra/Cascais/Mafra ao NAL sendo, assim, de admitir que o tráfego previsto para este lanço do IC11, quando comparado com a solução já estudada entre o IC1/A8 (que se preconizava ocorrer em Torres Vedras) e o IC2/A10, poderá sustentar a integração desta ligação numa concessão em regime de portagem. No entanto, importa referir que esta nova hipótese de traçado tem o inconveniente de redução da acessibilidade da zona de Torres Vedras/Lourinhã/Bombarral à zona Sul da Região e ao NAL no Campo de Tiro de Alcochete em particular, quando comparado com a alternativa de traçado anterior, embora seja de destacar que, em qualquer das hipóteses, haverá um elevado incremento de acessibilidade face à situação actual.

É importante referir que, dos IP previstos no PRN2000, se encontram construídos no OVT cerca de 190km (Figura 55). No entanto, o mesmo não se verifica para os IC, uma vez que estão ainda em fase de estudo aproximadamente 361km, de um total de 560km, previstos no PRN2000.

Constata-se que a extensão, a capacidade e os níveis de segurança da principal rede viária no OVT têm aumentado consideravelmente, acompanhando/conduzindo a um acréscimo da motorização e da utilização do transporte individual, tendo-se simultaneamente registado uma redução significativa da utilização e da oferta do transporte público colectivo (rodoviário e ferroviário).

Através da análise dos planos rodoviários nacionais, verifica-se uma crescente melhoria das vias predominantemente destinadas ao tráfego regional e inter-regional/nacional, sendo de assinalar, no entanto, que enquanto a Rede Rodoviária Nacional não for concluída, nomeadamente com a materialização de IC previstos, há algumas ligações que têm de ser asseguradas pelas Estradas Nacionais existentes.

**Figura 55 - Plano Rodoviário Nacional (PRN2000): situação da implementação**



No OVT é de assinalar que dos IP e IC em serviço, em Agosto de 2006, 75% tinham um perfil transversal com 2x2 vias. Quando concretizado o PRN2000, estima-se que esta percentagem de IP e IC com 2x2 vias na área do OVT seja de aproximadamente 60% (note-se, no entanto, que estão ainda por realizar/finalizar estudos nos quais serão definidos os perfis transversais definitivos).

Destaca-se que em 2005 existiam, no Continente 2363km de estradas classificadas como IP ou IC com 2x2 vias e 888km deste tipo de estradas com 1x2 vias. Ou seja, do total de 3251km de IP ou IC, 73% tinham 2x2 vias. Note-se que dos 326 km de IP e IC com 2x2 vias, em serviço na área do OVT, em

---

Agosto de 2006, aproximadamente 80% são concessões com cobrança de portagem aos utilizadores.

Dos 293km de estradas com perfil transversal 1x2 ainda em fase de estudo relacionadas com o OVT, aproximadamente 45% (135km) estão relacionados com Coruche. Para além da extensão de IC ainda por construir no Oeste e Vale do Tejo, há a assinalar que estão também por construir alguns outros troços relevantes em virtude de melhorarem a acessibilidade a regiões vizinhas (tais como IC9 para Batalha e Ponte de Sor/Portalegre, IC10 para Montemor-o-Novo/Évora e IC13 para Ponte de Sor/Portalegre).

Note-se que embora estivesse previsto na legislação relativa ao PRN2000 (Decreto-Lei nº 222/98, de 17 de Julho) a elaboração de um programa de âmbito nacional que prevê a construção de variantes à travessia das sedes de concelho e outros centros urbanos, tal programa não existiu até 2007. No entanto, é de destacar que, de acordo com as Grandes Opções do Plano para 2008 (Diário da República, 1ª Série, nº154, de 10 de Agosto), foi entretanto aprovado o Programa de Construção de Variantes Urbanas (com início de implementação em 2008), o qual ainda não é público.

Importa destacar que de acordo com as referidas Grandes Opções do Plano, no período 2006-2007 desenvolveram-se trabalhos com vista à implementação de um novo Modelo de Gestão e Financiamento para o sector das infra-estruturas rodoviárias e para a revisão do Plano Rodoviário Nacional, e que em 2008 o referido novo Modelo será monitorizado e o referido Plano será revisto.

Para além das intervenções relativas aos IC (ainda de acordo com a EP) os principais empreendimentos em curso na Região Oeste e Vale do Tejo envolvem actualmente uma extensão de 20km (dos quais 17km estão em estudo/projecto - relativos à EN8 Variante a Alcobaça e à EN242 Variante à Nazaré - e 3km em obra/concurso – relativos à 1ª fase da intervenção da Variante à EN3 entre a Variante à EN114 e a EN3 em Portela das Padeiras).

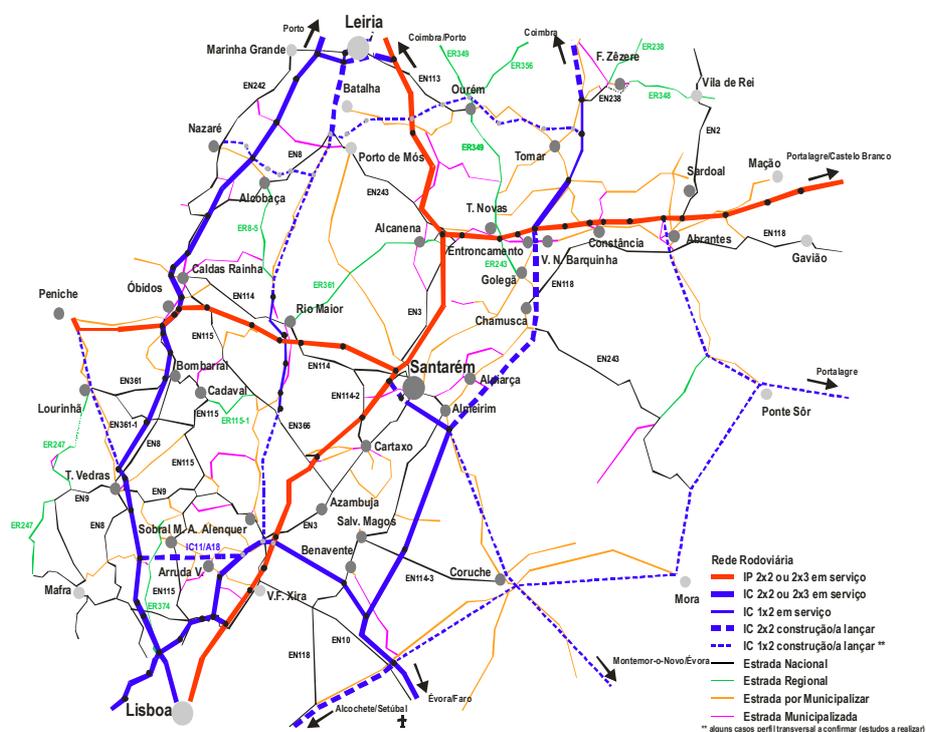
---

Tendo em atenção o PRN2000, há 25 troços de Estradas Nacionais e 11 troços de Estradas Regionais que se situam na Região Oeste e Vale do Tejo. De acordo com o PRN2000, uma significativa parte das estradas nacionais (para além dos IP e IC) no OVT são vias alternativas a auto-estradas com portagem.

Para além deste grupo de estradas alternativas a auto-estradas com portagem, destaca-se outro grupo de estradas que permite a ligação entre sedes de concelho com redução mais ou menos significativa da distância comparativamente com o recurso às vias de elevada capacidade (IP e IC), tais como a ligação entre Caldas da Rainha e Azambuja, entre Cadaval e Sobral Monte Agraço/CREL, entre Torres Vedras e Alenquer/Carregado, entre Chamusca e Mora, assim como entre Chamusca e Gavião (note-se que a EN118, em particular até Abrantes, apesar da sua proximidade ao IC3 e ao IP6/A23, é classificada como estrada nacional, embora seja de destacar que se desenvolve do outro lado do Rio Tejo).

As estradas classificadas como regionais no OVT são relativamente escassas, sendo as que se destacam a de ligação entre Rio Maior e Alcanena e no eixo entre Golegã e Ourém (que são do mesmo tipo que as do grupo das estradas nacionais que permitem a ligação entre sectores ou sedes de concelho com redução mais ou menos significativa da distância comparativamente com o recurso às vias de elevada capacidade), para além da estrada que se desenvolve ao longo da costa entre a Lourinhã e Ericeira.

**Figura 56 - PRN2000: IP/IC construídos e para construir/Estradas Nacionais e Regionais/Estradas desclassificadas (entregues/para entrega)**



Em virtude do PRN2000 ter procedido à desclassificação de estradas para o âmbito municipal, verifica-se que, do total de 918km de estradas desclassificadas no Oeste e Vale do Tejo, 519km já foram transferidas para os município, estando por transferir 385km (Figura 56). Este processo apresenta algumas implicações, como os custos associados à manutenção das vias, o que representa para os municípios um encargo médio de cinco mil euros por km por ano (relativos a manutenção corrente) e duzentos mil euros por km de dez em dez anos (relativos a manutenção periódica).

Importa destacar que quando concluídos os IC na área do OVT, todas as sedes de concelho ficarão muito próximas de vias de elevada capacidade (a sede de concelho que se localizará mais longe será Azambuja, a aproximadamente 11km de dois nós actuais do IP1/A1).

Relativamente às infra-estruturas desejadas pelos municípios, indicadas como sendo de âmbito nacional/regional, na sequência de solicitação nesse sentido através das Comunidades Urbanas da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo e da Associação de Municípios do Oeste (não havendo, ainda resposta de todos os municípios), ou que foram referidas em documentos/pareceres elaborados no âmbito do PROT OVT há a destacar, para além dos IC já contemplados no PRN2000, nomeadamente a nova ligação proposta entre o IP1/A1 (nó de Aveiras) e o IC1/A8, articulando-se com o IC2 (proposta apresentada pelos municípios de Alenquer, Azambuja e Vila Franca de Xira), um novo corredor alternativo à EN3 entre Alenquer e Santarém (proposta apresentada pelo município de Santarém), assim como a nova travessia do Rio Tejo em Constância (proposta apresentada pela Comunidade Urbana do Médio Tejo e pelo município de Constância). Note-se que nenhuma destas três infra-estruturas está contemplada no PRN2000.

A menos que haja significativas alterações nos montantes disponibilizados pelo Orçamento Geral do Estado ou de outras soluções que nomeadamente permitam uma elevada capacidade de endividamento da EP–Estradas de Portugal, considera-se que será pouco provável que até 2015 haja capacidade financeira para a conclusão dos IC previstos para a OVT, nas condições de utilização também previstas (no entanto, existe a expectativa de que o novo Modelo de Gestão e Financiamento para o sector das infra-estruturas rodoviárias poderá permitir concretizar o referido objectivo, sendo neste âmbito já de destacar a criação da “Contribuição de Serviço Rodoviário” - Lei n.º 55/2007 de 31 de Agosto).

No que respeita à sinistralidade constata-se que relativamente à média do Continente, de acordo com os relatórios do Observatório de Segurança Rodoviária (2005), os distritos que, parcialmente, se situam na Região Oeste e Vale do Tejo apresentam-se com situações diferenciadas.

Assim, verifica-se que enquanto os distritos de Leiria e Santarém apresentam valores significativamente superiores à média nacional, tal não sucede com o distrito de Lisboa. Note-se que comparativamente com os outros distritos do continente, os distritos de Leiria e Santarém são dos que apresentam valores mais elevados quer no que respeita ao número de acidentes com vítimas por 1000 veículos em circulação (Leiria é o segundo distrito com valor mais elevado e Santarém é o terceiro), quer no que respeita ao número de mortos por 100 mil habitantes (Santarém é o quarto distrito com valor mais elevado e Leiria detém a sétima posição, sendo de destacar no entanto a significativa melhoria deste distrito face a 2004).

Tal como sucede relativamente ao Continente, tem-se verificado na Região Oeste e Vale do Tejo uma significativa melhoria da sinistralidade rodoviária, sendo de assinalar que de 2004 para 2005 a melhoria no OVT foi superior à registada no Continente (OVT: -8,3% acidentes com vítimas, -9,5% vítimas mortais, -24,2% feridos graves, -8,0% feridos leves; Continente: -4,8% acidentes com vítimas, -3,6% vítimas mortais, -10,2% feridos graves, -4,9% feridos leves).

Analisando a distribuição dos acidentes com vítimas por concelho constata-se que, em 2005, Alcobaça, Santarém, Torres Vedras e Ourém (tal como sucedeu em 2004) são os que apresentaram valores mais elevados, sendo também dos concelhos em que se verificou maior número de vítimas mortais e feridos graves. Os municípios em que se verificaram menor número de acidentes com vítimas foram Constância, Sardoal, Golegã e Arruda dos Vinhos. No entanto, os índices de gravidade (IG) mais elevados registaram-se em outros concelhos que não aqueles onde se verificaram o maior número de acidentes com vítimas, destacando-se pela negativa nesta situação os concelhos de Constância, Coruche, Benavente Salvaterra de Magos, Chamusca e Sobral de Monte, todos com IG superior a 6.

### **Subsistema rodoviário: transporte público**

O serviço de transporte público rodoviário no Oeste e Vale do Tejo é assegurado fundamentalmente por duas empresas, a Rodoviária do Tejo e a Barraqueiro Transportes, com a maioria das carreiras atribuídas nesta zona, pelo IMTT.

De acordo com informação recolhida, a Rodoviária do Tejo e as quatro “marcas” da Barraqueiro Transportes efectuaram, em 2005, aproximadamente 30 milhões de km, transportando cerca de 33 milhões de passageiros. Os Relatórios e Contas da Rodoviária do Tejo demonstram ter havido entre 2000 e 2005 uma redução da procura (nº passageiros) no serviço interurbano de 21,5%.

Verifica-se a existência de reduções mais acentuadas entre 2000 e 2002 (-9% e -6%) comparativamente ao período entre 2002 e 2005 (onde a redução anual foi de aproximadamente 3%), no qual se aferiu também um comportamento mais desfavorável da economia. No entanto, é de destacar que se apura, no período considerado, um aumento do percurso médio de 14%, o que contribui para que a evolução da procura tendo em atenção o percurso efectuado pelos passageiros, apesar de negativa, seja menos acentuada (-10,7% no período de 2000 a 2005, face a -21,5% quando analisado apenas o nº de passageiros transportados). Note-se que a oferta (veículos/km) também teve uma evolução negativa no período considerado (17,9%), verificando-se, tal como relativamente à procura, uma evolução menos negativa entre 2002 e 2005.

A nível nacional, entre 2000 e 2003, a procura do transporte público rodoviário (passageiros) teve um decréscimo acumulado de 15,5% o que é relativamente semelhante ao verificado na Rodoviária do Tejo no mesmo período (-13,8%).

No que se refere à frota da Rodoviária do Tejo é de assinalar que em 2005 a sua idade média era de 13,1 anos (registando-se um ligeiro acréscimo de 2003 até 2005). Note-se que a nível nacional a idade média do parque de veículos

---

pesados de transporte rodoviário de passageiros era em final de 2005 de 14,4 anos (também um pouco superior a 2004, no qual era 14,2 anos).

Há a destacar que, apesar de ao nível do transporte público de âmbito local/intraconcelhio se verificar uma redução da oferta nos últimos anos, tem havido, no entanto, um interesse crescente dos municípios pelo transporte urbano, assumindo o que já a legislação em vigor (da década de 40) contempla como sendo sua competência.

Assim, a Rodoviária do Tejo, para além de assegurar os serviços de transporte urbano em Abrantes, Peniche e Santarém (assim como em Leiria), também opera serviços de transporte urbano noutras sedes de concelho do Oeste e Vale do Tejo, através de contrato de prestação de serviços (com ou sem recurso a viaturas próprias): Alcobaça, Almeirim, Cartaxo, Entroncamento, Tomar e Torres Novas. Existem também serviços noutros locais, por exemplo em Nazaré (serviços municipalizados), Torres Vedras, Caldas da Rainha e outros estão previstos para breve (tal como em Rio Maior). Estes contratos caracterizam-se pela ausência de risco comercial para o operador, ou seja, o operador é pago pelo município em função do serviço que presta, revertendo a receita do tarifário para o município.

Para além das carreiras interurbanas (e de transportes escolares), que de forma geral estão organizadas de forma a assegurarem uma cobertura fina (função acessibilidade), existe também a Rede Nacional de Expressos, que utiliza habitualmente as infra-estruturas que proporcionam maior rapidez, privilegiando assim a função transporte entre os pólos urbanos, sendo de assinalar que nestes a tarifa é livremente fixada pelos operadores.

Importa ainda relevar a existência crescente, principalmente no Oeste, das denominadas carreiras “Rápidas” para Lisboa nas quais, para além do bilhete simples, também existe a opção pelas assinaturas/passes e que, à semelhança dos “Expressos”, utilizam fundamentalmente as estradas que permitem maior velocidade, sendo em muitos casos um serviço mais atractivo que o comboio.

Tendo por base os estudos disponíveis, observa-se que o serviço de transporte público colectivo rodoviário intraregional e concelhio/local não se encontra estruturado de uma forma integrada e com a qualidade necessária para potenciar uma maior utilização face ao transporte individual (oferta segmentada por tipo de deslocação, frequências, coordenação horária, tarifária, qualidade dos veículos, etc.).

Evidencia-se a inexistência de uma organização / articulação dos serviços de transporte público que permitam assegurar a utilização eficiente dos diversos recursos, tendo em atenção a especial vocação dos diferentes modos de transporte e infra-estruturas existentes, para além de outros aspectos de carácter energético, ambiental e social.

No entanto, por iniciativa das Comunidades Urbanas do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, foram elaborados estudos de mobilidade e transportes nos quais se apresentaram propostas concretas para a melhoria do sistema de transportes nestas sub-regiões:

- no estudo do Médio Tejo é proposto um modelo conceptual do território que define uma hierarquia de pólos de importância em termos das deslocações, garantindo uma gestão eficiente dos recursos por parte dos operadores e tendo por base a oferta actual;
- no estudo da Lezíria do Tejo é proposta (e orçamentada) uma rede oferta interconcelhia que teve na sua base a necessária integração intra e intermodal, a existência de múltiplas oportunidades de deslocação e a facilidade de compreensão e utilização (horários cadenciados/minimização e optimização de transbordos).

Note-se que actualmente onde há maior défice de serviços e falta de modelos alternativos de oferta (flexível / diferenciada) é sobretudo nas chamadas “áreas de baixa procura” nas quais, fora do período escolar (e nos fins-de-semana) a oferta é escassa, ou mesmo inexistente.

Face ao panorama destaca-se, por fim, a necessidade de reflectir sobre a política de contratação / financiamento e gestão das infra-estruturas e dos serviços de transporte público, assim como das intervenções necessárias ao nível urbano e rural que permitam promover a circulação dos modos suaves (pé e bicicleta) e alternativos (por ex., *car sharing/pooling*).

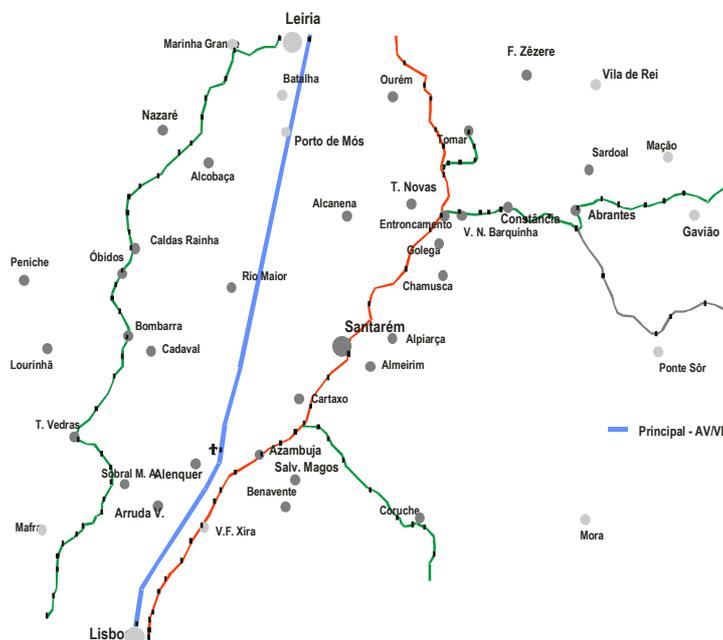
A existência de uma rede de infra-estruturas rodoviárias que assegure bons níveis de acessibilidade inter e intraregional, a par da necessidade/conveniência de haver uma rede de transportes públicos que proporcione deslocações sem recurso ao automóvel - quando este seja comparativamente menos eficiente ou quando por razões sociais e económicas não está disponível para os cidadãos - implica uma reflexão sobre a actual afectação dos incentivos públicos e privados.

### **Subsistema ferroviário**

O território do OVT é servido por 6 ligações: a Linha do Norte, dupla e electrificada; a Linha da Beira Baixa, da qual deriva o Ramal do Pego, este exclusivamente destinado ao transporte de mercadorias, electrificada em 62% do seu trajecto em via simples; a Linha do Leste (Marvão/Elvas), simples não electrificada; o Ramal de Tomar, via simples electrificada; a Linha do Oeste, simples não electrificada; e a Linha de Coruche / Vendas Novas para transporte de mercadorias, simples não electrificada (Figura 57).

As actuais linhas privilegiam as ligações Norte/Sul (Linha do Norte e Oeste), sendo que o OVT é servido numa extensão aproximada de 332km, com 76 estações e apeadeiros, a que corresponde uma distância média entre estações de 4-9km.

**Figura 57 - Rede Ferroviária existente e linha de Alta Velocidade prevista**



Destaque para a Linha do Norte que, pelas suas características, se constitui como a principal infra-estrutura ferroviária do país assumindo, igualmente, um papel de charneira no contexto da mobilidade na Região e nas suas relações funcionais com territórios a Norte e a Sul, representando mais de metade do total de movimentos verificados no universo das estações que servem o OVT.

Refira-se que o grau de conectividade proporcionado por este conjunto de infra-estruturas ferroviárias não permite reconhecer neste território um conceito de funcionamento em rede.

A construção da linha de Alta Velocidade (AV), embora as estações com decisão já assumida, se localizem fora da região OVT - Leiria e Lisboa - terá influência em parte da região OVT.

A condição de inflexibilidade do modo ferroviário constitui um entrave à sua autonomização na captação da procura deixando-o, numa forte dependência

---

da eficácia do processo de rebatimento doutros modos, nomeadamente o autocarro, pedonal, bicicleta e o automóvel.

A utilização automóvel tem registado, nas últimas décadas incrementos notáveis, situação agravada pelo facto da gestão da actividade ferroviária não se articular suficientemente com os operadores do transporte público rodoviário, em particular o colectivo, e da oferta do transporte colectivo rodoviário se orientar mais numa perspectiva de rendibilidade e menos na articulação / complementaridade modal.

Neste contexto, a ferrovia, salvo eixos particulares, tem sofrido um processo de erosão, resultante deste persistente processo de transferência modal e de desconectividade.

O acentuado crescimento da utilização do automóvel e a projecção do serviço expresso do transporte público colectivo rodoviário no OVT têm limitado a capacidade de fixar e captar importantes nichos da procura, face aos tempos, custos e conforto da deslocação.

Apesar deste quadro desfavorável, o transporte ferroviário no Oeste e Vale do Tejo assume ainda alguma relevância como elemento estratégico da coesão, sustentabilidade (critérios de eficiência energética) e competitividade territorial e dada a posição geográfica das sub-regiões em relação aos eixos ferroviários nacionais.

A actual atractibilidade / níveis de procura da ferrovia poderão evoluir favoravelmente, a médio prazo, em resultado de novos contextos e da consciencialização energética e das exigências ambientais.

A indução de um maior protagonismo do sistema ferroviário, no contexto das deslocações na região OVT, será resultado da introdução de melhorias nas infra estruturas e serviços.

Mesmo assim, qualquer incremento da atractibilidade da ferrovia, estará condicionada à retracção da utilização do transporte rodoviário e/ ou agravamento dos custos directos associados à utilização da rodovia, e da concretização das medidas preconizadas nas “Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário” de Outubro 2006 (reforço da intramodalidade e intermodalidade, com redução do efeito do transbordo – melhoria da integração

No que se refere aos principais problemas do transporte ferroviário de passageiros, destacam-se a deslocalização de algumas estações face aos pólos de maior atracção; a fraca acessibilidade às estações; a falta de lugares de estacionamento.

Os objectivos definidos nas “Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário” vêm ao encontro das principais debilidades apontadas, preconizando um sistema mais acessível, a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos passageiros, o reforço da intermodalidade e a promoção das ligações com os principais aeroportos.

A reduzida procura verificada é, para além de outros factores, resultante da desconexão modal e horária, que quebra a continuidade da cadeia de deslocações a montante e a jusante da ferrovia. Esta situação é ainda agravada pela concorrência relativamente dos serviços expressos rodoviários.

No que se refere à linha do Oeste, destaca-se o facto de mais de 2/3 das suas estações e apeadeiros se localizarem no centro das localidades, mais de 1/5 num raio da 500 metros e apenas 2 apeadeiros a uma distância entre 1000 a 1500 metros, embora os fenómenos de expansão / dispersão urbana, verificados nas últimas décadas, tenham reduzido a importância deste atributo.

No que se refere à linha do Oeste, consta-se, nos moldes actuais, a dificuldade desta infra-estrutura poder assumir um maior protagonismo no contexto da mobilidade da OVT, nas ligações para Norte e Sul.

Esta limitação sugere que sejam estudadas e ponderadas um conjunto de medidas, entre as quais se destacam os esquemas de exploração, duplicação, electrificação, material circulante, articulação directa com Lisboa e conectividade face ao futuro NAL, neste último caso passando pelo eventual estabelecimento de uma articulação transversal com a linha do Norte com continuidade para SE até ao NAL-CTA, permitindo a criação de um anel ferroviário, entre diferentes áreas da OVT e a AML.

É desejável que, relativamente a esta linha, se venha a estabelecer um processo participado entre todos os intervenientes com o fim de clarificar a viabilidade desta infra-estrutura / serviço ferroviário se tornar um elemento de alavancagem da competitividade territorial, potenciando as especializações dos diferentes territórios servidos e permitindo completar/ complementar o corredor multimodal definido pelo IC1, tendo por base intervenções sobre a infra-estrutura/ serviço orientadas no sentido de uma melhoria da qualidade global da oferta. Nesta questão refira-se que tanto a CP como a REFER desenvolveram, em tempos diferenciados, estudos no sentido de clarificarem o potencial mercado e objectivos estratégicos de actuação, sendo que o estudo de Mobilidade da linha do Oeste (1999-2000), promovido pela CP, concluiu que só a melhoria conjugada de diferentes factores (infra-estruturas, oferta de material circulante, envolvente da estação) poderá captar uma significativa transferência de procura do modo rodoviário para o ferroviário.

Mais recentemente, a divulgação das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário não veio clarificar nenhuma posição específica sobre o futuro desta linha, bem como no caso das linhas de Coruche/Vendas Novas e do Leste (Marvão/Elvas).

Neste contexto destaca-se a prevista articulação das linhas de Alta Velocidade (AV) e do Oeste numa nova Estação em Leiria, poderá constituir um importante elemento de revitalização da linha do Oeste contribuindo para a sua modernização e projecção.

A interacção das sub-regiões, baseadas na utilização do modo ferroviário, processar-se-á a três níveis:

- a futura rede de Alta Velocidade deverá internacionalizar as sub-regiões através das estações de Leiria (desejavelmente com interligação com a linha do Oeste) e Lisboa;
- a linha do Norte privilegiará os serviços intra e inter-regionais e inter-cidades;
- as linhas com relevância regional - Oeste, Beira Baixa, Coruche/Vendas Novas, Leste (Marvão/ Elvas) e Ramal de Tomar - assegurarão as ligações intraregionais e interregionais, assim como inter-regionais, na articulação ao eixo da linha do Norte.

Tendo por base a caracterização da situação actual, sugerem-se para as Linhas do Oeste, Beira Baixa, bem como para a linha de Vendas Novas, Leste e Ramal de Tomar, quatro intervenções prioritárias: melhoria das acessibilidades às estações/apeadeiros; reforço da complementaridade modal; qualidade das infra-estruturas de apoio ao cliente; ajustamentos da oferta à procura, procurando ir ao encontro das expectativas e necessidades de deslocação, de forma a inverter a tendência de maiores transferências para o modo rodoviário.

Sintetizam-se, de seguida, factores que poderão contribuir para a ferrovia recuperar algum protagonismo na Região:

- Potencial de utilização da infra-estrutura ferroviária como suporte dos fluxos turísticos, em particular no eixo litoral (procura sazonal) e no agrupamento Fátima–Ourém–Batalha (a estação de Caxarias poderá constituir uma porta de entrada, no contexto da mobilidade turística - religiosa/peregrinações, com reflexos na Alta Velocidade, para os fluxos europeus) com eventual

articulação transversal à linha do Norte, e com continuidade para SE para o NAL-CTA.

- Potencial da linha de Coruche/Vendas Novas (Ramal de Setil) (em parte com traçado modificado), na articulação para Sul com o NAL-CTA e conectividade com o eixo da Linha do Norte, permitindo projectar a sub-região da CULT, no contexto das deslocações intra e inter-regionais, em particular com a AML.
- Afirmação do eixo Torres Vedras-Lisboa como um eixo suburbano emergente, funcionalmente articulado a Lisboa, indiciando oportunidades significativas de transporte pendular, actualmente servidas quase exclusivamente pelo modo rodoviário, face à falta de competitividade da linha do Oeste. Situação algo atenuada pelo reforço da oferta recentemente implementado para o troço Caldas da Rainha-Meleças-Lisboa (sem transbordo) - novos horários à custa da redução do número de estações servidas, a que corresponde um incremento da função transporte em detrimento da função acessibilidade. Nesta perspectiva o alargamento de um serviço com características suburbanas para Norte de Meleças até Torres Vedras, e uma possível introdução mais directa a Lisboa (não passando por Meleças e a linha de Sintra poderia potenciar o papel da ferrovia neste eixo.
- Estabelecimento de parcerias intermunicipais alargadas à CP, REFER e integrando outros operadores/agentes de transportes da área de intervenção, adoptando uma estratégia de criação de movimentos de municípios para a dinamização das linhas de baixa procura – tendo em vista a coesão do tecido económico e a estruturação do planeamento urbano dos concelhos/localidades servidas, bem com estabelecer acções que visem melhorar as condições de acessibilidade às estações ferroviárias.
- Instalação/consolidação de áreas produtivas e logísticas, com interesse na ferrovia.

- Liberalização do mercado, verificado a partir de Janeiro de 2007, que altera a anterior estrutura de monopólio da CP Carga.
- A rede de Alta Velocidade assume, de acordo com as orientações estratégicas, um papel estruturante no contexto do sistema ferroviário, podendo potenciar a rede convencional em termos de Passageiros e Mercadorias, passando por um reforço da integração multimodal (e física) com a linha do Norte, linha de Coruche/Vendas Novas (Ramal de Setil) (ou variante) e com o novo aeroporto (NAL-CTA).

### **Transporte de mercadorias**

No OVT, o transporte de mercadorias suportado pela infra-estrutura ferroviária alimenta 8 ramais particulares e 2 terminais particulares existentes (TVT e Alverca). Assume uma certa importância no funcionamento logístico regional, embora, mais uma vez, com a significativa melhoria das ligações rodoviárias, possa vir a verificar-se uma redução deste modo de transporte.

Refira-se a linha de Coruche/Vendas Novas (Ramal de Setil), deixou de oferecer o serviço de passageiros em 2005 e apenas mantém o serviço de transporte de mercadorias, existindo ainda o serviço “Porta a Porta” através de parcerias estratégicas regulares ou ocasionais, com empresas de Logística e Rodoviárias; esta linha poderá ganhar um maior protagonismo, com a localização do NAL em Alcochete.

Destaque para o processo de liberalização do mercado, verificado a partir de Janeiro de 2007, que altera a anterior estrutura de monopólio da CP Carga, abrindo o mercado a novos operadores, o que poderá potenciar uma visão mais abrangente das oportunidades de mercado e, eventualmente, mais integradora.

Esta nova perspectiva integradora, se acompanhada por uma maior dinâmica por parte dos operadores, poderá induzir novas oportunidades de negócio (maior proximidade aos operadores logísticos - cadeias logísticas) situação favorecida pelo apoio da União Europeia na promoção da intermodalidade e nas restrições ao desenvolvimento, indiscriminado, do transporte rodoviário.

### ***6.3. Interfaces e Plataformas Logísticas***

Consideram-se dois grupos de análise: interfaces (infra-estruturas físicas onde se processam os fluxos de passageiros e de oferta de transporte) e as plataformas logísticas de mercadorias que suportam a actividade logística e de transporte de mercadorias.

No que se refere ao primeiro grupo, o OVT é servido por 24 infra-estruturas destinadas à coordenação do transporte rodoviário, com maior concentração no Oeste - apenas Óbidos não possui Estação Central de Camionagem (ECC). No Médio Tejo, em 10 sedes de município, apenas metade possui ECC, enquanto na Lezíria do Tejo, das 11 sedes de município, 8 possuem ECC (Figura 58).

A cobertura significativa da Região com ECC sugere, como medidas a explorar no curto prazo, em cada uma um reforço da complementaridade modal (articulação a rede superior de transporte públicos com as redes locais, urbanas e outros modos) e o estabelecimento de uma rede/canal informativo sobre o sistema de transportes públicos colectivos rodoviários, o que permite - além de uma melhor articulação dos transportes locais e intra/inter-regionais - integrar a informação dos sistemas de transporte colectivos rodoviários (“lojas de mobilidade”), disponibilizando diversos atributos sobre a oferta, orientados na perspectiva de satisfazer as necessidades dos clientes.



de 844ha correspondentes ao grupo das 11 plataformas que constituem o “Portugal Logístico”.

Apontam-se, como orientações de curto prazo, o aproveitamento das sinergias resultantes de uma rede de infra-estruturas de transportes, da proximidade da Região a importantes centros de consumo/produção.

Poderá ocorrer um processo de reajustamento/reorganização das cadeias de valor no pescado (porto de Peniche) e na horto-fruticultura (nomeadamente no Oeste), que fomente o aparecimento de novas infra-estruturas de apoio logístico, embora de dimensão ajustada às necessidades em presença, por forma a racionalizar/concentrar actividades.

O agrupamento Tomar/Abrantes/Torres Novas/Golegã/Vila Nova da Barquinha/Almeirim/Santarém apresenta potencial logístico, pelas condições favoráveis de acessibilidade proporcionadas pelas infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias e pela localização privilegiada face à cadeia de produção, distribuição e consumo, constitui um contexto propício ao surgimento espontâneo de novas plataformas logísticas. Neste contexto, haverá que proteger os solos com maiores aptidões que salvaguardem a concretização de futuras infra-estruturas logísticas.

De destacar que existe ainda alguma indefinição/ausência de regras e critérios na atribuição de alvarás para a concretização de projectos de logística, sobretudo de iniciativas privadas.

A plataforma logística de Castanheira do Ribatejo provavelmente concorrerá, pela sua dimensão e localização, com outras potenciais plataformas na área do OVT.

A partir de 2017 (mas com impactos bem anteriores) o NAL, em paralelo com outras infra-estruturas de transportes, poderá exercer sobre a Região um impacto no emprego, economia, etc. (No entanto, mesmo com o NAL e AV em funcionamento, aumentando a acessibilidade inter-regional, o efeito daqueles

novos equipamentos/infra-estruturas sobre as acessibilidades intraregionais terá sobretudo expressão ao nível das redes locais (sub-regionais) de acesso às estações das linha de AV, que estão situadas fora da área em estudo - estações de Lisboa e Leiria).

O NAL situar-se-á a 48km a Nascente de Lisboa e a cerca de 25km a Noroeste de Vendas Novas, no limite Sul do distrito de Santarém, abrangendo o concelho de Benavente.

Esta infra-estrutura encontra-se delimitada, a nascente, pelo IC11/A13 e EN10, a Norte pela EN119 (e futuramente, numa das hipóteses de traçado previstas no Estudo Prévio, pelo IC3/IC13/A33) e a Sul pela EN4 (e futuramente, numa das hipóteses de traçado previstas no Estudo Prévio, pelo IC3/IC13/A33), ocupando uma área de implantação próxima dos 1800ha.

A rede principal de acessos rodoviários ao NAL será assegurada pela rede existente e prevista (no PRN2000).

No que se refere às acessibilidades ferroviárias e conforme estabelecido nas “Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário” (Outubro 2006), a terceira travessia do Tejo (TTT), incluirá uma linha (dupla) ferroviária em bitola europeia, integrada na linha de Alta Velocidade (Porto) Lisboa – Madrid e uma linha (dupla) de bitola ibérica, que permitira articular a linha do Alentejo e Algarve.

Para as futuras deslocações ferroviárias a partir do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), com áreas do OVT e do restante País situadas a Norte, constata-se face à actual configuração da rede ferroviária, uma significativa penalização da extensão e tempos de percurso (pela necessidade de passar por Lisboa), situação de seria obviada com uma articulação directa à linha do Norte a entroncar no troço Vila Franca de Xira–Setil–Cartaxo.

No que se refere à linha do Norte, esta continuará a deter, no contexto do OVT, um grande protagonismo na complementaridade ao serviço da LAV.

---

Para além da REFER, os acessos ferroviários previstos ao NAL dependem ainda da RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade.

Em Julho de 2006 foram enunciadas as orientações estratégicas para o sistema aeroportuário nacional e do projecto do NAL que reflectem o presente desenvolvimento dos estudos, em que se refere que o sistema aeroportuário nacional deverá assegurar a disponibilidade das infra-estruturas aeroportuárias necessárias para os próximos 20 anos permitindo:

- a prestação eficiente e competitiva de serviços de qualidade orientados aos clientes;
- facilitar a competitividade das empresas portuguesas;
- suportar a mobilidade das pessoas facilitando o ordenamento do território e a coesão nacional através do estabelecimento e cumprimento das obrigações de serviço público;
- a complementaridade com outras infra-estruturas de transportes;
- a inserção do território português numa rede mundial de transportes.

A construção deste equipamento irá repercutir-se, inevitavelmente, no território em estudo, designadamente, mediante a criação de condições para o desenvolvimento de uma cidade aeroportuária a enquadrar num plano de ordenamento territorial e desenvolvendo os negócios e serviços relevantes para os clientes do aeroporto e para o Oeste e Vale do Tejo.

#### **6.4. Tecnologias de Informação e Comunicação**

As sub-regiões do OVT têm uma posição estratégica importante, ao localizarem-se junto de Lisboa, foco de todas as infra-estruturas nacionais. Com efeito, nesta área passam, de acordo com vários eixos, as principais infra-estruturas ao nível das telecomunicações, da rede rodoviária, da rede ferroviária, da rede eléctrica de transporte, da rede de transporte de gás e da rede de transporte de água para a Área Metropolitana de Lisboa. Com a liberalização das telecomunicações, muitos operadores de *utilities* posicionaram-se para vir a prestar serviços de telecomunicações. Para tal, muitos instalaram redes de fibra óptica ou apenas condutas ao longo das suas infra-estruturas.

A EP - Estradas de Portugal dotaram as auto-estradas de condutas e/ou cabos de fibra óptica para apoio a serviços de Telemática Rodoviária. Estes estão disponíveis para serem utilizados por operadores de telecomunicações, apesar de o PRN2000 ainda se encontrar em implementação e alguns eixos no OVT ainda não estarem construídos.

Nos últimos anos, o operador responsável pelo transporte de energia eléctrica, a Rede Eléctrica Nacional (REN), instalou cabos de guarda do tipo *Optical Guard Wire* (OPGW) nas suas linhas de transporte de alta tensão, protegendo-as das descargas eléctricas atmosféricas e criando uma rede de transmissão óptica para fins de telemedida e teleacção, mas também disponível para utilização por operadores de telecomunicações.

De forma semelhante, a Transgás, responsável pelo transporte de gás natural a alta pressão, dotou o seu gasoduto de cabos de fibras ópticas, para telemedida e teleacção, mas que também podem ser disponibilizados a outros operadores.

A REFER procedeu de forma semelhante ao longo de grande parte das suas linhas de caminho de ferro.

---

Diversas empresas de abastecimento de água têm infra-estruturado os seus aquedutos com cabos de fibras ópticas para telemedida, teleacção e telecomunicações, perspectivando a sua utilização por operadores de telecomunicações.

O operador incumbente, a Portugal Telecom, atravessa também a Região com a sua rede de transporte, alugando circuitos de Banda Larga a outros operadores e a utilizadores finais.

A este nível, pode afirmar-se que as sub-regiões se encontram favorecidas, havendo capacidade, ao nível de “espinha dorsal” infra-estrutural dos operadores de telecomunicações aceder às sub-regiões. No OVT o problema coloca-se na chegada aos utilizadores finais. Por isso a importância da análise dos diferentes meios (cobre, cabo, redes móveis e rádio).

O serviço telefónico fixo encontra-se em declínio, fruto do crescimento do serviço telefónico móvel. Embora o suporte físico esteja em regressão, verifica-se que a tecnologia ADSL está em franca progressão, particularmente tendo em conta que a oferta de serviço tem apenas alguns anos. Verifica-se, porém, que existem algumas dificuldades na disponibilização de Banda Larga em zonas com menor densidade populacional. Um estudo da cobertura ADSL a 2 Mbps e a 8 Mbps permitiu avaliar esta situação.

As redes de TV por cabo são também uma alternativa para a disponibilização de Internet de Banda Larga. Nas sub-regiões do OVT operam a TV Cabo e a Cabovisão. Verifica-se que, na sua maioria, as zonas problemáticas em termos de ADSL, também não estão cabladas, o que é também explicado pela baixa densidade populacional.

Situação semelhante verifica-se com a cobertura da rede móvel 3G, à qual se juntam algumas zonas de sombra junto a algumas serras (Aire, Candeeiros, Montejunto). Nem todos os operadores cobrem uniformemente o território OVT, sendo conseqüentemente a competição mais limitada.

No OVT não se detectam grandes problemas relativamente às redes móveis, mesmo nas ferrovias, se compararmos com os resultados das restantes ferrovias, particularmente no percurso Lisboa-Faro.

A rede da Radiomóvel utiliza uma tecnologia diferente, CDMA, cobrindo também uma área significativa do OVT, embora com algumas lacunas.

No OVT não existe nenhuma Universidade com formação TIC. No entanto cada uma das sub-regiões conta com pelo menos uma Instituição do Ensino Superior Politécnico com cursos na área das TIC.

Os espaços Internet de acesso público gratuito apresentam uma implantação muito diferenciada ao longo do OVT, com um maior número na Lezíria do Tejo.

Ao nível dos serviços electrónicos assiste-se a um momento de mudança, graças aos projectos de Cidades e Regiões Digitais existentes no OVT: Leiria Digital, Oeste Digital, Médio Tejo Digital e Ribatejo Digital.

Trata-se, com efeito, de uma viragem significativa, porque até ao momento a presença electrónica dos Municípios é tipicamente de carácter informativo, disponibilizando documentação, regulamentos e formulários. Mesmo a interacção por *e-mail* não está massificada e há, ainda, alguns Municípios sem presença *on-line*.

Estes projectos foram financiados pelo Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento (POSC) e permitiram agregar parcerias regionais constituídas pelas Câmaras Municipais, Comunidades Urbanas, Associações Empresariais, Instituições de Ensino Superior, Regiões de Turismo, Jornais Regionais e outros actores regionais relevantes.

Entre os vários objectivos destes projectos salientam-se:

- a melhoria de serviços, por exemplo, através da concentração do atendimento em soluções integradas, tipo balcão único, com a reformulação de processos associada;

- a disponibilização de serviços electrónicos ao cidadão, como por exemplo a consulta remota dos processos de licenciamento, evitando deslocações ao Município;
- a produção de conteúdos (portais regionais, sites autárquicos, guias temáticos, notícias regionais, cadastro rústico, etc.);
- a disponibilização de informação georeferenciada (PMOT, PDM, Planos de Pormenor, Plantas de Localização, Planos de Turismo, roteiros, etc.);
- a partilha de recursos informáticos, através da criação de *Internet Data Centers*;
- a renovação e integração aplicacional nos Municípios, usando, por exemplo, *Intranets* Municipais;
- a redução de custos de comunicações de voz e dados, através da criação de redes municipais e de redes regionais de banda larga;
- a difusão do acesso à Internet e às TIC, através da criação de Espaços Internet, de acessos públicos à Internet sem fios (*hotspots*) e de quiosques multimédia;
- a promoção da cidadania, graças à criação de fóruns de discussão e lançamento de inquéritos e sondagens;
- a criação de serviços de apoio às empresas.

O projecto mais avançado é o Ribatejo Digital, que disponibiliza já há mais de um ano vários destes serviços. Os restantes encontram-se em fase de conclusão.

No contexto delineado, é possível tornar a Região mais competitiva, tirando partido das zonas mais qualificadas, usando particularmente as TIC para criar pólos de desenvolvimento complementares à AML. Para tal deverá ser dada uma atenção especial à cobertura em Banda Larga, particularmente para débitos superiores a 2 Mbps.

## 7. GOVERNANÇA TERRITORIAL

A governação dos territórios, tradicionalmente conduzida pelos poderes públicos de uma forma centralizada e normativa, tem vindo a conhecer mutações aceleradas induzidas pela própria evolução da sociedade. Reflectir sobre os desafios que se colocam, com acutilância crescente, à governação regional contemporânea é uma condição necessária para o sucesso de qualquer Plano Regional de Ordenamento do Território a que, naturalmente, o Oeste e Vale do Tejo não constitui excepção.

No nosso tempo, a governação territorial já não pode ser encarada como obedecendo ao simples esquema centro-periferia, em que os territórios concretos são moldados por uma vontade que se aplica vertical e uniformemente a um espaço predefinido. O ordenamento hierárquico do espaço pelo Estado apoiava-se numa economia industrial e a própria estruturada em pirâmide, e em intermediários com monopólios de representação a nível nacional ou sectorial (partidos, sindicatos, associações patronais, igrejas). As profundas alterações do processo produtivo nos últimos 30 anos têm vindo a pôr em causa, em toda a Europa, o modelo neo-corporativista de concertação. Também na governação territorial este modelo é desafiado pela emergência de capacidades endógenas dos territórios para prover ao seu próprio desenvolvimento. O planeamento centralizado tende cada vez mais a ser acompanhado, suplantado - quando não mesmo substituído - pelo paradigma do desenvolvimento local.

Mas para isso torna-se necessário, por um lado, partilhar de um entendimento claro dos processos sócio-políticos que afectam a governação dos territórios em geral, e, por outro lado, definir um diagnóstico ajustado às realidades, institucionais, administrativas e da sociedade civil regionais.

---

Um território só é forte se tiver agentes activos, ou seja, entidades públicas, associativas e privadas qualificadas, dinâmicas e disponíveis para cooperar em torno das questões-chave do desenvolvimento. Não é demais afirmar que o grau de inteligência de uma região depende – para além da capacidade dos seus actores – do seu enfoque nos processos de concertação estratégica de base territorial.

Tão importante como as características dos actores protagonistas do desenvolvimento regional é o modo como se sabem articular e cooperar, de forma qualificada, com competências e esferas de intervenção claramente definidas, induzindo uma cultura de colaboração que faça emergir o olhar sobre o Oeste e Vale do Tejo como um património comum e cujo desenvolvimento não será alcançado se não existir a capacidade – clara e assumida – de ultrapassar visões sectoriais.

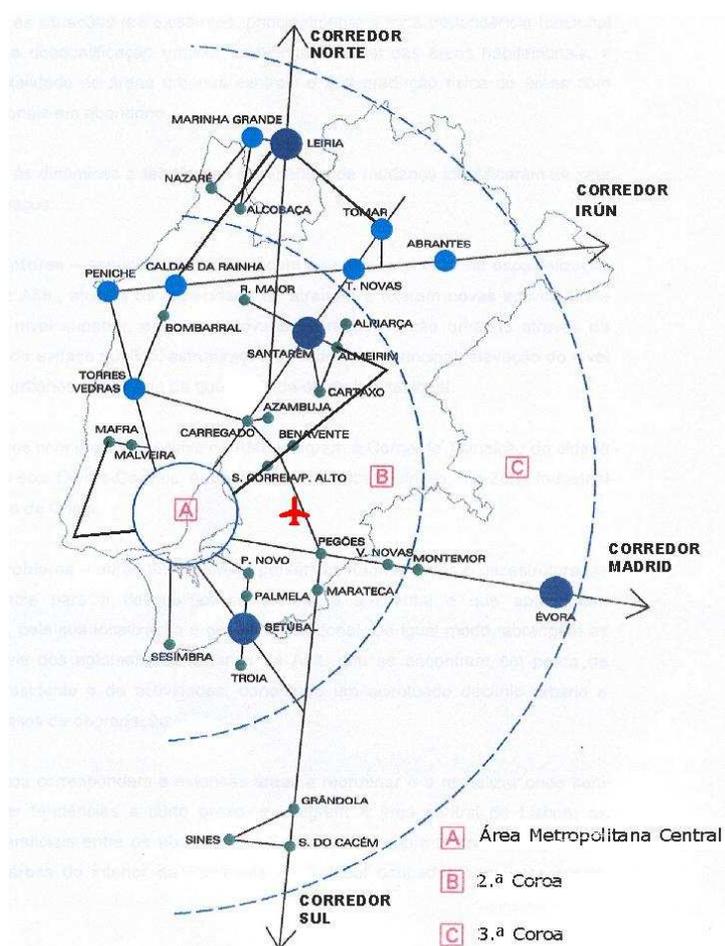
A concertação estratégica de base territorial constitui um caminho que, inevitavelmente, deve ser percorrido, mobilizando agentes, ideias e projectos em torno das linhas estratégicas fundamentais, pelo que importa assegurar a criação de mecanismos de cooperação, criar condições – físicas, humanas e financeiras – para uma maior capacitação institucional por parte dos agentes da Administração Pública, do sector privado e da sociedade em geral.

O traçado das vias de comunicação, as opções de localização do NAL e de grandes infra-estruturas logísticas, as opções residenciais das famílias, reforçam a integração do OVT na grande Região funcional de Lisboa, condicionando os processos de desenvolvimento e de ordenamento deste território e obrigam a um eficaz processo de interacção com a Área Metropolitana de Lisboa.

Por outro lado, a necessidade de concertação/articulação com as estratégias de desenvolvimento das Regiões Centro e Alentejo – incluindo a estruturação dos programas de acção a integrar no QREN, nos Programas Operacionais e no PIDDAC – também surge como evidente.

A Figura 59 traduz essa lógica de inserção do OVT numa área mais vasta, inserida numa verdadeira Região de Polarização Metropolitana.

**Figura 59 - Região de Polarização Metropolitana**



E, se não pode ser esquecida a relação desta Região com os territórios de articulação/proximidade, ao reflectir sobre as questões da governabilidade, convém perspectivar igualmente o seu posicionamento no contexto internacional, particularmente europeu.

A capacidade do OVT em se projectar para o exterior – numa perspectiva internacional, nacional e regional; a criação de um “modelo de território” com novas polarizações no sentido de evitar a dispersão de actividades e da habitação e a persistência de bloqueios culturais – na acepção plena do termo – que constituem verdadeiros entraves ao desenvolvimento, afiguram-se como

---

questões críticas cujas respostas muito podem condicionar o desenvolvimento deste território.

Ao abordar a questão da governabilidade, nesta óptica analítica deixam-se algumas questões suscitadas pelo diagnóstico e pelas dinâmicas cognitivas geradas neste processo:

- O papel a ser protagonizado pelas Comunidades Urbanas/Associações de Municípios, no que respeita a competências, esferas de intervenção e modelos de funcionamento.
- Articulação com as Regiões Centro e Alentejo, designadamente, no âmbito da gestão do QREN, bem como com a Área Metropolitana de Lisboa.
- Relação de complementaridade e diversidade entre o Oeste e o Vale do Tejo
- O modelo para a gestão do turismo na região.

Num quadro de governação aberta, as respostas devem seguramente ser encontradas no diálogo institucional, sem prejuízo de assegurar o cumprimento do papel de cada instituição e a legitimidade das organizações da sociedade civil. Certamente, este PROT constitui uma oportunidade para reflectir estrategicamente sobre o território regional e para reforçar a governabilidade do Oeste e Vale do Tejo. Afinal, o verdadeiro desafio do PROT OVT está na resposta eficaz ao reforço da capacitação institucional do Oeste e Vale do Tejo.

## 8. ANÁLISE SWOT

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Qualidade paisagística, diversidade ambiental, importante património cultural e histórico/arqueológico, bem como existência de recursos energéticos e hídricos endógenos significativos.	Tecido produtivo atomizado, dificultando a integração da fileira agro-florestal.
Sistemas agrícolas e agro-silvo-pastoris com elevado valor ecológico contribuindo positivamente para a qualidade ambiental e paisagística do território.	Envelhecimento e baixa densidade populacional nas zonas rurais, com o conseqüente abandono da gestão de partes significativas do território.
Sistemas naturais e semi-naturais bem conservados, integrados no sistema nacional de áreas protegidas e Rede Natura 2000.	Degradação dos recursos hídricos.
Especialização produtiva na actividade agrícola com produtividades muito superiores à média nacional.	Défice de iniciativa empresarial com capacidade inovadora e de ligação ao sistema de ensino e investigação.
Segmentos industriais com elevada intensidade tecnológica e inovação que asseguram um nível de produtividade superior à média nacional.	Insuficiente nível de escolarização e qualificação do capital humano.
Aposta na reabilitação e conservação das áreas históricas e na qualificação urbana.	Especialização nos serviços pessoais e empresariais de menor produtividade, associadas a fenómenos deslocalização do centro da AML
Padrão policêntrico de equipamentos colectivos, sobretudo localizado nas freguesias urbanas em resultado de novas condições de acessibilidade.	Crescimento urbano difuso e pouco estruturado e falta de evidência de uma hierarquia da rede urbana.
Crescimento do turismo residencial e conseqüente efeito multiplicador (que a 2ª habitação não tem) e atenuador da sazonalidade.	Elevados níveis de intensidade de utilização de energia (sobretudo baseada em combustíveis fósseis) e baixo nível de eficiência energética.
<p>Proximidade a Lisboa e à Área Metropolitana de Lisboa, bem como a Leiria (mercado de 2.7 milhões de consumidores).</p> <p>Proximidade (atravessamento) ao principal eixo rodoviário nacional (IP1/A1) complementado por outro eixo longitudinal (IC1/A8) e a um dos principais corredores rodoviários internacionais (IP1/A1- IP6/A23- IP5/A25).</p>	<p>Défice de instâncias e instrumentos de nível regional intermédio que assegurem a articulação entre os vários níveis de administração pública e que resulta em excesso de intervenção dos níveis local (concelho) e central.</p> <p>Transportes públicos intra e inter-concelhos com reduzidos níveis de integração, intensidade e qualidade.</p>
Aumento da taxa de actividade e crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho.	Dificuldades de reintegração no mercado do trabalho a partir de situações de desemprego e inactividade que atingem também pessoas com qualificações médias e superiores.
Aumento da oferta no pré-escolar e no ensino superior.	Fracá capacidade de rejuvenescimento da população activa e níveis de habilitação escolar da população empregada reduzidos.

## OPORTUNIDADES

Aumento da consciência aos níveis local e regional da necessidade de preservar e valorizar a qualidade ambiental e paisagística do território.

Disponibilidade de espaço para a instalação de grandes infra-estruturas e equipamentos de âmbito nacional e internacional também propiciada pelas novas acessibilidades.

Potencial associado ao aproveitamento da biomassa agrícola e florestal para produção de energia renovável.

Quadro institucional favorável: reorientação da PAC para o mercado.

Potencialidades associadas à multifuncionalidade e diversificação para actividades e serviços complementares à agricultura.

Faixa litoral diversificada e apropriada para a instalação de actividades associadas ao recreio e lazer das populações e crescente procura urbana pelas zonas rurais enquanto espaços de descanso e lazer.

Existência de recursos no domínio das energias alternativas, designadamente eólicas, solar, ondas e biocombustíveis, e políticas nacionais energéticas favoráveis ao aproveitamento das energias endógenas.

Forte atractividade residencial relativamente à população da AML, criando condições para apostar numa oferta de qualidade e dirigida a mercados com média e alta capacidade de consumo.

Excelente de acessibilidade rodoviária entre todos os principais pólos urbanos da Região quando concluído o PRN2000.

Construção do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete e da Linha de Alta Velocidade ferroviária, alavancando o desenvolvimento de actividades económicas, com particular vocação para a área da logística.

Região elegível para objectivo convergência no período 2007-2013 - fronteira da Região de Lisboa (elegível no objectivo competitividade) - criando condições para a localização de actividades económicas e infra-estruturas da área de influência de Lisboa.

Crescimento populacional em todas as sub-regiões, devido sobretudo a um aumento da capacidade de atracção de população de outras regiões e países.

## AMEAÇAS

Despovoamento nos territórios rurais menos produtivos, associado ao aumento do risco de incêndio e outros processos de degradação do território (de áreas florestais e agro-florestais devido aos incêndios e ao declínio do montado).

Vulnerabilidade da qualidade ambiental e paisagística pela forte apetência para a instalação de actividades económicas fomentada pelas novas acessibilidades.

Proliferação no espaço rural de edificações habitacionais e serviços desajustados arquitectónica e paisagisticamente, com a consequente degradação progressiva da qualidade das paisagens regionais e dos núcleos edificados.

Predominância da pequena propriedade agrícola e florestal (estrutura fundiária).

Vulnerabilidade da mobilidade da Região pela exagerada dependência relativamente ao modo rodoviário individual.

Degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas como resultado dos crescentes processos de urbanização.

Riscos potenciais associados aos seguintes perigos: sismos, cheias, erosão do litoral, movimentos de massa e incêndios florestais.

Agravamento da contaminação dos meios hídricos devido ao uso de técnicas agrícolas para incremento da produtividade e das práticas pecuárias.

Proliferação de áreas residenciais e de emprego com baixa densidade dificultando a implementação de transportes públicos financeiramente sustentáveis.

Construção do NAL no Campo de Tiro de Alcochete, como um novo foco de poluição, fragmentação e/ou degradação de áreas naturais e semi-naturais, exercendo igualmente maior pressão nos consumos.

Dificuldade de afirmação da Região devido à intensa competição territorial pela retenção dos efeitos centrífugos de Lisboa nos territórios envolventes.

Aumento da dependência total da população não activa face à população activa.

## TENDÊNCIAS

Potencial aumento da procura para instalação de actividades de Logística, com particular incidência na logística da distribuição.

Qualificação de diversas produções agrícolas e territoriais.

Forte desenvolvimento do Turismo com emergência dos segmentos residencial, golfe, *touring* e turismo religioso.

Reforço do poder local e das respectivas estruturas associativas (Comunidades Urbanas / Associações de Municípios).

Reforço da cobertura da região com equipamentos e infra-estruturas, com particular ênfase para a oferta crescente de serviços electrónicos (Tecnologias da Informação e Comunicação) por parte da administração pública local e dos operadores.

Reforço das acessibilidades rodoviárias regionais (IC9, IC10 e IC11), nacionais e internacionais (A8 e A23).

Equidade no acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

Incremento da importância do ensino profissional e aumento dos níveis de alfabetização e qualificação da população.

Envelhecimento da população activa e crescimento continuado da taxa de desemprego .

Fortes pressões sobre o uso do solo e consumos energéticos prejudiciais ao ordenamento e à sustentabilidade do território.

Despovoamento e abandono das áreas agrícolas e florestais de reduzida produtividade, com o conseqüente aumento da ocorrência de incêndios e degradação paisagística e ambiental.

“Suburbanização” em função da deslocalização da periferia de Lisboa para Norte, com a procura das actividades económicas/unidades empresariais menos qualificadas que, por falta de capacidade competitiva, são incapazes de permanecer na AML.